

REVISTA DO GEL



Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 16	n. 1	180 p.	Dezembro 2019
----------------	-----------	-------	------	--------	---------------

DIRETORIA DO GEL / 2017-2019 (UNESP - São José do Rio Preto)

Presidente: Luciani Ester Tenani

Vice-Presidente: Cláudia Zavaglia

Secretária: Suzi Marques Spatti Cavalari

Tesoureiro: Edson Rosa Francisco de Souza

REVISTA DO GEL

revistadogel@gel.org.br | <http://www.gel.org.br/revistadogel>

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Alessandra Del Ré, Fabiana Komesu, Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale,
Gisele Cássia de Sousa, Matheus Nogueira Schwartzmann,
Olga Ferreira Coelho e Ruth Lopes

EDITOR RESPONSÁVEL

Matheus Nogueira Schwartzmann

PROJETO GRÁFICO

Matheus Nogueira Schwartzmann

REVISÃO, NORMATIZAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Letraria 

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (UNICAMP), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC – Rio de Janeiro), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges), José Borges Neto (UFRJ), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Lourenço Chacon (UNESP – Marília), Marco Antônio de Oliveira (PUC – Minas Gerais), Maria Célia de Moraes Leonel (UNESP – Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Amsterdã), Pierre Swiggers (Universidade Católica Louvain), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Marquezan (UNESP – Araraquara), Roberto Gomes Camacho (UNESP – São José do Rio Preto), Wilmar da Rocha D'Angelis (UNICAMP).

Publicação quadrimestral
Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do GEL / Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Vol. 1 (2004).
São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2004-

Quadrimestral

ISSN 1984-591X

SUMÁRIO / CONTENTS

PALAVRA DO EDITOR	6
Matheus Nogueira Schwartzmann	
ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DA PROPRIEDADE SEMÂNTICA RECIPROCIDADE NOS VERBOS RECÍPROCOS INTRANSITIVOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	9
<i>THE SEMANTIC PROPERTY RECIPROCITY IN THE INTRANSITIVE RECIPROCAL VERBS OF BRAZILIAN PORTUGUESE</i>	
Thaís Bechir	
O APAGAMENTO DAS CONSOANTES RÓTICAS FINAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O PORTUGUÊS ARCAICO E O PORTUGUÊS BRASILEIRO	37
<i>THE FINAL RHOTIC CONSONANT DELETION: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN ARCHAIC PORTUGUESE AND BRAZILIAN PORTUGUESE</i>	
Débora Aparecida dos Reis Justo Barreto e Gladis Massini-Cagliari	
GRAMATICALIZAÇÃO DO SINAL “MOTIVO” NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UMA ANÁLISE BASEADA NO USO	53
<i>GRAMMATICALIZATION OF THE “MOTIVO” SIGN IN BRAZILIAN SIGN LANGUAGE: A USE-BASED ANALYSIS</i>	
Angélica Rodrigues e Joyce Cristina Souza	
INTERNACIONALIZAÇÃO E LINGUAGEM INSTITUCIONAL: ESTUDO DA EQUIVALÊNCIA DO TERMO “FACULDADE” PARA O INGLÊS INTERNACIONAL	83
<i>INTERNATIONALIZATION AND INSTITUTIONALIZED LANGUAGE: A STUDY OF THE EQUIVALENCE OF THE PORTUGUESE WORD ‘FACULDADE’ INTO INTERNATIONAL ENGLISH</i>	
Regiani Aparecida Santos Zacarias e Dener Martins de Oliveira	

NOSTALGIA EM EDITORIAIS DA REVISTA FERROVIA: UM ESTUDO DISCURSIVO	111
<i>NOSTALGIA IN REVISTA FERROVIA EDITORIALS: A DISCURSIVE STUDY</i>	
Alana Destri e Anselmo Lima	
SEMIÓTICA E IDEOLOGIA	132
<i>SEMIOTICS AND IDEOLOGY</i>	
Jean Cristtus Portela	
DJANGO LIVRE: DO CINEMA PARA OS QUADRINHOS, UMA TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA	143
<i>DJANGO UNCHAINED: FROM CINEMA TO COMICS, AN INTERSEMIOTIC TRANSLATION</i>	
Mariana de Souza Coutinho e Renata Ciampone Mancini	
SOBRE SONETOS, DISCURSOS E JORNAIS: SÁTIRA E GALHOFA NO CONTO “AURORA SEM DIA”, DE MACHADO DE ASSIS	164
<i>ABOUT SONNETS, SPEECH AND NEWSPAPERS: SATAR AND GALHOFA IN THE TALE “AURORA SEM DIA”, BY MACHADO DE ASSIS</i>	
Márcio Miranda Alves	
ÍNDICE DE ASSUNTOS	176
<i>SUBJECT INDEX</i>	178
ÍNDICE DE AUTORES / <i>AUTHORS INDEX</i>	180

PALAVRA DO EDITOR

Este número da *Revista do Gel*, do ano de 2019, que é o primeiro gestado no âmbito do Volume 16 da Revista, teve de enfrentar as condições adversas que as mudanças na cultura e na lógica de produção acadêmica impuseram à nossa realidade, em especial à das Humanidades.

A corrida pela publicação de artigos em revistas especializadas, por pesquisadores consolidados, pós-graduandos e graduandos, pressionou a engrenagem editorial. Para além da divulgação do trabalho de pesquisa, o artigo científico assumiu novos estatutos, inserido em novas práticas acadêmicas: creditação, pré-requisito, pontuação, critério para captação de recursos.

Mais artigos circulando, maior o número de pareceristas demandados. Pareceristas estes que são pesquisadores e professores que enfrentam, já há alguns anos, uma sobrecarga nos âmbitos do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, que nasce da precarização das condições de trabalho e da não reposição dos quadros.

Em um cenário como esse, foi necessária muita paciência e resignação. Por essa razão, agradecemos, já de início, a confiança de todas e todos que nos enviaram suas contribuições e, sobretudo, agradecemos o trabalho desses pareceristas que, ainda que acumulem muitas funções, dedicaram-se a ler, comentar e debater os textos que recebemos. Sem todo esse processo, que exige idas e vindas, nada seria possível. É também muito importante lembrar do apoio da Diretoria do GEL, que nos deu as condições necessárias (logísticas, materiais) para a realização de mais este número.

Quanto aos trabalhos que aqui apresentamos, são artigos que permitem um olhar panorâmico sobre a pesquisa que se faz nas áreas de Linguística e Letras, na medida em que tratam de problemas relativos à Semântica lexical, Linguística histórica, Gramaticalização em Língua Brasileira de Sinais, Terminologia e Estudos do Discurso e do texto Literário.

O número se inicia com o trabalho de Thaís Bechir, intitulado “A análise da relevância propriedade semântica ‘reciprocidade’ nos verbos intransitivos do português brasileiro”, que tem por objetivo analisar os verbos recíprocos intransitivos e verificar se eles podem ser agrupados em uma só classe no português brasileiro, discutindo assim o estatuto da propriedade semântica *reciprocidade*.

O segundo artigo, “O apagamento das consoantes róticas finais: um estudo comparativo entre o português arcaico e o português brasileiro”, de Débora Aparecida dos Reis Justo Barreto e Gladis Massini-Cagliari, mostra o processo de apagamento da

consoante rótica final no português brasileiro de hoje (PB) e no português arcaico (PA), a partir do estudo das *Cantigas de Santa Maria*, indicando que, ao contrário do que ocorre hoje em PB, o -r final não sofria apagamento em PA.

Angélica Rodrigues e Joyce Cristina Souza, no trabalho intitulado “Gramaticalização do sinal ‘motivo’ na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso”, trazem uma importante contribuição para os estudos sobre gramaticalização em línguas sinalizadas, de forma geral. A análise inédita das pesquisadoras sobre os usos do sinal *motivo* na Língua Brasileira de Sinais, glosado frequentemente como “por isso” ou “por causa”, oferece evidências do seu uso polissêmico e multifuncional, na medida em que ao ser usado como nome, advérbio e conjunção, acaba por representar diferentes estágios de gramaticalização.

Em “Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo ‘faculdade’ para o Inglês Internacional”, Regiani Aparecida Santos Zacarias e Dener Martins de Oliveira buscam averiguar a relação de divergência na direção português-inglês do termo “faculdade”, apresentando um estudo que possa servir como referência na escolha de um equivalente em inglês para esse termo “faculdade”, a partir do estudo em dicionários monolíngues de língua portuguesa e bilíngue português-inglês. O trabalho se inscreve num objetivo maior, que tem como cenário a internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES), buscando assim promover, nesse cenário, uma maior adequação do uso do termo “faculdade”, facilitando ao consulente estrangeiro a compreensão do perfil organizacional das IES brasileiras.

No trabalho de Alana Destri e Anselmo Lima, intitulado “Nostalgia em editoriais da *Revista Ferrovia*: um estudo discursivo”, busca-se compreender de que modo o sentimento de nostalgia, considerado pelos autores como uma forma de expressão da saudade, se organiza de maneira discursiva. Com base na teoria dos gêneros discursivos de Bakhtin, e tendo como *cópus* 87 editoriais da *Revista Ferrovia*, Destri e Lima descrevem a forma relativamente estável da manifestação da nostalgia no discurso presente nos editoriais.

Jean Cristtus Portela, em “Semiótica e ideologia”, apresenta uma breve história da relação da semiótica discursiva com o conceito de ideologia, refletindo, especialmente, sobre o modo como se deu, no Brasil, com autores pioneiros como Edward Lopes, José Luiz Fiorin e Diana Luz Pessoa de Barros, a antecipação de certas preocupações teóricas que, na Europa, veio a desenvolver apenas bem recentemente.

No artigo “Django livre: do cinema para os quadrinhos, uma tradução intersemiótica”, Mariana de Souza Coutinho e Renata Mancini trazem um estudo sobre *Django Livre* (2012), do diretor Quentin Tarantino, adaptado para uma série de sete revistas

em quadrinhos. As autoras chamam a atenção da direção pouco usual desse processo, que parte do cinema para as histórias em quadrinhos, e apresentam uma análise sobre o ritmo das duas obras (partida e chegada), relacionando as transições de quadros com a montagem da linguagem cinematográfica.

O artigo “Sobre sonetos, discursos e jornais: sátira e galhofa no conto ‘Aurora sem dia’, de Machado de Assis”, de Márcio Miranda Alves, traz um análise da relação entre a sátira do conto e a linguagem satírica do *Correio Mercantil*, que atacava os adversários por meio do humor. Para Alves, o conto de Machado não é apenas uma representação do universo da imprensa, mas reflete também a linguagem jornalística de uma época.

Por fim, é preciso dizer, mais uma vez, que a continuidade de um trabalho científico como o de uma revista acadêmica, especialmente no Brasil de hoje, só tem sido possível graças ao engajamento de pesquisadores, professores, colegas de toda parte, que nos enviam textos continuamente, nos apoiam e partilham conosco um sonho – ou um modelo de país e de Universidade – que só se poderá realizar como projeto coletivo.

Matheus Nogueira Schwartzmann
Editor da *Revista do GEL*

ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DA PROPRIEDADE SEMÂNTICA RECÍPROCIDADE NOS VERBOS RECÍPROCOS INTRANSITIVOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

The semantic property reciprocity in the intransitive reciprocal verbs of Brazilian Portuguese

Thaís BECHIR¹

Resumo: Os verbos recíprocos (VR) são tratados como uma classe na literatura por possuírem uma propriedade semântica – a reciprocidade – que licencia uma composição sintática: a alternância simples-descontínua. Nesta composição, os eventos denotados pelos verbos podem alternar entre as formas simples, em que os participantes da reciprocidade são denotados por apenas um argumento (*João e Maria conversaram*), e descontínua, em que os participantes são denotados por dois argumentos, sendo um deles preposicionado (*João conversou com Maria*). Objetivamos analisar os VR intransitivos e verificar se eles podem ser agrupados em uma só classe no português brasileiro. Intencionamos propor representações semânticas para as classes encontradas, valendo-nos da decomposição de predicados, além de apresentar uma discussão acerca do estatuto da propriedade semântica *reciprocidade*. Propusemos duas estruturas de decomposição de predicados para os VR intransitivos analisados, demonstrando que eles pertencem a duas classes distintas. Concluímos que os VR não formam uma classe e que a propriedade de reciprocidade, apesar de fazer parte do sentido idiosincrático de alguns verbos, é gramaticalmente irrelevante.

Palavras-chave: Semântica Lexical. Classes verbais. Reciprocidade. Verbos Recíprocos.

Abstract: The reciprocal verbs (RV) are treated as a verb class in the literature for having a semantic property – reciprocity – that allows a syntactic composition: simple-discontinuous alternation. In this composition, the events denoted by the verbs can switch between the simple form, in which the participants of the reciprocity are denoted by only one argument ('John and Mary talked'), and a discontinuous form, in which the participants are denoted by two arguments, and one of them is prepositioned ('John talked to Mary'). We aim to analyze the intransitive RVs and to verify if they can be grouped into a single class in Brazilian Portuguese. We intended to propose semantic representations for the classes we have found, by means of predicate decomposition metalanguage, in addition to presenting a discussion about the status of the semantic property reciprocity. We have proposed two predicate decomposition structures for the intransitive RVs analyzed, demonstrating that they belong to two distinct classes. We conclude that RVs do not form a class and that the property of reciprocity, despite being part of the idiosyncratic sense of some verbs, is grammatically irrelevant.

Keywords: Lexical Semantics. Verbal classes. Reciprocity. Reciprocal Verbs.

¹ Bechir. UFMG. E-mail: thais.carvalhobechir@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0826-7044>.

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

Introdução

Os verbos recíprocos (VR) são tratados como uma classe de verbos na literatura por possuírem, em seu sentido, a informação semântica de reciprocidade entre dois participantes (CHAFE, 1971; FILLMORE, 1972; ILARI, 1987; RAJAGOPALAN, 1987; CROFT, 1991; DOWTY, 1991; GLEITMAN *et al.*, 1996), que licencia uma construção sintática: a “alternância simples-descontínua” (GODOY, 2008). Segundo Godoy (2008), a reciprocidade é uma propriedade semântica comum aos verbos que são passíveis de alternar sua estrutura sintática entre duas formas: a forma simples, em que os participantes da reciprocidade são denotados por um argumento plural (exemplos em (a) abaixo), e a forma descontínua, em que os participantes são denotados por dois argumentos, um em sua posição original, e um preposicionado, na posição de adjunção (exemplos em (b)). Por ser capaz de licenciar uma construção sintática, a alternância simples-descontínua, tal propriedade é considerada gramaticalmente relevante (GODOY, 2008). Exemplificamos os tipos de verbos recíprocos e a alternância simples-descontínua:

- (1) Verbo recíproco transitivo, com reciprocidade no AI (argumento interno)
 - a. A cozinheira misturou *os temperos*. – forma simples
 - b. A cozinheira misturou *o sal com a pimenta*. – forma descontínua
- (2) Verbo recíproco intransitivo, com reciprocidade no AE (argumento externo)
 - a. *As vizinhas* fofocaram. – forma simples
 - b. *Uma vizinha* fofocou *com a outra*. – forma descontínua

De acordo com Godoy (2008), para que um verbo seja classificado como recíproco, seu AE (no caso dos intransitivos) ou seu AI (no caso dos transitivos), na forma simples, deve sempre apontar um conjunto de participantes no mundo, em uma denotação plural, mesmo que o SN seja morfossintaticamente singular na sentença. A autora apresenta os seguintes exemplos (GODOY, 2008, p. 35; p. 83, grifo meu):

- (3)
 - a. *O casal* flertou.
 - b. **João* flertou.
 - c. *Eles* flertaram.

- (4) a. O pedreiro nivelou *a superfície de pisos*.
 b. *O pedreiro nivelou o piso.
 c. O pedreiro nivelou *os pisos*.

Em suma, para que um verbo seja classificado como recíproco, segundo Godoy (2008), ele deve:

- a) possuir a propriedade semântica de reciprocidade entre dois participantes;
 b) exigir um AE com denotação plural na forma simples, quando denotar reciprocidade ao seu AE, ou exigir um AI plural na forma simples, quando denotar reciprocidade ao seu AI;
 c) ser passível de ocorrer na alternância simples-descontínua.

Entretanto, apesar dessas propriedades em comum, Cançado, Godoy e Amaral (2013) questionam o estatuto de classe verbal do grupo de VR. Adotando um critério de análise em que as classes devem ser uniformes tanto em comportamento semântico, como em comportamento sintático, as autoras apontam evidências de que os VR não apresentam tal uniformidade ou, pelo menos, não apresentam comportamento sintático exclusivo, compartilhando uma série de propriedades com verbos não recíprocos. Em uma análise exclusivamente dos VR transitivos, as autoras propõem que esses verbos fazem parte da classe de verbos de mudança de estado (CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013; CANÇADO, AMARAL, 2016), uma vez que possuem as propriedades semânticas e sintáticas desse grupo de verbos: acarretam uma sentença do tipo *ficar estado*, em que esse estado é morfologicamente relacionado ao verbo, e participam da alternância causativo-incoativa²:

- (5) Verbo de mudança de estado não recíproco
- a. A menina sujou a roupa. – forma transitivo-causativa
 b. A roupa ficou suja. – sentença do tipo *ficar estado*
 c. A roupa (se) sujou. – forma intransitivo-incoativa

² A alternância causativo-incoativa é um tipo de intransitivização em que o objeto direto passa para a posição de sujeito, e o sujeito é apagado da estrutura.

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

(6) Verbo de mudança de estado recíproco

- a. A cozinheira misturou os temperos. – forma transitivo-causativa
- b. Os temperos ficaram misturados. – sentença do tipo *ficar estado*
- c. Os temperos (se) misturaram. – forma intransitivo-incoativa

As autoras notam, ainda, que a alternância simples-descontínua, que caracterizaria esses verbos em termos sintáticos, pode também ocorrer com verbos não recíprocos, como o verbo *roubar* (CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013, p. 65):

- (7) a. *O ladrão e a sua esposa* roubaram a loja.
- b. *O ladrão* roubou a loja *com a sua esposa*.

Assumindo a análise de Cançado, Godoy e Amaral (2013) para os VR transitivos e adotando a proposta de classificação verbal das autoras, é nossa intenção verificar se os VR intransitivos, assim como os VR transitivos já analisados, constituem uma classe verbal no PB. Na metodologia adotada para esta análise, consideramos relevantes apenas as propriedades semânticas capazes de licenciar construções sintáticas, seguindo os estudos da Interface Sintaxe-Semântica Lexical (ou apenas Semântica Lexical). Foram selecionados para esta pesquisa 31 VR intransitivos, retirados da pesquisa de Godoy (2008)³. A hipótese levantada é de que, assim como os VR transitivos, os VR intransitivos do PB, por si só, não formam uma classe verbal, sendo agrupados em classes maiores, comparáveis à dos verbos de mudança de estado.

Neste artigo, apresentaremos o arcabouço teórico que subjaz esta pesquisa; analisaremos os VR intransitivos por meio de testes sintático-semânticos, proporemos representações semânticas para as classes de VR intransitivos encontradas e discutiremos, por fim, a relevância gramatical da reciprocidade.

³ Tendo em vista que tomamos os dados coletados previamente por Godoy (2009) para a realização de nossa pesquisa, não objetivamos realizar, neste artigo, a validação de sua coleta. Ao contrário, partimos de sua coleta para discutirmos mais a fundo a propriedade semântica de reciprocidade e o comportamento dos verbos considerados recíprocos. Sendo assim, não temos como objetivo traçar uma discussão sobre transitividade ou sobre a controversa distinção entre complementos e adjuntos.

A classificação verbal

Assume-se, na Semântica Lexical, que, na delimitação de uma classe, não basta observar o sentido específico dos verbos (FILLMORE, 1970; LEVIN, 1993; PESETSKY, 1995; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; GRIMSHAW, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016), mas é necessário observar se há propriedades semânticas presentes nos itens lexicais que são relevantes gramaticalmente, de maneira a impactar sua realização sintática.

Os verbos *brigar* e *bater* parecem ser semelhantes, a princípio, por denotarem algum tipo de movimento que ocorre entre pelo menos dois participantes: um dos participantes faz algum tipo de ação em relação a outro. Podemos pensar, então, que eles são suspeitos de possuírem as mesmas propriedades sintático-semânticas. No entanto, ao observarmos o comportamento de ambos, vemos que apenas um deles ocorre na alternância simples-descontínua:

- (8) a. *O meu irmão e o seu colega brigaram.* – forma simples
 b. *O meu irmão brigou com o seu colega.* – forma descontínua
- (9) a. **O meu irmão e o seu colega bateram.* – forma simples
 b. *O meu irmão bateu no seu colega.* – forma descontínua

Apenas o verbo *brigar*, em (8), aceita um argumento plural na posição de AE, na forma simples, podendo ser classificado como um verbo recíproco. Além disso, a partir de sua forma simples (8a), ele pode alternar para uma forma descontínua (8b). Já o verbo *bater*, em (9), não aceita um argumento plural em uma forma simples (9a), não podendo formar uma sentença que alterne entre as formas simples e descontínua. O verbo *bater* não pode, portanto, ser agrupado na mesma classe que o verbo *brigar*, uma vez que a propriedade semântica compartilhada por esses verbos não é gramaticalmente relevante.

Diferentemente, verbos que aparentemente não têm o mesmo conteúdo semântico, como *quebrar* e *assustar*, possuem as mesmas propriedades sintáticas, o que os agrupa em uma mesma classe:

- (10) a. *Os vândalos quebraram o busto do prefeito.* – forma transitivo-causativa
 b. *O busto do prefeito (se) quebrou.* – forma intransitivo-incoativa

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

- (11) a. Os vândalos assustaram o prefeito. – forma transitivo-causativa
b. O prefeito (se) assustou. – forma intransitivo-incoativa

Tanto em (10) como em (11), os verbos apresentam uma forma transitiva, que denota a causação de uma mudança de estado de um agente ou causa em um paciente (exemplos em (a)), e uma forma intransitiva, que denota apenas a mudança de estado do paciente (exemplos em (b)). Na verdade, as propriedades semânticas que agrupam verbos como *quebrar* e *assustar* são noções primitivas, como causa e mudança de estado. Tais verbos compartilham propriedades semânticas que são gramaticalmente relevantes, o que faz com que sejam agrupados em uma classe, a classe dos verbos de mudança de estado.

Cançado e Gonçalves (2016), seguindo Levin (2010), propõem que o nível de análise, o *grain-size*, também é relevante na classificação verbal. Levin (2010) já apontava que classes verbais podem ter diferentes tamanhos, dependendo do tipo e do nível do fenômeno linguístico levado em conta. As autoras assumem três níveis de análise para o agrupamento dos verbos, propostos a partir do nível de “granularidade” da classe verbal: *coarse-grained*, *medium-grained* e *fine-grained*. Cada um desses níveis se associa a determinados tipos de fenômenos linguísticos e sua escolha depende do tipo de análise que está sendo feita, mais ampla (*coarse-grained*), mediana (*medium-grained*) ou mais específica (*fine-grained*).

Segundo Cançado e Amaral (2016), a classificação do tipo *coarse-grained* agrupa os verbos por propriedades mais gerais, que podem estar presentes em verbos com diferentes representações semânticas. O conjunto de verbos transitivos é dado pelas autoras como um exemplo de classe que pode ser definida a partir desse nível de análise. Verbos transitivos diretos que apresentam um agente na posição de AE, segundo Jackendoff (1972), podem ser passivizados⁴, o que os agrupa, de acordo com Cançado e Amaral (2016), em uma classe *coarse-grained*, visto que está sendo levada em conta apenas parte da estrutura desses verbos.

A análise do tipo *medium-grained*, por sua vez, considera toda a estrutura semântica de um grupo de verbos para que eles possam ser considerados uma classe verbal. Ela traz informações a respeito de classes consideradas mais canônicas na literatura. Um bom exemplo deste tipo de classificação é a classe dos verbos de mudança de estado, já exemplificada acima. Esses verbos possuem a propriedade sintática de participarem da alternância causativo-incoativa.

⁴ Isso não implica, contudo, que apenas verbos com agente na posição de sujeito podem ser passivizados.

Por fim, a classificação do tipo *fine-grained* baseia-se apenas em sentidos idiossincráticos de alguns tipos de verbos que, de alguma maneira, licenciam determinadas construções sintáticas. O exemplo dado por Cançado e Amaral (2016) para elucidar essa classe são os VR. As autoras assumem que os VR, por si só, não formam uma classe do tipo *coarse-grained* ou *medium-grained* por não apresentarem nenhuma semelhança em sua estrutura argumental. Elas consideram, entretanto, que esses verbos são uma classe em uma análise do tipo *fine-grained*, já que, a partir da propriedade semântica de reciprocidade que eles abarcam, possuem a possibilidade de alternar entre as formas simples e descontínua. A propriedade semântica de reciprocidade não está presente na estrutura dos VR, mas é uma propriedade que faz parte de seu sentido idiossincrático.

Em suma, em um nível *medium-grained*, temos uma classe onde estão agrupados os VR transitivos, juntamente com outros verbos do PB: a classe dos verbos de mudança de estado. Ou seja, segundo Cançado, Godoy e Amaral (2013) os VR, por si só, não formam uma classe do tipo *medium-grained*, mas estão agrupados em uma classe deste tipo junto a outros verbos. No entanto, Cançado, Godoy e Amaral (2013) consideram que os VR transitivos, por si só, formam uma classe em um nível mais restrito, *fine-grained*, por possuírem uma propriedade semântica que tem impacto na sintaxe.

Baseando-nos nessas definições, objetivamos verificar se os VR intransitivos, não levados em conta na análise das autoras, podem ser considerados uma classe canônica, do tipo *medium-grained*, no PB.

A linguagem de decomposição de predicados primitivos

As informações sintáticas e semânticas de um verbo e de uma classe de verbos, ou seja, sua estrutura argumental, podem ser representadas a partir de diferentes metalinguagens. Alguns autores, começando por Fillmore (1968), propõem que a representação das estruturas argumentais dos verbos pode se dar a partir de uma lista de papéis temáticos. Em contrapartida, autores como Jackendoff (1983, 1990), Pinker (1989), Levin e Rappaport Hovav (2005), Cançado, Godoy e Amaral (2013), entre outros, adotam uma representação da estrutura argumental de um item verbal por meio da decomposição de seu significado em predicados primitivos, reforçando a ideia de que o sentido dos verbos é composicional. Os elementos da sintaxe dessa metalinguagem são os predicados, seus argumentos e seus modificadores e sua sintaxe é simples: um predicado pede um ou dois argumentos para saturar seu sentido e pode ser modificado. Segundo Cançado e Amaral (2016), a decomposição de predicados representa de maneira

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

mais complexa a semântica dos verbos. A partir dela, podemos observar a complexidade do evento denotado pelo verbo (se ele é ou não causativo)⁵, o papel temático de seus participantes e seu aspecto lexical.

Como vimos, os verbos de mudança de estado podem ser considerados uma classe por compartilharem a propriedade semântica de representarem um evento em que uma entidade muda de estado, acarretando o sentido *ficar estado*, e por serem causativos, contendo dois subeventos em seu sentido. Além disso, os verbos dessa classe podem alternar entre as formas transitiva e intransitiva, na alternância causativo-incoativa. Sua estrutura é dada abaixo (CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013, p. 93):

(12) a. v: [[X ACT] CAUSE [BECOME [Y <STATE>]]]⁶

b. *amassar*: [[X ACT] CAUSE [BECOME [Y <AMASSADO>]]]

Na representação de (12b), podemos notar que o sentido do verbo *amassar* foi decomposto em elementos menores de sentido: os predicados primitivos (ACT, CAUSE e BECOME), as variáveis (X e Y) e a raiz “AMASSADO”, que pertence à categoria ontológica dos estados, representada por STATE na estrutura da classe, em (12a). As variáveis X e Y são argumentos que saturam o sentido dos predicados. A raiz “AMASSADO” é a parte idiossincrática do sentido do verbo, ou seja, é ela que diferencia o significado dos verbos pertencentes à mesma classe, tais como, *quebrar* e *assustar*. O constituinte [X ACT] está associado ao desencadeamento da ação, enquanto o elemento [BECOME Y] denota o resultado da ação. O metapredicado CAUSE expressa a relação de causação entre a ação e seu resultado final. A raiz AMASSADO, por fim, denota o estado final do evento de *amassar*.

A estrutura dada em (12b), para o verbo *amassar*, pode ser representada pela seguinte sentença:

(13) A estudante amassou o papel.

5 Verbos causativos possuem uma relação causal necessária entre dois subeventos que compõem a semântica de um mesmo verbo: a ação e o resultado (CANÇADO; AMARAL, 2016). Em um verbo causativo como *amassar*, temos: [SUBEVENTO 1 a ação [SUBEVENTO 2 o resultado de algo ficar amassado]].

6 As estruturas de decomposição de predicados são apresentadas em inglês, língua em que foram propostas, para reforçar seu caráter universal, ou seja, não importa a língua em que aparecem, os predicados possuem o mesmo sentido (PINKER, 1989; CANÇADO; AMARAL, 2016).

Em (13), temos que os argumentos do verbo *amassar*, *a estudante* e *o papel* estão associados às variáveis X e Y, respectivamente. O constituinte [X ACT] é representado pelo fato de a estudante agir e a parte da estrutura [BECOME [Y <AMASSADO>]] é representada pelo fato de que, se a estudante amassou o papel, então o papel tornou-se amassado. O metapredicado CAUSE, por fim, representa o fato de que a estudante amassar o papel causa nele uma mudança de estado.

Adotaremos, neste trabalho, a decomposição de predicados como metodologia de análise da semântica dos VR intransitivos, propondo uma representação de seu sentido.

Propriedades semânticas e sintáticas dos VR intransitivos

Nesta seção, analisaremos os VR intransitivos⁷ a partir de testes sintático-semânticos. Com o intuito de observar quais propriedades semânticas podem ter impacto na sintaxe de uma língua, pareceu-nos relevante a realização de análises aspectuais com relação aos VR intransitivos. A partir dessas análises, objetivamos observar a relação do aspecto lexical desses verbos com sua estruturação sintática.

O aspecto lexical, diferentemente do aspecto gramatical, é uma propriedade que vem especificada na entrada lexical dos itens verbais. Por ser inerente ao sentido do verbo, ele não vem marcado morfossintaticamente. Vendler (1967) propôs um sistema de aspecto lexical que é, ainda hoje, o mais aceito pelos linguistas. Segundo o autor, os verbos podem ser divididos em quatro classes aspectuais, a saber, estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*. Essas quatro classes aspectuais se diferenciam em relação a três pares de valores aspectuais: estaticidade x dinamicidade; pontualidade x duratividade; telicidade x atelicidade. De acordo com a classificação de Vendler (1967) e seus valores aspectuais, os estados são estaticos, durativos e atélicos. As atividades são dinâmicas, durativas e atélicas. Os *accomplishments* são dinâmicos, durativos e téllicos. Os *achievements* são dinâmicos, pontuais e téllicos.

Baseando-nos na proposta de Vendler (1967), analisamos os esquemas temporais definidos pelos VR intransitivos⁸. A partir da análise, percebemos que a diferença de valor aspectual entre eles tem relação com o par 'estaticidade x dinamicidade'. Vejamos:

7 Os 31 VR intransitivos retirados de Godoy (2008) para serem analisados neste trabalho são: *brigar, brindar, cochichar, coexistir, coincidir, combinar, comerciar, concordar, conflitar, contracenar, conversar, conviver, coocorrer, cooperar, corresponder, destoar, dialogar, discordar, discrepar, divergir, duelar, empatar, ficar, flertar, lutar, namorar, pactuar, prosear, rimar, tabelar* e *transar*.

8 Assumimos, juntamente com Cançado e Amaral (2016), que os verbos podem ter uma leitura aspectual derivada em determinadas sentenças, decorrente da estruturação sintática.

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

- (14) A natureza e o homem coexistem.
- (15) Nossos horários de trabalho coincidem.
- (16) As cores preto e vermelho combinam.
- (17) O menino e sua irmã brigam muito.
- (18) Leonardo DiCaprio e Kate Winslet contracenam juntos.
- (19) Mike Tyson e Evander Holyfield lutam muito.

Em (14), (15) e (16), temos que os verbos *coexistir*, *coincidir* e *combinar* denotam situações que não necessitam de nenhuma força ou movimento para se manterem (são estativos), apresentam situações que se estendem em um período de tempo (são durativos) e não apresentam um resultado final (são atélícos). Nos verbos atélícos, cada instante é igual ao seu todo e não é preciso atingir um resultado final para que suas situações sejam verdadeiras: se dividirmos em três tempos as situações de *coexistir*, *coincidir* e *combinar*, teremos que $t_1=t_2=t_3$. De maneira semelhante, *brigar*, *contracenar* e *lutar*, em (17), (18) e (19), descrevem eventos que se estendem em um período de tempo (são durativos) e, também, não apresentam um resultado final (são atélícos). No entanto, podemos notar que esses verbos denotam situações que necessitam de uma força para continuarem a ocorrer (são dinâmicos), o que os diferencia dos verbos estativos *coexistir*, *coincidir* e *combinar*. Sendo assim, sem o impacto de alguma força ou movimento, *brigar*, *contracenar* e *lutar* não são eventos possíveis de se manterem no mundo. Feita esta análise, percebemos que *coexistir*, *coincidir* e *combinar* são verbos de estado, enquanto *brigar*, *contracenar* e *lutar* são verbos de atividade.

Concluimos, portanto, que os VR intransitivos do PB se diferenciam entre verbos com o aspecto lexical de atividade e verbos com aspecto lexical de estado. A distinção entre as características aspectuais desses verbos é um primeiro indício de que não se trata de uma única classe verbal.

Ainda, com a finalidade de compreender melhor o comportamento dos VR intransitivos de atividade, seguimos a proposta de Amaral e Cançado (2015). As autoras apontam evidências da diferença de comportamento entre dois tipos de verbos agentivos de atividade, que foram considerados por vários autores como pertencentes a uma mesma classe (RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1998, 2010; PINKER, 1989; GRIMSHAW, 2005): verbos do tipo *correr* e verbos do tipo *escrever*.

Uma das evidências dadas pelas autoras é a relação entre estes verbos e um objeto cognato: enquanto os verbos do tipo *correr* aceitam um objeto cognato, os verbos do tipo *escrever* não. Os objetos cognatos ou os objetos hipônimos, que também são aceitos pelos verbos do tipo *correr*, não são argumentos do verbo e, por isso, se comportam de forma diferente (JONES, 1988). Sendo assim, sua presença na posição de AI evidencia a existência de um nome contido dentro dos verbos, bem como a natureza agentiva de seu AE.

Objetivando observar a qual grupo de verbos agentivos de atividade os VR intransitivos fazem parte, testamos se eles aceitam a presença de um objeto cognato em sua estrutura sentencial. Como resultado, obtivemos que os VR intransitivos de atividade de nossa análise aceitam um objeto cognato ou hipônimo e são, portanto, verbos do tipo *correr*. Observemos alguns exemplos (em itálico, temos o objeto cognato):

- (20) Os atletas correram *a corrida de São Silvestre*.
- (21) O menino e sua irmã brigaram *uma briga feia*.
- (22) Leonardo DiCaprio e Kate Winslet contracenaram *uma cena emocionante*.
- (23) Mike Tyson e Evander Holyfield lutaram *uma verdadeira luta*.

Podemos evidenciar a diferença do comportamento semântico-sintático entre os VR intransitivos de atividade e os VR intransitivos de estado, quando notamos que os últimos não formam sentenças gramaticais quando acrescidos de um objeto cognato:

- (24) * A natureza e o homem coexistem *uma boa coexistência*.
- (25) * Nossos horários de trabalho coincidem *uma coincidência certa*.
- (26) * As cores preto e vermelho combinam *uma combinação perfeita*.

Além disso, a diferença de comportamento dos VR intransitivos de atividade em relação aos VR intransitivos de estado pode ser reafirmada a partir de um teste proposto por Jackendoff (1990). Segundo o autor, um argumento que se encaixa em uma estrutura do tipo “o que x fez foi...” pode ser identificado como um agente. Assim, para observar se os verbos de nossa análise eram agentivos, testamos se seus AE se encaixam neste tipo de estrutura:

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

- (27) O que *o menino* fez foi brigar com sua irmã.
- (28) O que *o Leonardo DiCaprio* fez foi contracenar com a Kate Winslet.
- (29) O que *o Mike Tyson* fez foi lutar com o Evander Holyfield.
- (30) *O que *o homem* fez foi coexistir com a natureza.
- (31) *O que *meu horário* fez foi coincidir com o seu.
- (32) *O que *a cor preta* fez foi combinar com a cor vermelha.

A partir do teste acima, notamos que os verbos de atividade, (27) a (29), são agentivos. Os verbos de estado, (30) a (32), ao contrário, não aceitam um agente na posição de AE, ou seja, não são agentivos. Este teste reforça a ideia de que os VR intransitivos de atividade fazem parte de um dos grupos de verbos de atividade agentivos de Amaral e Cançado (2015).

O objeto cognato também é utilizado, na literatura, para diferenciar os dois tipos de verbos intransitivos, segundo a ‘Hipótese Inacusativa’ (PERLMUTTER, 1978): os verbos inacusativos e os verbos inergativos. Podemos dizer que não se pode acrescentar aos verbos inacusativos um objeto cognato, uma vez que a função de objeto já está sendo exercida em sua estrutura. Os verbos inergativos, por sua vez, aceitam um cognato na posição de objeto direto, uma vez que eles não possuem essa função sintática já exercida em sua estrutura.

Sabendo-se que todo objeto direto tem a característica de ser construído no participípio, temos que apenas os verbos inacusativos aceitam essa construção. Os verbos inergativos, por possuírem um “sujeito verdadeiro”, não podem ser construídos no participípio. Vejamos a diferença de comportamento entre um verbo recíproco de estado (33) e um verbo recíproco de atividade (34) abaixo:

- (33) a. As cores branco e preto combinam.
- b. *As cores preto e vermelho combinam *uma combinação perfeita*.
- c. As cores combinadas.
- (34) a. Mike Tyson e Evander Holyfield lutaram.
- b. Mike Tyson e Evander Holyfield lutaram *uma verdadeira luta*.
- c. *Os lutadores lutados.

Acima, demonstramos que os verbos de estado como *combinar* não aceitam um objeto cognato (33b), mas podem ser construídos no particípio (33c), característica própria de verbos inacusativos. Já os verbos de atividade, como *lutar*, podem ser construídos com um objeto cognato (34b), mas não aceitam uma construção no particípio (34c), o que é comum a verbos inergativos. Considerando que os VR intransitivos de estado não aceitam um objeto cognato em sua estrutura, propomos que eles possuem a característica sintática de serem verbos inacusativos⁹. Já os VR intransitivos de atividade, por aceitarem um objeto cognato em sua estrutura, possuem a característica sintática de serem inergativos.

Em conclusão, apresentamos um quadro contendo os 31 VR intransitivos analisados e suas propriedades sintático-semânticas.

Quadro 1. Propriedades sintático-semânticas dos VR intransitivos

VERBO	ASPECTO LEXICAL	OBJETO COGNATO	AGENTIVIDADE	INACUSATIVIDADE
brigar, brindar, cochichar, comerciar, conflitar, contracenar, conversar, dialogar, discordar, duelar, ficar, flertar, lutar, namorar, pactuar, prosear, tabelar, transar.	atividade	✓	agentivo	inergativo
coexistir, coincidir, combinar, concordar, conviver, coocorrer, cooperar, corresponder, destoar, discrepar, divergir, empatar, rimar.	estado	⊘	não agentivo	inacusativo

Fonte: Elaboração própria

⁹ Apesar de não ser comum a classificação de verbos estativos em relação ao par inacusatividade x inergatividade, nós apresentamos evidências de que os verbos estativos parecem se comportar como verbos inacusativos. É necessário, no entanto, estudos mais completos para que nossa proposta seja devidamente averiguada. Siloni (2001) também conclui, a partir de suas análises, que existem recíprocos inerentes que são predicados inacusativos, formados pela redução do papel temático externo. Não é nosso objetivo, entretanto, explicitar sua proposta neste artigo.

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

A representação dos verbos recíprocos intransitivos

Nesta seção, propomos a estrutura argumental dos VR intransitivos por meio da linguagem de decomposição em predicados primitivos. Em uma estrutura de decomposição de predicados, temos uma parte do significado que é recorrente entre os verbos de uma classe, e uma parte que representa o sentido idiossincrático dos verbos, que chamamos de “raiz” (RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1998; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005). As raízes podem ser argumentos, predicados ou modificadores do verbo. Além disso, elas pertencem a algumas categorias ontológicas, como STATE ‘estado’, EVENT ‘evento’, THING ‘coisa’, MANNER ‘maneira’ e PLACE ‘lugar’. Essas categorias são representativas do sentido específico de uma classe de verbos e, assim como os predicados, possuem um número limitado (LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005).

Com o objetivo de descobrir a categoria ontológica dos VR intransitivos, realizamos o teste de retirar um nome de dentro dos verbos (CANÇADO; AMARAL, 2016). Cançado e Amaral (2016), seguindo as ideias iniciais de Jackendoff (1990), propõem que podemos extrair sintagmas correlatos ao sentido dos verbos, os quais evidenciam o componente semântico da raiz verbal. A partir deste teste, intencionamos observar a parte de sentido que os VR intransitivos carregam, reforçando a ideia de que o sentido de um item verbal é composicional. O teste feito para os VR de aspecto lexical de atividade está ilustrado abaixo:

- (35) Brigar = briga.
- (36) Contracenar = cena.
- (37) Lutar = luta.

Como chegamos à conclusão de que os VR de aspecto lexical de atividade fazem parte da mesma classe que os verbos do tipo *correr*, analisados por Amaral e Cançado (2015), entendemos que eles teriam a mesma estrutura e, portanto, a mesma categoria ontológica desses, sendo representados pela categoria ontológica EVENT ‘evento’.

Abaixo, demonstramos o teste realizado para os VR de aspecto lexical de estado:

- (38) Coexistir = coexistência.
- (39) Coincidir = coincidência.
- (40) Combinar = combinação.

Cançado (2012), baseando-se em Van Valin (2005), propõe para os verbos psicológicos do tipo *temer* a categoria ontológica THING “coisa”. Pinker (1989) dá a estrutura do verbo estativo *have* “ter”, considerado também um predicado primitivo na teoria, utilizando-se, de forma semelhante, da categoria ontológica THING para representar seu sentido. Seguindo a ideia desses autores que, apesar de possuírem propostas com enfoques distintos, tomam como ferramenta de base o decomposicionismo de Jackendoff¹⁰, levamos em conta a possibilidade de a categoria ontológica <THING> ser a representativa do sentido idiosincrático da classe dos VR intransitivos de estado.

Tendo realizado o teste do nome dentro dos verbos, realizamos um novo teste, com o intuito de descobrir o predicado primitivo adequado para estruturar os VR intransitivos de atividade e de estado. Por meio deste teste, objetivamos encontrar uma paráfrase do sentido dos verbos, fazendo uso dos nomes dos verbos que encontramos a partir do teste anterior (PINKER, 1989). Exemplificamos o teste de paráfrase¹¹ para os VR intransitivos de atividade:

- (41) Brigar = fazer uma briga.
- (42) Contracenar = fazer uma cena.
- (43) Lutar = fazer uma luta.

Vejamos agora o resultado das paráfrases para os VR intransitivos de estado:

- (44) Coexistir = ter coexistência.
- (45) Coincidir = ter coincidência.
- (46) Combinar = ter combinação.

A partir do teste do nome dentro dos verbos e do teste da paráfrase dos verbos, pudemos observar o comportamento dos VR intransitivos. Parece-nos possível, agora, discutir mais a fundo quais seriam suas categorias ontológicas e propor a eles um predicado primitivo.

¹⁰ Enquanto Pinker (1989) visa à construção de uma teoria de aquisição em alternâncias verbais, *bootstrapping* semântico e mudança linguística utilizando-se da decomposição, Cançado (2012) propõe uma análise dos verbos psicológicos a partir do decomposicionismo.

¹¹ É importante observar que as paráfrases dos verbos podem variar. Reconhecendo-se essa possibilidade de variação, as paráfrases foram elaboradas levando em conta o aspecto lexical básico do verbo.

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

Os VR intransitivos de atividade são semântica e sintaticamente semelhantes aos verbos da classe de *correr*¹², cujo comportamento foi investigado por Amaral e Cançado (2015). Assim, a partir da aceitabilidade dos VR intransitivos de atividade quanto ao objeto cognato, concluímos que eles são estritamente agentivos e que eles têm a característica sintática de serem inergativos, pertencendo à mesma classe que os verbos do tipo *correr*. Amaral e Cançado (2015) propõem uma separação dos verbos agentivos de atividade em duas classes: os verbos do tipo *correr* seriam representados pela estrutura argumental [X DO <EVENT>], enquanto os verbos do tipo *escrever* seriam representados pela estrutura [X ACT_{<MANNER>}]. As autoras seguem a ideia de Harley (2005), mostrando que a classe dos verbos do tipo *correr* não pode conter MANNER 'maneira' como categoria ontológica. A evidência dada por elas para justificar a separação dos verbos intransitivos agentivos de atividade em duas classes distintas é o fato de que uma estrutura como [X ACT_{<MANNER>}] só pode derivar atividades durativas e verbos como *pular*, por exemplo, são atividades agentivas intransitivas pontuais (conhecidas como semelfactivos)¹³. Propõe-se que os verbos do tipo *correr* possuem, portanto, a raiz EVENT (ROSS, 1972; HARLEY, 2005). As autoras também demonstram que os verbos do tipo *correr* não podem conter o predicado primitivo ACT (RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1998), por ele ser monoargumental, não deixando espaço na estrutura para um argumento-raiz do tipo EVENT. Propõe-se para eles, então, o predicado primitivo DO, já que ele é biargumental, requerendo uma variável e a raiz EVENT como argumentos (ROSS, 1972).

Visto que consideramos que os VR intransitivos de atividade pertencem à mesma classe dos verbos do tipo *correr*, propomos a eles a seguinte estrutura argumental (47a) e apresentamos alguns exemplos de verbos pertencentes a essa classe (47b, 47c, 47d):

- (47) a. *v*: [X DO <EVENT>].
b. *brigar*: [X DO <BRIGA>].
c. *contracenar*: [X DO <CENA>].
d. *lutar*: [X DO <LUTA>].

Dada a estrutura de decomposição de predicados para os VR intransitivos de atividade, podemos agora discutir a estrutura dos VR intransitivos de estado, para os

12 São exemplos de verbos do tipo *correr*, os verbos *dançar*, *chorar*, *pular* e *andar*.

13 Assumiremos, juntamente com Levin (1999), Harley (2005) e Cançado e Amaral (2016), que os verbos semelfactivos como *pular* não formam uma quinta classe aspectual, mas são atividades que carregam o sentido idiossincrático da iteratividade em sua entrada lexical.

quais já foram apresentados os testes de nome contido nos verbos (35-37) e paráfrase dos verbos (44-46). Na paráfrase dos verbos de estado, pudemos perceber uma regularidade com relação ao uso do verbo *ter*. Consideramos, então, a possibilidade de utilizarmos, para representar o sentido recorrente desta classe de verbos, o metapredicado HAVE, já utilizado por Pinker (1989) e Caçado (2012) em suas representações. Para os verbos psicológicos do tipo *temer*, Caçado (2012, p. 15) propõe o metapredicado TER e a categoria ontológica THING:

- (48) a. *v.*: [X TER <THING> por Y]
 b. *temer*: [X TER <TEMOR> por Y]

Pinker (1989) propõe a existência do metapredicado HAVE, além do metapredicado BE, já que, para ele, a propriedade de posse pode ser conceptualizada por meio desses dois predicados semânticos. Nesse sentido, o autor sugere que, cognitivamente, o estado HAVE é simplesmente o inverso do estado BE, tratando a *location*¹⁴, ao invés do *locatum*¹⁵, como seu “sujeito lógico” (PINKER, 1989). Abaixo, representamos a ideia do autor:

- (49) BE: {posse/*locatum*, possuidor/*location*}
 (50) HAVE: {possuidor/*location*, posse/*locatum*}

Dadas as representações acima, notamos que o predicado BE deve ser utilizado em uma estrutura em que o AE indica posse e o AI indica o possuidor. Inversamente, a conceptualização da ideia de posse a partir do predicado HAVE deve ser feita quando temos um AE designando possuidor e um AI designando uma posse.

Pinker (1989) aponta outras diferenças entre os predicados BE e HAVE. Segundo o autor, enquanto o predicado BE pode ser definido normalmente por meio de um campo locacional, podendo ser estendido para um campo de posse, o predicado HAVE é normalmente definido a partir do campo de posse, podendo ser estendido para um campo locacional. A partir desta ideia, podemos notar que o predicado HAVE, definido a partir de um campo de posse, melhor define os VR intransitivos de estado:

- (51) X ter coincidência: {possuidor/*location*, posse/*locatum*}

14 O termo *location* faz referência ao lugar, ou seja, nesse caso, ao possuidor.

15 O termo *locatum* faz referência à posse.

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

Em (51), o AE de *ter*, X, é o possuidor, enquanto seu AI, *coincidência*, é a posse. Isso justifica a nossa opção pelo metapredicado HAVE em contraposição à possibilidade de utilizarmos o metapredicado BE.

Considerando-se a vantagem do uso do predicado HAVE e com base nas estruturas dadas pelos autores apontados, propomos a estrutura de decomposição de predicados para os VR intransitivos de estado (52a) e apresentamos alguns exemplos de verbos pertencentes a essa classe (52b, 52c, 52d):

- (52)
- a. *v*: [X HAVE <THING>]
 - b. *coexistir*: [X HAVE <COEXISTÊNCIA>]
 - c. *coincidir*: [X HAVE <COINCIDÊNCIA>]
 - d. *combinar*: [X HAVE <COMBINAÇÃO>]

Encontradas as estruturas de decomposição de predicados para os VR intransitivos do PB, retomamos o nosso objetivo de discutir se esses verbos podem ser agrupados em uma classe verbal única, do tipo *medium-grained*. Podemos afirmar que os VR intransitivos, assim como os VR transitivos analisados por Caçado, Godoy e Amaral (2013), não formam uma única classe verbal *medium-grained* no PB, uma vez que eles possuem duas estruturas semânticas distintas: [X DO <EVENT>] e [X HAVE <THING>]. Sendo assim, como vimos a partir dos testes executados, eles não compartilham as mesmas propriedades sintáticas e semânticas.

Destacamos que a classe de verbos com a estrutura [X DO <EVENT>] não é composta apenas de VR intransitivos de atividade, mas por outros verbos intransitivos agentivos de atividade, analisados por Amaral e Caçado (2015). Assim, os VR intransitivos de atividade, por si só, não formam uma classe *medium-grained*, mas estão agrupados na classe [X DO <EVENT>] juntamente com outros tipos de verbos: os verbos do tipo *correr*, de Amaral e Caçado (2015). Além disso, há fortes indícios de que a classe de verbos formada a partir da estrutura [X HAVE <THING>] também não é composta apenas de VR intransitivos estativos, visto que encontramos exemplos de verbos estativos intransitivos não recíprocos que parecem ter esta mesma estrutura semântica: *proceder* = ter procedência ([X HAVE <PROCEDÊNCIA>]); *existir* = ter existência ([X HAVE <EXISTÊNCIA>]). As evidências apresentadas a partir desses exemplos apontam para o fato de que os VR intransitivos estativos, por si só, não formam uma classe *medium-grained*, mas estão agrupados na classe de estrutura [X HAVE <THING>] juntamente com outros tipos de verbos estativos do PB. Uma análise mais fina dos demais verbos pertencentes a essa classe, no entanto, deve ser realizada em trabalhos futuros.

Confirmamos, portanto, a hipótese levantada de que os VR intransitivos do PB não formam uma classe verbal, mas fazem parte de classes verbais mais amplas em um nível *medium-grained*, em concordância com a proposta de Cançado, Godoy e Amaral (2013). Na seção seguinte, discutimos a classificação dos VR intransitivos em um nível *fine-grained*.

Os verbos recíprocos transitivos e intransitivos: uma classe verbal *fine-grained*?

Cançado, Godoy e Amaral (2013) apresentaram evidências de que os VR possuem diferentes comportamentos sintático-semânticos: verbos do tipo *conversar* são intransitivos e não acarretam um estado final, enquanto os verbos do tipo *misturar* acarretam *ficar estado*, participam da alternância causativo-incoativa e são bieventivos. A partir disso, as autoras concluíram que os VR não formam uma classe verbal no PB. Cançado e Amaral (2016), baseando-se nessa análise anterior, propõem que os VR não formam uma classe verbal canônica, do tipo *medium-grained*, no PB, mas uma classe de análise mais restrita, do tipo *fine-grained*, visto que os verbos desta classe possuem a propriedade semântica de reciprocidade, que licencia uma construção sintática: a alternância simples-descontínua.

Nesta seção, apresentaremos evidências de que o agrupamento dos VR em uma única classe verbal não é simples de ser fundamentado, nem mesmo em um nível mais restrito de análise. Uma primeira evidência vem do fato de que a própria caracterização do que seja um verbo lexicalmente recíproco é problemática. Segundo Godoy (2008), um verbo lexicalmente recíproco pode ser identificado a partir da relação de acarretamento entre as formas simples e descontínua, ou seja, se o verbo é recíproco, sua forma simples acarreta a descontínua. Porém, esse teste não se mostra suficiente para separar os verbos lexicalmente recíprocos daqueles cuja reciprocidade é sintática. Observemos os exemplos abaixo:

- (53) a. A mãe e o bebê dormiram. – forma simples
 b. A mãe dormiu com o bebê. – forma descontínua
- (54) a. Mike Tyson e Evander Holyfield lutaram. – forma simples
 b. Mike Tyson lutou com Evander Holyfield. – forma descontínua

De acordo com a análise de Godoy (2008), apenas o verbo *lutar*, em (54), é um verbo lexicalmente recíproco. O verbo *dormir*, em (53), seria considerado não recíproco em uma construção sintática recíproca. No entanto, podemos notar que os verbos *dormir* e *lutar* apresentam o mesmo comportamento com relação ao acarretamento: ambos, em sua forma simples, não acarretam sentenças descontínuas:

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

(55) A mãe e o bebê dormiram. ~ † A mãe dormiu com o bebê¹⁶.

(56) Mike Tyson e Evander Holyfield lutaram. ~ † Mike Tyson lutou com Evander Holyfield.

Além disso, Godoy (2008) argumenta que os verbos lexicalmente recíprocos requerem, de maneira obrigatória, um argumento plural na posição de AE ou de AI em sua forma simples, como já apontamos. Entretanto, essa argumentação não se mostra válida para alguns dos verbos classificados como recíprocos pela autora:

(57) *Galvão Bueno* comentou a partida de futebol.

(58) *Cristina* discutiu os resultados de sua dissertação.

(59) *Jorge* joga futebol todas as quartas.

Nas sentenças acima, temos verbos que denotam reciprocidade ao seu AE. Podemos notar, a partir delas, que nem todos os verbos classificados por Godoy (2008) como lexicalmente recíprocos exigem que seu AE tenha uma denotação plural. Reforçando essa ideia, Siloni (2001) reconhece a existência de uma operação derivacional que reduz o AI e que forma VR nas diferentes línguas. O autor argumenta que esta operação se aplica em certas línguas na sintaxe e em outras no léxico, afirmando que os VR que não aceitam um argumento singular são os verbos sintaticamente recíprocos, e não os que possuem reciprocidade lexical.

As análises do teste do acarretamento e do argumento plural, juntamente com a proposta de Siloni (2001), enfraquecem a ideia de que os VR formam uma classe de verbos e mostram que a própria noção de reciprocidade lexical é difícil de ser definida, uma vez que os testes propostos na literatura para a identificação de tal propriedade não parecem se sustentar.

Cançado *et al.* (2013) mostram, além disso, como já apontamos, que a alternância simples-descontínua não é uma composição sintática comum apenas aos VR, podendo ocorrer com vários tipos de verbos no PB. As autoras citam o verbo transitivo *roubar* (CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013, p. 65) e podemos citar, também, o verbo intransitivo *jantar*:

¹⁶ O símbolo ~ † indica a ausência de acarretamento (CANN, 1993).

- (60) a. João e Maria roubaram a loja. – forma simples
 b. João roubou a loja com Maria. – forma descontínua
- (61) a. Cristina e Jorge jantaram. – forma simples
 b. Cristina jantou com Jorge. – forma descontínua

Os verbos *roubar* e *jantar* não exigem um AE plural e não possuem a propriedade semântica de reciprocidade em seu sentido, no entanto, ocorrem nas formas simples e descontínua.

Ignácio (2009) trata a respeito do comitativo, um caso semântico pouco estudado, defendendo a ideia de que ele é um complemento do verbo. Segundo o autor, o comitativo é um termo nuclear que se caracteriza por participar da estrutura oracional na posição de complemento, porém com função idêntica à do AE da oração. O comitativo pode ser introduzido em uma sentença por meio da preposição *com* ou por meio da expressão *junto com*. Vejamos alguns exemplos de argumentos comitativos (marcados em itálico) (IGNÁCIO, 2009, p. 17, grifo nosso):

- (62) O patrão discutia *com o empregado*.
- (63) O filho sofria *junto com a mãe* a perda do pai.
- (64) A Maria sempre saía *com o João*.

Seguindo a proposta do autor, em (62), tanto o AE quanto o comitativo são agentes; em (63), tanto o AE quanto o comitativo são pacientes e, em (64), o AE e o comitativo são temas.

Hurst (2010) trata do comitativo ao fazer uma análise das construções recíprocas do Swahili¹⁷. Segundo o autor, o comitativo possui propriedades tanto de argumento quanto de adjunto. Sendo assim, ele utiliza da concepção de *a-adjunct* 'a-adjunto', de Grimshaw (1990), para demonstrar que o comitativo possui esse *status* intermediário. O autor desenvolve sua análise concluindo que alguns predicados podem selecionar um comitativo como um argumento, ao invés de um a-adjunto. Ainda, o autor conclui que, para que o comitativo a-adjunto seja reanalisado como um argumento, o predicado deve requerer a participação de duas entidades que devem se engajar em uma relação

17 O suaíli ou suaíle, também chamado de suahíli e conhecido pelas formas vernáculas Swahili ou Kiswahili, é a língua bantu com o maior de número de falantes.

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

que seja compatível com a semântica comitativa¹⁸. Siloni (2012), por sua vez, não chega a mencionar o comitativo em seu estudo, mas afirma que a construção descontínua nem sempre é recíproca, argumentando que toda construção descontínua tem uma interpretação recíproca (simétrica), apesar de que ela pode, adicionalmente, ter uma leitura não recíproca. Segundo Dowty (2001), em uma alternância de diátese, há uma forma mais básica e geral que outra, semântica e sintaticamente. O autor exemplifica a forma marcada como X, em oposição à forma não marcada Y. Dowty (2001) já mostrava que muitos verbos ocorrem em X e não ocorrem em Y. Em contrapartida, há alguns ou nenhum verbo que ocorre em Y, mas não ocorre em X.

Segundo Cançado, Godoy e Amaral (2013, p. 65), todos os VR “são participantes por excelência de composições sintáticas comitativas”, mas podemos notar que nem toda composição sintática comitativa é feita a partir de um verbo lexicalmente recíproco. Abaixo, em (65), apresentamos um exemplo de um verbo lexicalmente recíproco que, por conseguinte, participa de uma construção sintática com o argumento comitativo em sua forma descontínua. Já em (66) e (67), temos exemplos de verbos que não são lexicalmente recíprocos, mas que, a partir de uma construção sintática com o argumento comitativo, em uma forma semelhante à forma descontínua, abarcam a propriedade de reciprocidade:

- (65) a. O patrão e o empregado discutiam. – forma simples
b. O patrão discutia *com o empregado*. – forma descontínua
- (66) a. O filho e a mãe sofriam a perda do pai. – forma simples
b. O filho sofria a perda do pai (*junto*) *com a mãe*. – forma descontínua
- (67) a. A Maria e o João sempre saíam. – forma simples
b. A Maria sempre saía (*junto*) *com o João*. – forma descontínua

Nos exemplos dados acima, podemos observar que tanto o verbo lexicalmente recíproco e, portanto, participante de uma composição comitativa, como em (65), quanto os verbos que possuem uma reciprocidade sintática e que participam da composição comitativa, como em (66) e (67), podem alternar entre as formas simples e descontínua. Nesse sentido, se é a alternância simples-descontínua que agrupa os VR em uma mesma

¹⁸ O autor pontua que os verbos naturalmente simétricos e os verbos simétricos que são formados no léxico cumprem estes critérios, acrescentando que um verbo simétrico é aquele que requer prototipicamente dois participantes com participação semelhante no evento.

classe (GODOY, 2008; CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013) e foram apresentados exemplos em que essa alternância ocorre também com verbos não recíprocos em uma construção comitativa, é questionável que os VR formem uma classe até mesmo em um nível mais restrito, do tipo *fine-grained*.

Concluimos que os VR não formam uma classe verbal no PB e que a reciprocidade, apesar de fazer parte do sentido idiossincrático de alguns verbos, não é gramaticalmente relevante. Ademais, discordamos de Cançado, Godoy e Amaral (2013) em relação à análise de que os verbos recíprocos sejam uma classe do tipo *fine-grained*, já que não há testes suficientes para o diagnóstico dessa propriedade semântica nos VR e considerando que a propriedade sintática que os agrupa, a alternância simples-descontínua, não é exclusiva a eles. As conclusões deste trabalho, portanto, vão além das conclusões de Cançado, Godoy e Amaral (2013): enquanto as autoras consideram que a reciprocidade é relevante gramaticalmente, agrupando verbos em uma classe *fine-grained*, nós consideramos que essa propriedade é irrelevante sintaticamente, não sendo capaz de agrupar verbos em classes em nenhum nível de análise.

Considerações finais

Observamos que os VR intransitivos se subdividem entre verbos de aspecto lexical de atividade e verbos de aspecto lexical de estado, sendo que apenas os primeiros aceitam um objeto cognato em sua estrutura. Além disso, fomos capazes de reconhecer que os VR intransitivos de atividade são inergativos e estritamente agentivos, enquanto os VR intransitivos de estado são inacusativos e não agentivos.

A partir do reconhecimento de que os VR intransitivos de atividade e os VR intransitivos de estado possuem um comportamento sintático-semântico distinto, diferentes representações semânticas foram propostas a eles. Para os VR intransitivos de atividade, propusemos a estrutura 'v: [X DO <EVENT>]', considerando que eles fazem parte da mesma classe que os verbos do tipo *correr*, analisados por Amaral e Cançado (2015). Para os VR intransitivos de estado, por sua vez, foi proposta a estrutura 'v: [X HAVE <THING>]', com base em Pinker (1989) e em Cançado (2012).

Demonstramos que os VR não formam uma classe verbal no PB em nenhum nível de análise e que a reciprocidade, apesar de fazer parte do sentido idiossincrático de alguns verbos, não é uma propriedade gramaticalmente relevante, discordando de Cançado, Godoy e Amaral (2013). Os argumentos levantados para defender essa ideia são apresentados a seguir:

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

a) os VR transitivos, analisados por Cançado, Godoy e Amaral (2013), e os VR intransitivos analisados por nós, neste artigo, possuem um comportamento sintático-semântico distinto entre si;

b) o teste do acarretamento, proposto por Godoy (2008), para separar os verbos lexicalmente recíprocos daqueles cuja reciprocidade é sintática, se mostrou ineficiente;

c) a argumentação de que os verbos lexicalmente recíprocos possuem a exigência sintática de um argumento plural na posição de AE (quando denotam reciprocidade ao seu AE) ou na posição de AI (quando denotam reciprocidade ao seu AI) não se mostrou válida para parte dos VR analisados por Godoy (2008);

d) a alternância simples-descontínua, composição sintática que agrupa os verbos lexicalmente recíprocos em uma mesma classe, pode ocorrer com outros tipos de verbos, em uma composição sintática chamada de comitativa.

Por fim, nossa hipótese de que os VR intransitivos do PB não formam, por si só, uma classe verbal, foi corroborada, na medida em que eles foram agrupados em classes maiores: na classe dos verbos do tipo *correr*, analisados por Amaral e Cançado (2015), e em uma nova classe proposta, neste trabalho, com base em Pinker (1989) e em Cançado (2012), para a qual apresentamos evidências de não ser composta apenas de VR.

Referências

AMARAL, L.; CANÇADO, M. Argument structure of activity verbs in Brazilian Portuguese. **Semantics-Syntax Interface**, v. 2, n. 2, p. 115-140, 2015.

CANÇADO, M. Verbos Psicológicos: uma classe relevante gramaticalmente? **Revista Veredas**, v. 16, n. 2, p. 1-18, 2012.

CANÇADO, M.; AMARAL, L. **Introdução à Semântica Lexical**: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

CANÇADO, M.; GODOY, L.; AMARAL, L. **Catálogo de verbos do português brasileiro**: classificação verbal segundo a decomposição de predicados. v. I – Verbos de mudança. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CANÇADO, M.; GONÇALVES, A. Lexical Semantics: classes and alternations. *In*: WETZELS, L.; MENUZZI, S.; COSTA, J. **The Handbook of Portuguese Linguistics**. Hoboken: Willey Blackwell, 2016. p. 374-391.

CANN, R. **Formal semantics: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CHAFE, W. Directionality and paraphrase. **Language**, v. 47, p. 1-26, 1971.

CROFT, W. **Syntactic categories and grammatical relations: the cognitive organization of information**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

DOWTY, D. The semantic asymmetry of 'argument alternations' (and why it matters). *In*: MEER, G.; MEULEN, A. **Making sense: from lexeme to discourse**. v. 44. Groningen: Groninger Arbeiter zur germanistischen Linguistik, 20001. p. 171-186.

DOWTY, D. Thematic proto-roles and argument selection. **Language**, v. 67, n. 3, p. 547-619, 1991.

FILLMORE, C. J. Subjects, speakers and roles. *In*: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (ed.) **Semantics of natural language**. Dordrech: D. Reidel Publishing Company, 1972.

FILLMORE, C. J. The grammar of hitting and breaking. *In*: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. **Reading in English Transformational Grammar**. Waltham: Ginn, 1970. p. 120-133.

FILLMORE, C. J. The case for case. *In*: BACH, E.; HARMS, R. (ed.). **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinnehart and Winston, 1968. p. 1-88.

GLEITMAN, L. *et al.* Similar, and similar concepts. **Cognition**, v. 58, p. 321-376, 1996.

GODOY, L. **Os verbos recíprocos no PB: interface sintaxe-semântica lexical**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GRIMSHAW, J. **Words and structure**. Stanford: CSLI Publications/University of Chicago Press, 2005.

GRIMSHAW, J. **Argument structure**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1990.

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro

HARLEY, H. How do verbs get their names? Denominal verbs, manner incorporation and the ontology of verb roots in English. *In*: ERTESCHIK-SHIR, N.; RAPOPORT, T. **The syntax of aspect: Deriving thematic and aspectual interpretation**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 42-64.

HURST, P. The Syntax of Reciprocal Constructions. *In*: BUTT, M.; HOLLOWAY, K. Proceedings of the LFG10 Conference. **CSLI Publications**, University of Melbourne, p. 311-330, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/TtHH2z>. Acesso em: 04 mar. 2017.

IGNÁCIO, S. O caso comitativo. **Revista CON(TEXTOS) Linguísticos**, v. 3, n. 3, p. 11-25, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/3z7usT>. Acesso em: 22 out. 2016.

ILARI, R. Dos problemas de imperfeita simetria. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 13, p. 49-65, 1987.

JACKENDOFF, R. **Semantic structures**. Cambridge: MIT Press, 1990.

JACKENDOFF, R. **Semantics and Cognition**. Cambridge: MIT Press, 1983.

JACKENDOFF, R. **Semantic Interpretation in Generative Grammar**. Cambridge: MIT Press, 1972.

JONES, M. Cognate objects and case-filter. **Journal of Linguistics**, v. 24, p. 89-110, 1988.

LEVIN, B. What is the best grain-size for defining verb classes. *In*: **Conference on Word Classes: Nature, Typology, Computational Representations**, Second TRIPLE International Conference. Rome: Università Roma Tre, 2010. p. 24-26.

LEVIN, B. Objecthood: an event structure perspective. **Proceedings of CLS 35**, v. 1: The Main Session, Chicago Linguistic Society, University of Chicago, Chicago, IL, p. 223-247, 1999.

LEVIN, B. **English Verb Classes and Alternations: A Preliminary Investigation**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. **Argument Realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

PERLMUTTER, D. Impersonal passives and the Unaccusative Hypothesis. **Berkeley Linguistics Society** 4, p. 157-189, 1978.

PESETSKY, D. M. **Events in the Semantics of English**. Cambridge: MIT Press, 1995.

PINKER, S. **Learnability and Cognition**: The acquisition of argument structure. Cambridge: MIT Press, 1989.

RAJAGOPALAN, K. Quando 2+3 não é igual a 3+2: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 13, p. 67-96, 1987.

RAPPAPORT HOVAV, M.; LEVIN, B. Reflections on Manner/Result Complementarity. *In*: RAPPAPORT HOVAV, M.; DORON, E.; SICHEL, I. **Syntax, lexical semantics, and event structure**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 21-38.

RAPPAPORT HOVAV, M.; LEVIN, B. Building Verb Meanings. *In*: BUTT, M.; GEUDER, W. (ed.). **The Projection of Arguments**: Lexical and Compositional Factors, CSLI Publications. Stanford: CA, 1998. p. 97-134.

ROSS, J. R. Act. *In*: DAVIDSN, D.; HARMAN, G. **Semantics of natural language**. Dordrecht: D. Reidel, 1972. p. 70-126.

SILONI, T. Reciprocal verbs. *In*: FALK, Y. (ed.). **Proceedings of Israel association for theoretical linguistics**, 17, 2001. Disponível em: <http://atar.msc.huji.ac.il/~english/IATL/17/>. Acesso em: 02 fev. 2017.

SILONI, T. Reciprocal verbs and symmetry. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 30, p. 261-320, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/pbvnynd>. Acesso em: 02 fev. 2017.

VAN VALIN, R. **Exploring the Syntax-Semantics Interface**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VENDLER, Z. **Linguistics in Philosophy**. Ithaca: Cornell, 1967.

- | Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro
-

COMO CITAR ESTE ARTIGO: BECHIR, Thaís. Análise da relevância da propriedade semântica *reciprocidade* nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro. **Revista do GEL**, v. 16, n. 1, p. 9-36, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v16i1.1840>

Submetido em: 31/05/2017 | Aceito em: 07/06/2019.

O APAGAMENTO DAS CONSOANTES RÓTICAS FINAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O PORTUGUÊS ARCAICO E O PORTUGUÊS BRASILEIRO

The final rhotic consonant deletion: a comparative study between Archaic Portuguese and Brazilian Portuguese

Débora Aparecida dos Reis Justo BARRETO¹

Gladis MASSINI-CAGLIARI²

Resumo: Este artigo estuda o processo de apagamento da consoante rótica final no português brasileiro de hoje (PB) e no português arcaico (PA), estabelecendo um contraste entre os dois períodos da língua, levando em conta tanto os verbos como os não-verbos presentes nas 27 primeiras *Cantigas de Santa Maria*. O objetivo deste estudo consistiu em verificar se, na época trovadoresca, os processos de apagamento da consoante final, que acontecem com muita frequência no PB atual, já operavam. Buscou-se estabelecer também se o fato da rótica final ter caráter morfêmico poderia interferir em seu apagamento. Os resultados alcançados indicam que, ao contrário do que ocorre hoje em PB, o -r final não sofria apagamento em PA, século XIII, uma vez que tal processo ainda não se aplicava. Os versos das cantigas analisadas atestam tal fato, pois a consoante rótica final era largamente utilizada como um recurso estilístico naquela época, participando ativamente na composição das rimas.

Palavras-chave: Consoantes róticas finais. Processos de apagamento. Português brasileiro. Português arcaico. *Cantigas de Santa Maria*.

Abstract: The present research studies the process of final rhotic consonant deletion in Brazilian Portuguese (BP) and in Archaic Portuguese (AP), establishing a contrast between both language periods, also considering verbs and non-verbs present in the first 27 *Cantigas de Santa Maria*. The aim of this study is to evaluate whether in troubadour period the process of final rhotic consonants deletion, which happens with high frequency in actual BP, already happened in AP. We also try to establish if the morphemic characteristic of final rhotic could interfere in its deleting process. The results accomplished indicate that, besides what happens today in BP, the final -r wasn't deleted in AP in the XIII century. The verses we analyze attest this fact because the final rhotic consonants were widely used as a stylistic resource at that time, actively participating in the composition of the rhymes.

Keywords: Final rhotic consonants. Deleting process. Brazilian Portuguese. Archaic Portuguese. *Cantigas de Santa Maria*.

1 Barreto. UNESP. E-mail: debi_barreto@hotmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3788-7429>.

2 Massini-Cagliari. UNESP. E-mail: gladis.massini-cagliari@unesp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4050-7645>.

- | O apagamento das consoantes róticas finais: um estudo comparativo entre o português arcaico e o Português Brasileiro

Introdução e objetivos

O presente estudo visa promover uma análise do apagamento da marca de infinitivo no português brasileiro atual (PB) e no português arcaico (PA), estabelecendo uma comparação entre o que ocorre com as róticas finais nesses dois momentos da língua. A partir da análise de todas as palavras contendo consoantes róticas em posição de final de palavra nas 27 primeiras *Cantigas de Santa Maria*, busca-se estabelecer se, na época trovadoresca, século XIII, os processos de apagamento de *-r* final, que ocorrem no PB atual, já atuavam ou não. As análises buscarão verificar também se o fato do *-r* final ter caráter morfêmico interfere ou não em seu apagamento, caso este ocorra, também no período medieval. O estudo aqui desenvolvido se volta tanto para os verbos como para os não-verbos presentes no *corpus* em questão. É necessário pontuar que o apagamento da rótica final em não-verbos no PB atual ocorre devido a variações dialetais (OLIVEIRA, 2009; MENDES; OUSHIRO, 2014).

O *corpus* da pesquisa compõe-se de um recorte da lírica medieval religiosa. O material selecionado foi a edição de Mettmann (1986-1989) das *Cantigas de Santa Maria*, cancionero em louvor da Virgem Maria elaborado na segunda metade do século XIII, que teve sua autoria atribuída ao Rei de Leão e Castela, D. Afonso X, o Sábio. Trata-se, pois, de registros escritos de textos poéticos remanescentes da época do trovadorismo, época que possuía um sistema de escrita de base alfabética, em que a prosódia da língua não era especialmente marcada. Por conter um grande número de informações relevantes a respeito dos elementos segmentais e suprasegmentais da língua na qual os textos foram compostos, escolheu-se trabalhar com textos poéticos. No caso específico desta pesquisa, a escolha de textos poéticos traz a vantagem de o apagamento (ou não) do *-r* final poder ser checado na realização fonética das rimas, em caso de incerteza quanto à realização das palavras focalizadas.

Cantigas de Santa Maria

Segundo argumenta Fidalgo (2002), a Idade Média ficou conhecida como uma época de forte religiosidade e grande proliferação de narrativas dos inúmeros milagres de cada Santo. Já havia se tornado um hábito para os fiéis escutarem a narração dos prodígios dos Santos, provas da vitalidade de Deus em um momento em que as heresias compunham a estrutura da Igreja. A ideia de que Deus continuava se revelando aos homens por meio de milagres e prodígios estava, de forma decisiva, enraizada na mentalidade do povo medieval.

As *Cantigas de Santa Maria* (CSM) surgem em meio a este contexto. Segundo Leão (2007), tal material foi elaborado na segunda metade do século XIII, e teve sua autoria atribuída ao Rei de Leão e Castela, Dom Afonso X, o Sábio. Fidalgo (2002) argumenta que, se o autor das cantigas não fosse o Rei, elas nunca chegariam a existir, uma vez que a condição régia do autor colocou ao seu alcance meios que ajudam a explicar o luxo dos códices e também explicam a vastidão do repertório narrativo dos textos.

Segundo Leão (2007), D. Afonso X ocupou durante 32 anos o trono de Leão e Castela, fardo que lhe pesava. Para consolar-se e, de certa forma, fugir de sua realidade repleta de grandes responsabilidades, o Rei voltava-se para os estudos e para as mulheres. Grande parte das CSM foi escrita e traduzida por ele próprio. Outras, no entanto, apenas supervisionou, confiando o grosso da execução a seus colaboradores. D. Afonso X, apesar de ter o Castelhana como língua materna, optou por escrever as CSM em Galego-Português. Essa escolha se fez levando em conta a importância desta última língua, considerada erudita. O Castelhana era tido como uma língua popular, uma vez que era falado pelo povo.

Leão (2007) explica que D. Afonso compôs as CSM em honra e em louvor da Virgem Maria, de quem era muito devoto. Segundo Fidalgo (2002), a figura da Virgem Maria entra no Ocidente quando o Cristianismo visa a substituição dos vários Deuses das religiões protestantes por somente um Deus e vários santos.

A poesia trovadoresca, assim como a poesia feita por Dom Afonso, apresenta duas vertentes temáticas: a profana e a religiosa. A profana pode ser lírica ou satírica, e é composta por cantigas d'amor, escárnio e maldizer. Já as religiosas são as CSM. Compõem-se por cantigas de milagre e de louvor. As cantigas de milagre narram intervenções milagrosas da Virgem Maria em favor das pessoas que lhe prestam devoção, ocorridas em diversos lugares. Por outro lado, as cantigas de louvor são poemas líricos, em que o Rei louva as virtudes e a beleza da Virgem. Segundo Leão (2007), todo cancionero, no fundo, é um canto de louvor.

Outro aspecto interessante a respeito do texto elaborado por D. Afonso X é o fato de várias referências bíblicas estarem inseridas nas histórias, todas pertencentes ao Antigo Testamento. O rei D. Afonso X compôs as CSM para serem cantadas para o divertimento e entretenimento de um público inicialmente seletivo, provavelmente composto por cortesãos.

Voltando mais detalhadamente para as cantigas de milagre e de louvor, Leão (2007) as esmiúça de maneira a trazer ao leitor um panorama mais geral a respeito desses textos. Em geral compostas por uma narrativa curta, as cantigas de milagre expõem

- | O apagamento das consoantes róticas finais: um estudo comparativo entre o português arcaico e o Português Brasileiro

situações de crise que só se resolvem pela intervenção de um Santo. Após resolvido o problema inicial, o beneficiário do ato milagroso agradece inúmeras vezes seu “salvador” em um santuário dedicado àquele Santo. Há também a celebração de ressurreições, cura de doenças, engravidamento de esposas estéreis etc. As CSM, como nota Leão (2007), são, na verdade, uma espécie de documento que registra a mentalidade e os costumes de uma época.

As cantigas de louvor, por seu turno, mostram sempre o trovador (no caso, o Rei D. Afonso X) diante da Virgem Maria, exaltando suas qualidades ou oferecendo-lhe a sua devoção. A Virgem, em tais textos, sempre é mostrada como a que retira todo o mal, que tem em si todas as virtudes, que é cheia de graça e piedade. A figura do trovador se entrega de forma incondicional à Virgem, declarando-se seu entendedor, ou seja, seu namorado. Dela, D. Afonso X não deseja ou exige nenhuma exclusividade, pois quer vê-la em uma rede amorosa, adorada, venerada por todos.

As CSM são consideradas uma das obras mais ricas e magníficas de toda a Idade Média. A Virgem Maria encontra-se quase sempre em uma posição de destaque nas cantigas, uma vez que, por vezes, o trovador nega poder a um determinado Santo só para poder melhor exaltá-la. Um tema bastante comum e tradicional das cantigas é a oposição entre o amor mundano e o amor de Maria, evidência que reforça novamente o lugar de destaque ocupado pela Virgem nos textos de D. Afonso X.

Apagamento do -r em PB

Oliveira (2009), em *Fonética e Fonologia*, expõe, citando seu trabalho de 1983, que o apagamento das róticas se mostra muito mais frequente em posição final de palavra e que tal ausência é mais comum em verbos do que em não-verbos. Além disso, argumenta que o apagamento se configura como um processo variável, sujeito a condicionamento fonológico. Ainda citando Oliveira (1983), argumenta que, ao analisar ocorrências de Belo Horizonte, constatou que, entre os fatores linguísticos, o contexto fonológico seguinte se configura como o mais saliente. Tais contextos podem ser três: vogal, consoante ou pausa. Quando ocorre uma consoante na palavra seguinte após uma palavra terminada em -r, o apagamento desse -r final é favorecido. Já a vogal favorece o aparecimento de um tepe /R/.

Conforme Oliveira (2009), os estudos até então realizados no português do Brasil (PB) mostraram que há um contraste significativo encontrado entre, por exemplo, *carro X caro* ou pares semelhantes. Esse contraste somente ocorre entre vogais. Em outras posições, o que se tem são casos de variação condicionada ou de neutralização

obrigatória devido a um fone ou outro, dependendo da região. O autor argumenta que o apagamento do *-r* final mostra-se bastante produtivo nos verbos, fato que não acontece nos nomes, principalmente na região Sul do país. Em posição final, ocupando a coda da palavra, seguidas por vogais, as consoantes róticas sofrem um processo conhecido como ressilabificação, deixando de ocupar a coda para figurar no ataque da sílaba resultante. É o que ocorre, segundo o autor, em “mar abaixo”.

Mendes e Oushiro (2014), ao estudarem a comunidade paulistana, constataram que, ao desempenhar a função de morfema de infinitivo, o *-r* sofre apagamento de forma praticamente categórica na fala espontânea, fato que denota os estágios mais avançados da mudança sofrida pela língua com o passar do tempo. Em entrevistas sociolinguísticas realizadas com habitantes da cidade de São Paulo, verificou-se que as taxas de apagamento de *-r* final variam entre cerca de 3% em substantivos e cerca de 97% em verbos infinitivos. Também por meio da realização das entrevistas, pode-se perceber que o apagamento do *-r* é mais frequente em morfemas e em palavras mais gramaticais e relativamente menos frequente em palavras “de conteúdo”, isto é, palavras de significado lexical.

Se por um lado o apagamento do *-r* final é altamente favorecido na fala espontânea, os estudos de Mendes e Oushiro (2014) mostram que, por outro, tal apagamento é bastante desfavorecido na leitura e seus diferentes estilos. O contexto fônico precedente quanto ao traço de altura revela também possuir correlação, uma vez que o apagamento da rótica final é favorecido quando há vogais com traço [-alto] antes (a, ɔ, ε) e desfavorecido quando precedido por vogais com traço [+alto] (i, e, o, u). Os autores argumentam que a diferença observada entre os estilos de leitura e a fala espontânea se dá tão somente a pressões normativas, de que para se “falar bem”, deve-se falar da mesma maneira que se escreve. Com relação ao apagamento das consoantes róticas em outras classes de palavra, é importante pontuar que o traço [± contínuo] é relevante, pois o traço [-contínuo] favorece o apagamento.

Leite, Callou e Moraes (2003) explicam que as consoantes róticas, em posição de coda silábica, apresentam um elevado grau de polimorfismo e podem ser realizadas como vibrantes alveolares ou uvulares, fricativas velares, com ou sem aspiração. Discutem que tal alternância, observada nas róticas finais, se dá em decorrência do grande espaço articulatorio disponível, o que acarreta uma latitude articulatória mais ampla. A variação do *-r*, observada, segundo o artigo, em várias outras línguas do mundo, reflete um processo de posteriorização do ponto de articulação, que é acompanhado de um enfraquecimento e da conseqüente perda da consoante. Os dados analisados pelos autores mostram que, nos anos 90, houve um aumento significativo do apagamento do *-r* de infinitivo, o que pode ser explicado pelo fato de que o apagamento do *-r*, ao menos em verbos, deixou de ser considerado uma pronúncia estigmatizada na língua.

- | O apagamento das consoantes róticas finais: um estudo comparativo entre o português arcaico e o Português Brasileiro

Costa (2015) reafirma que a maioria dos estudos tem retratado que o apagamento do *-r* em final de palavra é um fenômeno muito produtivo na língua oral do português do Brasil. Ao citar Alvarenga e Oliveira (1997), a autora diz que as consoantes podem ocupar posições tidas como fortes e fracas na sílaba, sendo o ataque (*onset*) considerado uma posição forte e a coda ocupando a posição fraca ou instável da sílaba. Desta maneira, a coda é considerada um lugar que está sujeito a sofrer alterações, variações ou até mesmo apagamento. Costa (2015) explica que é bem mais comum o falante suprimir o *-r* de infinitivos e das formas verbais do futuro do subjuntivo. Além disso, expõe que palavras com mais de uma sílaba sofrem mais apagamento. Fica claro, por meio de tal revisão bibliográfica, que a tendência do PB é a de eliminar o *-r* em final de palavra e simplificar a estrutura silábica, voltando-se, então, ao padrão (C)V, estrutura mais canônica do português brasileiro.

Costa (2009) acrescenta que o “zero fonético” é uma das variantes mais produtivas das consoantes róticas finais e que tal fenômeno ocorre em praticamente todas as regiões até então pesquisadas. Segundo a autora, o apagamento do *-r* final não está condicionado ao fator classe social, uma vez que pessoas de todas as classes sociais tendem a apagar as róticas em coda. O apagamento de tais consoantes, assim, não se configura como um fenômeno estigmatizado em PB. É importante ressaltar que a autora se refere ao fato de que os falantes não estigmatizam o apagamento do *-r*, no entanto, o mesmo não ocorre com relação às gramáticas prescritivas, nas quais tais ocorrências sofrem estigma e são vistas como “erros”. Botassini (2011) apresenta na sua pesquisa estudos que comprovam que o apagamento da consoante /r/ quase não ocorre em posição interna de palavra. Também mostra que, nas falas de informantes com menos escolaridade, o apagamento do *-r* final ocorre com uma maior frequência, o que também é dito por Brescancini e Monaretto (2008). O fenômeno do apagamento das róticas em coda no PB é um assunto bastante presente em muitos estudos e hoje possui o *status* de variação estável na língua.

As róticas no sistema consonantal do PA

O português arcaico (PA), conforme define Massini-Cagliari (1995, 1999, 2015), é considerado como o período histórico da língua portuguesa em que se têm as primeiras manifestações em uma língua diferente do latim, embora seja derivada dele. Existem muitas controvérsias entre os pesquisadores quanto à delimitação temporal deste período e, em decorrência da não sobrevivência das manifestações orais de então, considera-se como sendo português arcaico o período que deixou registros escritos desta língua, sendo eles literários ou não, em verso ou em prosa.

Segundo Câmara Jr. (1979), no quadro latino dos fonemas consonantais, /r/ era uma vibrante anterior que se produzia por meio das vibrações da ponta da língua atrás da arcada dentária superior. A gemação, para o autor, se estabeleceu na pré-história da língua latina pela aglutinação de dois morfemas em um vocábulo. “Tinha-se assim: *agger* ‘monte’, ao lado de *ager* ‘campo’, *annus* ‘ano’, ao lado de *anus* ‘anel’” (CÂMARA JR., 1979, p. 49). Houve, nessa época, a simplificação das consoantes geminadas, ou seja, ocorreu uma supressão das oposições /pp/: /p/, /gg/:/g/ e assim por diante. Apenas o /rr/, embora sem a articulação geminada, manteve-se distinto de /r/ simples intervocálico, que sofreu uma lenização (um abrandamento) e tornou-se um /r/ brando. Já o /rr/ inicial (não intervocálico) manteve uma articulação considerada forte, de vibrante múltipla.

No livro intitulado *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, Câmara Jr. (1977) realiza também uma discussão sobre o “problema das vibrantes”. Para ele, das 19 consoantes, somente as vibrantes possuem uma peculiaridade, que é a de se oporem unicamente quando estão em posição intervocálica. Segundo ele, “o /r/ forte aparece isoladamente em posição inicial ou medial não-intervocálica. Em posição pós-vocálica, há uma ‘cumulação’, nos termos de Bröndal, entre a vibrante forte e a vibrante branda, sem que o debordamento crie oposição” (CÂMARA JR., 1977, p. 78). Já em posição intervocálica, há a oposição (*ferre:fere*, *erra:era*, e assim por diante).

Câmara Jr. (1977) explica que, na primeira edição deste trabalho, ele sustentou a existência de somente um fonema rótico para o português, o /r/ forte, e interpretou o /r/ brando como uma variante posicional, enfraquecida, intervocálica. Para isso, era preciso que ele provasse que, no caso do /r/ forte intervocálico, havia, em realidade, uma gemação consonântica. Já na segunda edição do mesmo livro, abandonou essa interpretação, considerando preferível reconhecer a existência de duas vibrantes no sistema consonantal do português. Tais vibrantes só se opõem em posição intervocálica. Nos demais contextos, há a neutralização da oposição, inclusive na posição que, segundo o autor, configura-se como a mais favorável para a nitidez das consoantes, que é a inicial e na qual só aparece o /r/ tido forte.

Outro autor que trabalhou com a questão das róticas no PA foi Bueno (1967), em *A formação histórica da língua portuguesa*. Todavia, o autor, diferentemente de Câmara Jr., considera a gemação somente em termos ortográficos, ao passo que Câmara Jr. raciocina em termos fonológicos. Em seu livro, Silveira Bueno (1967, p. 79, grifos nossos) apontou a distinção dos fonemas /r/ e /rr/, existente na língua portuguesa, de maneira bastante sucinta:

- | O apagamento das consoantes róticas finais: um estudo comparativo entre o português arcaico e o Português Brasileiro

As palavras de origem latina, que tinham consoantes duplas: bb (abbatem, sabbatum), pp (cippum, opponere), cc (buccam, siccum, peccare), gg (exaggerare, suggerere), dd (adducere, addere), tt (mittere, sagittam), ll (caballum, gallinam) passaram a simples, embora mantendo-se intervocálicas: abade, sábado, cepo, opor, boca, seco, exagerar, sugerir, aduzer, aduzir, adir, meter, seta, cavalo, galinha. Fazem exceções: rr, ss, ff: as duas primeiras mantiveram-se para distinguir-se das simples (ossum = osso; passum = passo; *passerum = pássaro; ferrum = ferro; turrim = torre; currere = correr). As palavras de ff mantém o f sem passá-lo a v segundo vimos, faz pouco: offendo = ofendo; affirmare = afirmar; affingere = efenger. As nasais também: comum (communem), ano (annum).

Outro autor que se debruçou brevemente sobre a questão das consoantes geminadas foi Coutinho (1974, p. 74), em *Pontos de gramática histórica*:

r – aparece geminado [em PA] no início e no meio da palavra, para que o seu som não se confunda com o do *r* brando: *rrainha* = *rainha*, *omrrado* = *honrado*. No entanto, encontra-se também *r* simples com o valor de dois *rr*: *tera* = *terra*, *recorer* = *recorrer*.

Nunes (1956) também faz uma pequena exposição sobre as consoantes geminadas. No entanto, segundo o autor, tais consoantes, na sua passagem para o português, reduziram-se a simples, com exceção de *r* e *s*, que continuaram a existir na forma dupla só na escrita, pois na fala, afirma o autor, elas ainda constituíam um som igualmente simples. Nunes (1956), assim, argumenta no sentido de que não há a distinção fonética entre os sons representados por <*r*> e <*rr*>.

Tarallo (1990) traz uma breve explicação sobre o que ocorreu às geminadas durante a evolução do sistema consonantal latino. O autor expõe, de maneira bastante simples e pouco detalhada, que houve uma perda das geminadas, com exceção do /*rr*/, vibrante múltipla, em alternância fonêmica com o /*r*/ brando.

Williams (1973[1939]) e Teyssier (1997) foram autores que também se voltaram a um estudo do percurso pelo qual passou a língua portuguesa, dedicando-se à reconstrução do passado da língua para poder entendê-la no presente. Teyssier (1997) pontua que, no período denominado “galego-português”, havia um /*r*/ tido como brando e um /*r*/ considerado forte, e que essa oposição fonológica sempre existiu no português em posição intervocálica. Em seu percurso pelos diferentes momentos da língua, ele afirma que, no século XIX, na Europa, surge uma pronúncia uvular do /*r*/ forte enquanto o /*r*/

brando mantém a sua articulação apical. Por seu turno, Williams (1973) pontua que, no PA, as únicas consoantes duplas intervocálicas que representavam sons diferentes da letra simples eram <rr> e <ss>, consoantes estas que já existiam no latim clássico. O autor considera que o <rr> é uma consoante longa e argumenta que ela ocorria em outras posições além da intervocálica: “*rr* iniciais, *rr* antes e depois de *l* e de *n*, e *rr* depois de *s*: *rreter* por *reter*; *Carrlos* por *Carlos*; *honrra* por *honra*. Êsse uso indica o som mais vibrante que o *r* ainda tem nessa posição hoje em dia” (WILLIAMS, 1973, p. 39).

Até aqui, por meio desta pequena exposição de textos e materiais que trabalharam a questão da rótica e da gemação no PA e no latim, pôde-se já notar que tais assuntos foram muito pouco abordados e estudados até hoje. A partir desse levantamento de dados, percebe-se, pois, a relevância do estudo das róticas e da gemação, uma vez que não se encontram muitos trabalhos na área. Faz-se necessário, como se vê, um aprofundamento a respeito das róticas no sistema consonantal do português arcaico.

Levantamento de dados

Na tabela a seguir, observa-se a quantificação dos dados obtidos por meio da análise das 27 primeiras *Cantigas de Santa Maria* (as duas cantigas iniciais, *A* e *B*, são o *Prólogo*). A quantificação em questão foi realizada por meio do mapeamento dos *-r* em posição de final de palavra em cada uma das cantigas do *corpus*. A somatória de todos os dados foi elaborada em um momento posterior, no qual foram separadas as ocorrências em verbos e em não-verbos.

Tabela 1. Quantidade de verbos e não-verbos em cada cantiga.

Cantiga	Verbos	Não-verbos	Total
A	2	5	7
B	28	21	49
1	32	15	47
2	5	11	16
3	17	10	27
4	17	14	31
5	117	67	184

(continua)

- | O apagamento das consoantes róticas finais: um estudo comparativo entre o português arcaico e o Português Brasileiro

6	11	12	23
7	27	6	33
8	9	24	33
9	13	21	34
10	13	16	29
11	25	26	51
12	11	1	12
13	8	10	18
14	15	22	37
15	49	66	115
16	66	15	81
17	19	21	40
18	32	22	54
19	6	17	23
20	3	7	10
21	33	18	51
22	18	10	28
23	3	4	7
24	36	8	44
25	102	28	130
Total	717	497	1.214

Fonte: Elaboração própria

Análise dos dados

Nos dados coletados nas *Cantigas de Santa Maria*, observou-se o não apagamento das consoantes róticas em posição de final de palavra, considerando como índice de não apagamento a grafia do *-r* final e, inversamente, do seu apagamento, a sua ausência. A consideração das rimas serve como checagem da categorização realizada com base na grafia do *-r* final, uma vez que, considerados os preceitos de metrificação sob os quais as *Cantigas de Santa Maria* foram compostas, as rimas deveriam ser perfeitas. Na tabela 1 observa-se que, das 1.214 palavras contendo /r/ em posição de coda silábica, 717 eram verbos no infinitivo (59,06% do *corpus*). O *-r* final não sofria apagamento no português arcaico trovadoresco tanto nos verbos como nos não-verbos (palavras pertencentes às demais classes de palavras existentes), diferentemente do que ocorre no português brasileiro atual, em que o *-r* de infinitivo é quase totalmente apagado na fala espontânea e o *-r* em final de palavras que não são verbos se mantém na maioria dos casos. A falta de apagamento do *-r* final no PA pode ser atestada pela ocorrência das rimas, que combinam sempre palavras finalizadas por *-r* com palavras que também apresentam esta característica. Os dados coletados por meio da análise das 27 primeiras *Cantigas de Santa Maria*, portanto, indicam também a não existência de condicionamentos morfológicos naquela época que levassem ao apagamento, uma vez que este ainda não ocorria.

(1)

*Quand' esto viu a moller, ouve **pavor***
*da primeir', e pois tornou-sse-l' en **sabor**;*
*e deu poren graças a Nostro **Sennor***
*e a ssa Madre, porque a quis **oyr**.*
*Santa Maria pod' enfermos **guarir**...*

(Trecho retirado da CSM 21, versos 55-59, grifos nossos³)

Embora não se tenha nenhum registro falado do PA, a escrita daquela época ainda não possuía uma ortografia congelada, uma convenção e, portanto, podia expressar de forma mais livre a realização de processos fonológicos. É claro que, se for feito um paralelo com o que ocorre no PB atual, há um menor número de casos de apagamento do *-r* em

³ O trecho em questão foi retirado da versão de Mettmann (1986, p. 112).

- | O apagamento das consoantes róticas finais: um estudo comparativo entre o português arcaico e o Português Brasileiro

final de palavra em textos escritos. Contudo, o PB possui uma norma padrão, uma escrita congelada e convencionalizada, que dita como se deve ou não escrever. No PA, a escrita possuía uma maior liberdade na representação da realização fonética de segmentos específicos (MATTOS E SILVA, 2006), a ponto de alguns autores chegarem a denominar a escrita do período como “fonética” (sobre a consideração da escrita da época como fonética, veja-se Massini-Cagliari, 1998, e referências ali arroladas).

Pode-se considerar também que, na época do trovadorismo, não somente não existiam condicionamentos morfológicos, mas também que o processo de apagamento do *-r* final ainda não se aplicava. Em algumas cantigas do *corpus* em questão, observam-se estrofes inteiras nas quais as rimas finais são construídas apenas com palavras terminadas em *-r*, o que mostra que não só não havia apagamento das róticas em coda, mas que também elas eram utilizadas como recurso estilístico para promover a sonoridade, o ritmo e a musicalidade das composições. Na cantiga 16, por exemplo, observa-se tal fato. Há um encadeamento de sete versos terminados em verbos no infinitivo que rimam entre si e formam um esquema de rima *AA BBBA* através de rimas consoantes, ou seja, rimas nas quais há uma correspondência total dos sons vocálicos e dos sons consonantais.

(2)

Quen dona fremosa e bõa quiser amar,
am' a Groriosa e non poderá errar.

E desta razon vos quer' eu agora dizer
fremoso miragre, que foi en França fazer
a Madre de Deus, que non quiso leixar perder
un namorado que ss' ouver' a desasperar.

Quen dona fremosa e bõa quiser amar...

(Trecho retirado da CSM 16, versos 3-9, grifos nossos⁴)

Voltemos então aos questionamentos que deram origem a este estudo: Os processos de apagamento do *-r* final, que ocorrem no PB atual, já atuavam ou não no século XIII? O fato de a rótica final ter caráter morfêmico pode interferir no seu

⁴ O trecho em questão foi retirado da versão de Mettmann (1986, p. 99).

apagamento? Em ambos os momentos da língua – PA e PB –, têm-se morfemas quando se está se referindo a verbos. A noção de morfemas pressupõe um significante (que pode ser menor, maior ou igual a um segmento) que está ligado de forma indissolúvel a um significado. O apagamento da consoante rótica final, fenômeno que ocorre hoje no PB na maioria dos verbos na variedade falada da língua, elimina apenas o significante, sem a perda do significado e, portanto, do morfema. O *-r* em posição de coda nos infinitivos verbais é sempre um morfema. Teyssier (1997), ao explicar que no PB há a tendência de suprimir o *-r* presente no final das palavras, fornece os exemplos: *pegá* (*pegar*) e *fazê* (*fazer*). Já nos não-verbos, também descritos por Teyssier como sucessíveis ao processo de apagamento, normalmente a rótica em posição de final de palavra pertence ao radical, não sendo considerado um morfema independente. Em PA, como já dito acima, o apagamento do significante não ocorre e não há condicionamentos morfológicos. O verbo *errar*, por exemplo, é grafado com a presença do *-r* de infinitivo, fato que não acontece na maioria das ocorrências do PB. Apagar as róticas finais dos verbos infinitivos é um fenômeno que compreende o nível fonético, nível que se encontra na *superfície* da língua, condicionado morfológicamente; tal apagamento não atinge a chamada estrutura *profunda*, o nível fonológico.

Conclusão

A partir dos dados coletados nas 27 primeiras *Cantigas de Santa Maria* e da realização de revisões bibliográficas sobre o apagamento do *-r* em final de palavras no PB atual, pôde-se estabelecer um contraste muito importante entre o que ocorria na época do português arcaico trovadoresco, século XIII, e o que acontece na atualidade no português brasileiro com relação ao processo de apagamento das consoantes róticas finais. A metodologia adotada neste estudo permitiu ir além dos dados registrados na escrita, possibilitando conclusões a respeito da fala da época trovadoresca, em que não havia gravador. Assim, este tipo de trabalho representa um avanço bastante significativo em relação aos estudos históricos desenvolvidos no século XIX e no começo do século XX, muito presos às manifestações gráficas dos sons daquela época.

Os resultados alcançados por meio da análise dos dados coletados indicam que, no PA, não havia nenhum condicionamento morfológico que levasse ao apagamento do *-r* em final de palavra tanto nos verbos como nos não-verbos. Pode-se interpretar também que esse processo, tão presente no português brasileiro atual, ainda não se aplicava naquela época. A ausência do apagamento da rótica final em PA atesta-se, pois, nos versos das cantigas estudadas, nos quais a consoante final é largamente utilizada na construção das rimas e, desta forma, transforma-se em um recurso estilístico. Já no português brasileiro

- | O apagamento das consoantes róticas finais: um estudo comparativo entre o português arcaico e o Português Brasileiro

atual, o processo de apagamento do *-r* em final de palavra ocorre quase na totalidade dos verbos em situação de fala espontânea e se mantém na grande maioria das palavras que não são verbos. Os dados analisados neste estudo nos permitem concluir, portanto, que os processos de apagamento do *-r* final, que ocorrem em grande parte dos verbos do PB atual, ainda não operavam no PA.

Agradecimentos: Gostaríamos de agradecer à FAPESP (processo: 2018/24793-3) e ao CNPq (processo: 303297/2013-1), que viabilizaram a realização deste estudo.

Referências

ALVARENGA, D.; OLIVEIRA, M. A. Canonicidade silábica e aprendizagem da escrita. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v. 6, n. 5, p. 127-158, 1997.

BOTASSINI, J. O. M. A variação no uso dos róticos em Porto Alegre. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 1060-1072, maio/ago. 2011.

BRESCANCINI, C.; MONARETTO, V. N. de O. Os róticos no sul do Brasil: panorama e generalizações. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 51-66, 2008.

BUENO, F. da S. **A formação histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Edição Saraiva, 1967.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

COSTA, G. B. O apagamento do rótico em coda silábica na escrita de estudantes catuenses. **Letra Magna – Revista eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa**, Linguística e Literatura, ano 05, n. 10, p. 1585-1590, 2009.

COSTA, I. D. Q. **Da oralidade à escrita: uma abordagem fonológica sobre o apagamento do “r” na escrita de alunos do 8º ano do Ensino Fundamental II.** 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras e Artes, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2015.

COUTINHO, I. de L. **Pontos de gramática histórica.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

FIDALGO, E. **As Cantigas de Santa María.** Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 2002.

LEÃO, Â. V. **Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o sábio. Aspectos culturais literários.** São Paulo: Linear B; Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

LEITE, Y.; CALLOU, D.; MORAIS, J. Processos de mudança no português do Brasil: variáveis sociais. *In*: CASTRO, I.; DUARTE, I. **Razões e Emoção.** Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003. p. 87-114.

MASSINI-CAGLIARI, G. **A música da fala dos trovadores.** Desvendando a prosódia medieval. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Do poético ao lingüístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento.** Araraquara: FCL, Laboratório Editorial, UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

MASSINI-CAGLIARI, G. Escrita do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*: fonética ou ortográfica? **Filologia e Lingüística Portuguesa**, São Paulo: Humanitas, n. 2, p. 159-178, 1998.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Cantigas de Amigo: do ritmo poético ao lingüístico.** Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe.** São Paulo: Contexto, 2006.

MENDES, R. B.; OUSHIRO, L. O apagamento de (-r) em coda nos limites da variação. **Veredas on-line – atemática**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 251-266, 2014.

- | O apagamento das consoantes róticas finais: um estudo comparativo entre o português arcaico e o Português Brasileiro

METTMANN, W. (ed.). Alfonso X, el Sabio. **Cantigas de Santa Maria (cantigas 1 a 100)**. Madrid: Castalia, 1986.

MONGELLI, L. M. **Fremosos cantares**: antologia da lírica medieval galego-portuguesa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

NUNES, J. J. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1956.

OLIVEIRA, D. da H. **Fonética e Fonologia**. Curso de Letras. Fascículo II. UFPB, 2009. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/fonatica_e_fonologia_1360068796.pdf. Acesso em: 25 abr. 2017.

TARALLO, F. Túnel fonológico II: as consoantes. **Tempos lingüísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990. p. 106-116.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

WILLIAMS, E. B. **Do latim ao português**: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: BARRETO, Débora Aparecida dos Reis Justo e MASSINI-CAGLIARI, Gladis. O apagamento das consoantes róticas finais: um estudo comparativo entre o português arcaico e o Português Brasileiro. **Revista do GEL**, v. 16, n. 1, p. 37-52, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v16i1.1873>

Submetido em: 23/01/2018 | Aceito em: 05/11/2019.

GRAMATICALIZAÇÃO DO SINAL “MOTIVO” NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UMA ANÁLISE BASEADA NO USO

Grammaticalization of the “motivo” sign in Brazilian sign language: a use-based analysis

Angélica RODRIGUES¹

Joyce Cristina SOUZA²

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise inédita dos usos do sinal MOTIVO na Língua Brasileira de Sinais, glosado frequentemente como “por isso” ou “por causa”, buscando oferecer evidências do seu uso polissêmico e multifuncional. Nossa hipótese é a de que os diferentes usos de MOTIVO representam diferentes estágios de gramaticalização (HOPPER; TRAUOGOTT, 2003), em que um mesmo sinal é usado como nome, advérbio e conjunção. Nosso cópús é constituído de dados reais/espontâneos extraídos de vídeos produzidos por sujeitos surdos e publicados em *blogs* sinalizados. No total foram 10 vídeos analisados e 30 ocorrências do sinal MOTIVO foram coletadas. Nossa abordagem teórica busca embasamento nos estudos sobre gramaticalização das línguas orais (HOPPER; TRAUOGOTT, 2003) e das línguas de sinais (WILCOX, 2004; PFAU; STEINBACH, 2011).

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais - libras. Conjunção. Gramaticalização. Orações causais.

Abstract: This paper presents the first analysis of the sign REASON in Brazilian Sign Language, offering evidence of its polysemic and multifunctional use. Our hypothesis is that the variable use of REASON represents different stages of grammaticalization (HOPPER; TRAUOGOTT, 2003), where the same sign is used as a noun, adverb and conjunction. Our analysis is based on naturalistic data collected from signing blogs. Our corpus has 10 videos from where 30 cases of REASON were identified. The theoretical background for this research is studies in grammaticalization from both oral (HOPPER; TRAUOGOTT, 2003) and sign languages (WILCOX, 2004; PFAU; STEINBACH, 2011).

Keywords: Brazilian Sign Language - Libras. Conjunction. Grammaticalization. Causal clauses.

1 Rodrigues. UNESP. E-mail: angelica.rodrigues@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1470-4634>

2 Souza. UFSCar. E-mail: joyce.csalmeida@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9055-6816>

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise inédita do sinal MOTIVO na Língua Brasileira de Sinais (libras). A partir da observação de dados espontâneos, identificamos que o sinal glosado frequentemente como “por isso” ou “por causa” apresenta usos distintos que requerem uma investigação mais aprofundada, uma vez que encontramos evidências de que a variação identificada no seu uso compreende, além de diferentes valores semânticos, a associação a categorias gramaticais distintas.

Nossa análise indica que o sinal MOTIVO pode ser usado como um nome (substantivo), advérbio circunstancial (PEZATTI, 2002) e como conjunção em orações causativas, explicativas e conclusivas. Nossa hipótese é que esses diferentes usos podem ser explicados tendo em vista o processo de gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), em que formas lexicais passam, através do tempo, a formas gramaticais. O uso como conjunção corresponderia ao grau maior de gramaticalização, sendo, portanto, o resultado de um processo de mudança que tem como fonte um item lexical. Vasta literatura (MEILLET, 1915; HOPPER; TRAUGOTT, 2003) descreve diacronicamente a emergência de conjunções, principalmente em línguas orais, como resultado de gramaticalização. Uma vez que uma investigação diacrônica é, em princípio, como afirmam Pfau e Steinbach (2011), inviável dada a dificuldade de acesso a textos e vídeos de sincronias pretéritas que poderiam servir como registro histórico das línguas de sinais, assumimos, neste trabalho, uma perspectiva sincrônica da gramaticalização, em que os dados são interpretados num “arranjo de formas dispostas numa linha imaginária” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 6), em cujas extremidades localizamos entidades lexicais, à esquerda, e entidades gramaticais, à direita. A coexistência, portanto, de usos lexicais e gramaticais de uma mesma palavra é usada como um recurso alternativo aos dados diacrônicos.

Para a análise dos dados, compilamos um *cópus* a partir de vídeos produzidos por sujeitos surdos e publicados em *blogs* sinalizados. Esse *cópus* é constituído de dez vídeos em que 30 ocorrências do sinal MOTIVO foram registradas. Todas as ocorrências foram anotadas através da utilização do programa ELAN.

O trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente apresentamos as descrições para o sinal motivo em dois dicionários da libras. Na parte 2, descrevemos nossa metodologia de coleta e análise dos dados. Nas partes 3, 4 e 5, apresentamos um resumo dos pressupostos teóricos que orientam nossa pesquisa, a gramaticalização, discussões sobre orações causais, explicativas e conclusivas, e descrições sobre as orações adverbiais, respectivamente. Na parte 6, discutimos os resultados de nossas análises. Finalmente, expomos nossas conclusões e indicamos as referências bibliográficas.

O sinal MOTIVO em dicionários

Consultamos dois dicionários da Língua Brasileira de Sinais, sendo um deles na modalidade impressa e outro *on-line*, o modo como o sinal MOTIVO é descrito, considerando a sua entrada, aceção, categoria gramatical, etc.

O dicionário impresso selecionado para compor a análise deste trabalho é intitulado *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos*, de autoria de Capovilla *et al.* (2017). Esse dicionário reúne cerca de 13 mil sinais da libras em (a) entradas lexicais individuais, ordenadas em ordem alfabética. Consultamos, também, o Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (disponível em http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras_3/), de autoria de Lira e Souza (2011). Trata-se de um dicionário *on-line*, cuja consulta pode ser realizada pela ordem semasiológica ou onomasiológica, ou seja, a partir de campos semânticos (assuntos) ou pela configuração de mão do sinal.

Verificamos nesses dois dicionários da libras o modo como o sinal MOTIVO estava registrado e como foi descrito tendo em vista o sinal propriamente dito, aceção, categoria gramatical e exemplo de uso. Após a busca, foram localizadas quatro palavras de entrada, a saber MOTIVO, POR-CAUSA-DE, POR-ISSO e RAZÃO que correspondem ao sinal glosado neste trabalho como MOTIVO.

Em Capovilla *et al.* (2017), localizamos as entradas “motivo” e “por causa de”, conforme a Figura 1.



Figura 1. Sinal MOTIVO

Fonte: Capovilla *et al.* (2017, p. 1896)

MOTIVO é descrito como pertencente à categoria gramatical substantivo masculino (S.M) [sic], com aceção de “razão de ser, a causa de qualquer coisa, ou seja, indica causa, razão”. O dicionário traz como exemplo de utilização da palavra a sentença “O professor faltou por *motivo* de doença”. Há indicação de remissivas e uma descrição do sinal por meio dos parâmetros das línguas de sinais. No exemplo “O professor faltou por motivo de doença”, fica claro que “a causa”, “a razão” ou “o motivo” pelo qual o professor faltou

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

foi porque estava doente, logo, justifica-se a remissiva apontada no verbete, que conduz o consulente do dicionário a consultar a palavra de entrada POR-CAUSA-DE. Embora o sinal MOTIVO tenha sido categorizado como sendo um substantivo, entende-se que, no exemplo apresentado no dicionário em questão, o termo empregado assume uma função de conjunção.

O sinal POR-CAUSA-DE, na Figura 2, apresenta as mesmas características microestruturais de MOTIVO, diferenciando-se apenas na composição dos elementos internos do verbete. Observamos, desse modo, que para designar o sinal POR-CAUSA-DE, foram utilizados os mesmos parâmetros de MOTIVO. No entanto, POR-CAUSA-DE é categorizado gramaticalmente como locução prepositiva (LOC. PREP.) [sic] e sua acepção faz referência a causa, motivo, razão. O exemplo utilizado no dicionário para a referida palavra de entrada é “*Ele faltou ao encontro por causa da forte gripe*” e indica novamente que “a causa”, “o motivo”, “a razão” pelo qual o sujeito faltou ao encontro foi uma forte gripe.



Figura 2. Sinal POR-CAUSA-DE

Fonte: Capovilla *et al.* (2017, p. 2228)

As categorias gramaticais distintas propostas para MOTIVO e POR-CAUSA-DE no dicionário não se baseiam em pesquisa linguística e devem ser vistas como transferência da gramática do português.

No *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (on-line)*, o sinal glosado por nós como motivo é descrito de três diferentes maneiras. O sinal exibido na Figura 3 é reconhecido como pertencente à classe dos substantivos, com acepção de “causa; razão; o fator determinante”, em sentenças do tipo “professor faltar motivo doença”, traduzida como “O professor não foi trabalhar por motivo de doença”. A Figura 4 exhibe a configuração de mão (mão dominante) envolvida na produção do sinal, segundo esse dicionário:



Figura 3. Sinal MOTIVO

Fonte: *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (on-line)*



Figura 4. Configuração de mão do sinal MOTIVO

Fonte: *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (on-line)*

Esse mesmo dicionário descreve ainda o sinal POR-ISSO, incluído na classe das locuções/conjunções (LOC. CONJ.), com acepção de “por esse motivo; em razão de”, em sentenças do tipo “VOCÊ DOR-BARRIGA POR-ISSO COMER_{muito} EXAGERAR”³, traduzida como “Você comeu muito, por isso está com dor de barriga”. A Figura 5 exhibe o sinal glosado como POR ISSO e a Figura 6 exhibe a configuração de mão (mão dominante) envolvida na produção do sinal, segundo esse dicionário:



Figura 5. Sinal POR-ISSO

Fonte: *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (on-line)*



Figura 6. Configuração de mão do sinal POR-ISSO

Fonte: *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (on-line)*

³ Notemos que o exemplo utilizado nesse caso é incompatível com o uso de “por isso” em português, uma vez que “por isso” sempre introduz um estado de coisas que é a consequência do estado de coisas expresso na primeira sentença. Por esse motivo, “por isso” só figura em sentenças pospostas à oração principal. Todavia, na glosa do exemplo fornecido pelo dicionário, POR ISSO, em libras, introduz a causa. Na tradução, a ordem das orações foi alterada.

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

Esse mesmo sinal, com a mesma configuração de mão e movimento, é glosado também nesse dicionário como POR-CAUSA, pertencente à classe das locuções adverbiais (LOC.ADV.), presente na sentença “EL@TRABALHAR FALTAR POR-CAUSA CHUVA FORTE!”, traduzida como “Ela faltou no trabalho por causa da chuva forte!”. As Figuras 7 e 8 representam, respectivamente, o sinal e a configuração de mão correspondente a POR-CAUSA.



Figura 7. Sinal POR CAUSA

Fonte: *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (on-line)*



Figura 8. Configuração de mão do sinal POR CAUSA

Fonte: *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (on-line)*

De pronto, podemos verificar uma inconsistência nos dicionários consultados em relação à descrição do sinal, que ora é descrito com a configuração de mão da Figura 4 e ora como a das Figuras 6 e 8. Ademais, as diferentes configurações de mão são associadas a acepções e classes gramaticais distintas. Outro ponto a ser observado são as inconsistências e divergências existentes quanto à classificação gramatical dos sinais encontrados.

Depreendemos, portanto, para o caso das descrições apresentadas nos dois dicionários consultados, que há uma tentativa de evitar a variação fonológica, o que leva os autores a tratar variantes como formas diferentes para um mesmo sinal.

Ao assumirmos a multifuncionalidade de MOTIVO, evitamos problemas como os observados nos dicionários consultados. Seguindo nossa proposta, apenas uma entrada seria necessária para o sinal MOTIVO, que seria associado a categorias gramaticais distintas a partir do seu uso. A glosa MOTIVO evita ainda o problema, como observado no exemplo ilustrativo de POR-ISSO no *Dicionário Online*, de associação do sinal diretamente com o português. No português, encontramos várias formas que podem funcionar como conjunção causativa, explicativa e conclusiva. Em libras, as evidências são de que um mesmo sinal é usado para expressar esses três valores semânticos. Embora a glosa seja fundamental no trabalho de descrição linguística, é preciso ter cautela para que não se tome como base a língua oral para descrever uma língua de sinais.

Metodologia

Para a análise do sinal MOTIVO, compilamos um cópulo a partir de vídeos produzidos por sujeitos surdos (homens e mulheres, de idades diferentes e residentes em diferentes estados brasileiros) e publicados em *blogs* sinalizados do Facebook. Esse cópulo é constituído de 10 vídeos em que 30 ocorrências do sinal MOTIVO foram registradas. Todas as ocorrências foram anotadas através da utilização do programa ELAN.

O ELAN (HELLWIG; GEERTS, 2013 apud OUSHIRO, 2014) é um programa para anotação de arquivos de áudio e vídeo, desenvolvido pelo Instituto Max Planck de Psicolinguística e disponível em <https://tla.mpi.nl/tools/tla-tools/elan/>. Tendo em vista os objetivos do nosso trabalho, as trilhas de anotação criadas foram: (a) sinal mão direita; (b) sinal mão esquerda; (c) *mouthings*⁴ e (d) tradução. A análise a partir dessas trilhas nos permite analisar a produção do próprio sinal MOTIVO, a depender de sua função e valor semântico (nome, advérbio circunstancial e conjunção) e a presença de *mouthings*.

As ocorrências (1-3) correspondem aos três tipos de usos do sinal MOTIVO em que, a partir da sua função nos enunciados, foram identificados como nome (1), advérbio circunstancial (2) e conjunção (3):

(1) FS(dia) SEXO POR QUE? COMO CRIAR IX(este) FS(dia) E(pausa) **MOTIVO** O-QUE? CUIDAR SAÚDE⁵
Porque criaram o dia do sexo? A **razão** é cuidar da saúde.

(2) PORQUE IX(nós) MORRER DV(morrer) FS(vai) PERGUNTAR &(chamar-atenção-pessoa) IX(você) GAY OUTRO LÉSBICA FS(vai) PERGUNTAR E(impossível) MORRER ACABAR DV(enterrar) DV(cortar-cabeça) DV(abrir-cérebro) IGUAL-TODOS SEXO DENTRO IX(nós) VER VER-NÃO E(então) **MOTIVO** IX(eu) GOSTAR-NÃO DV(rotular) TÍTULO FS(homossexual) PALAVRA IX(eu) GOSTAR-NÃO
Porque quando nós morrermos, alguém vai perguntar “oi, você é gay ou lésbica?”. Impossível. Morreu, acabou. Se cortar a cabeça, abrir o cérebro, todo mundo é igual. **Por isso** eu não gosto do rótulo “homossexual”. Não gosto dessa palavra.

(3) MAIS OU MENOS 20 ANO ATRÁS DV(mudar) **MOTIVO** IDADE IDOSO// JOVEM ÁREA IX(eles) SINAL
Há mais ou menos 20 anos atrás houve uma mudança **porque** os jovens criaram outro sinal.

4 *Mouthing* é o movimento da boca baseado na pronúncia da palavra da língua oral (BAKER, 2016, p. 4). Esse movimento pode ou não ser acompanhado de som correspondente à palavra da língua oral ou à parte dela.

5 Convenções para transcrição: FS: *fingerspelling*; DV: verbos descritivos visuais; IX: index/referentes; E: emblema; &: gesto. Marcadores não manuais não estão marcados nas glosas.

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

No que concerne às normas de ética em pesquisa envolvendo a exibição de imagens, esclarecemos que, embora todos os vídeos estejam disponíveis para acesso livre na internet, não temos permissão para uso das imagens dos autores dos vídeos. Desse modo, neste trabalho utilizamos apenas as glosas dos dados analisados, preservando assim a imagem dos surdos.

Gramaticalização

No século XX, Meillet, o primeiro autor a usar o termo *gramaticalização*, definiu esse processo como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente considerada autônoma” (MEILLET, 1912, p. 131 apud HOPPER, 1991, p. 17). Kurylowicz (1965, p. 52 apud HEINE, 1993, p. 117), por sua vez, definiu gramaticalização como o processo pelo qual itens lexicais se tornam gramaticais ou itens gramaticais se tornam mais gramaticais através do tempo.

Segundo Hopper e Traugott (2003, p. 18), a gramaticalização é um tipo de mudança através da qual itens ou construções são usados em certos contextos linguísticos com funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Para esses autores, a gramaticalização é entendida como uma mudança gradual e unidirecional, que envolve deslizamento categorial e pode ser representada por um *cline* ou *continuum*. Um *continuum* de gramaticalização mostra que elementos com propriedades lexicais, como nome e verbo, por exemplo, podem passar, com o tempo, a exercer funções gramaticais como verbo auxiliar, preposição, afixos e conjunções:

[item de conteúdo] > [palavra gramatical] > [clítico] > afixo flexional]

(HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 7)

A gramaticalização é um processo diacrônico que explica como formas gramaticais surgem e se desenvolvem nas línguas. Numa perspectiva sincrônica, a gramaticalização consiste na identificação e organização, através de um *cline*, de elementos que apresentam graus de gramaticalidade distintos, demonstrando os deslizamentos funcionais a que uma entidade linguística foi submetida, revelando os padrões de fluidez de uso da língua.

Pesquisas em línguas diversas (cf. HOPPER; TRAUGOTT, 2003), principalmente línguas orais, oferecem evidências de que a gramaticalização é o processo ligado à emergência de elementos gramaticais, como preposições, verbos auxiliares, artigos e conjunções etc.

No que concerne à emergência de conjunções, tema deste trabalho, Hopper e Traugott (2003, p. 184) afirmam que seu desenvolvimento histórico é similar ao de outros itens gramaticais, tendo como fonte nomes, verbos, advérbios, pronomes, morfemas de caso, afixos derivacionais e combinações sintagmáticas (perífrases).

A emergência de conjunções foi tema do trabalho pioneiro de Meillet (1915), em que o autor questiona o fato de as conjunções frequentemente desaparecerem ou se renovarem. Para o autor, a explicação diz respeito à repetição, que levaria ao enfraquecimento expressivo do valor da conjunção (MEILLET, 1915), e sua propriedade de pertencer ao conjunto de “palavras acessórias”, que tendem a ser pronunciadas mais rápido, perdendo volume fonético (MEILLET, 1915). Desse modo, as conjunções seriam afetadas por mudanças de uma perspectiva semântica e fonética.

Hopper e Traugott (2003) referem-se a casos de gramaticalização de conjunções em várias línguas. Trabalhos como Barreto (1999), Longhin-Thomazi (2011), Longhin (2016, entre outros), Rocha (2006) e Neves (2000) dão conta de casos de gramaticalização de conjunções ao longo da história do português.

No que concerne às línguas de sinais, Wilcox (2004) propõe que gestos podem se gramaticalizar nas línguas de sinais sendo incorporados inicialmente como um item lexical e adquirindo uma função gramatical com o tempo. O autor (WILCOX, 2004) remete às pesquisas de Shaffer (2000 apud WILCOX, 2004) e Janzen e Shaffer (2002 apud WILCOX, 2004) que apresentam evidências diacrônicas da gramaticalização de um morfema usado para marcar futuro a partir do morfema lexical “ir” na ASL (Língua de Sinais Americana).



Figura 9. ASL “ir”
Fonte: Wilcox (2004)

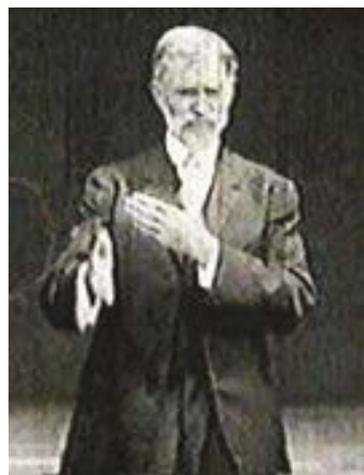


Figura 10. ASL “futuro”
Fonte: Wilcox (2004)

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

Pfau e Steinbach (2011) postulam que a gramaticalização em línguas de sinais pode se dar por duas vias. Em uma delas, observamos a passagem de um item lexical a item gramatical tal como ocorre nas línguas orais. Considerando as contribuições de Wilcox (2004), os autores afirmam que a gramaticalização em línguas de sinais pode também se dar a partir de gestos que passam a exercer funções gramaticais. A gramaticalização de pronomes a partir de gestos de apontação exemplifica esse tipo de mudança nas línguas de sinais.

Xavier e Wilcox (2014) apresentam evidências para o primeiro tipo de gramaticalização em línguas de sinais ao mostrar que verbos modais em libras se gramaticalizam a partir de sinais com significados mais concretos, sofrendo, nesse processo, generalização de significado e, em alguns casos, mudança fonológica.

Schermer e Pfau (2016), por sua vez, descrevem a gramaticalização da conjunção manual REASON (1b) a partir do nome REASON (*razão, motivo*) (1a) na Língua de Sinais Alemã (DGS), como um exemplo dessa rota de gramaticalização.

_____ neg

(4) a. REASON INDEX₁ UNDERSTAND.

Eu não entendo a razão

b. INDEX₁ SAD REASON POSS₁ GRANDMOTHER DIE.

Eu estou triste porque minha avó morreu

No que diz respeito à presença de conjunções em línguas de sinais, Tang e Lau (2012) atestam que são elementos pouco frequentes uma vez que estruturas morfossintáticas que marcam as fronteiras de sentenças, como conjunções e complementizadores, não são obrigatórias nessas línguas. Ainda assim pesquisas anteriores descrevem o uso de conjunções em línguas de sinais. Johnston e Schembri (2007) atribuem o uso de algumas conjunções na Língua de Sinais Australiana (auslan) a empréstimos do inglês, como I-F (*se*) e s-o (*logo*). Waters e Sutton-Spence (2005), por sua vez, realizam uma pesquisa quantitativa acerca das conjunções na Língua de Sinais Inglesa (BSL) e, embora reconheçam a influência do inglês falado, os autores destacam o uso intrínseco de conjunções como *wh-clefts*, *list buoys* e marcadores condicionais não-manuais. De todo modo, Waters e Sutton-Spence (2005) dão conta de 238 casos de conjunções em BSL, sendo os casos de *wh-clefts*, BUT (mas), MEANS (descrito como conectivo de implicação) e IF (*se*) mais frequentes nos dados. Entre os conectivos menos frequentes, destacamos o uso de BECAUSE (porque) e SO (então), como valor causal e resultativo (conclusivo), segundo Waters e Sutton-Spence (2005, p. 12-13):

(5) CAN'T GO PUB **BECAUSE** MAYBE DON'T-LIKE PUBB PEOPLE

*não posso ir ao clube **porque** eles não gostam de pessoas que frequentam pubs*

(6) NOTHING HIM EXPERIENCE DEAF CHILDREN HOW EXPLAIN -S- FLY SILLY-ME SAIL ENGLAND

Ele não tem nenhuma experiência para explicar essas coisas para crianças surdas, então ele voou, ou navegou para a Inglaterra.

A emergência de conjunções via empréstimo está longe de ser um atributo das línguas de sinais. Mithun (1988), por exemplo, ao discutir a emergência de conjunções gramaticalizadas em línguas orais, salienta que, embora as conjunções coordenadas possam ter fontes diversas, um fator comum entre elas é que são em geral muito recentes nas línguas. Evidências encontradas em diversas línguas atestam que o bilinguismo é um fator significativo no desenvolvimento de conjunções. A exemplo disso, a autora afirma que a grande maioria das conjunções coordenadas nas línguas mexicanas são na verdade empréstimos do espanhol.

Considerando, portanto, a natureza e o uso das conjunções, em línguas orais e sinalizadas, procuramos mostrar que o estudo do desenvolvimento de conjunções em libras é promissor e pode contribuir tanto para a descrição da libras quanto para o entendimento dos processos que levam à emergência desses elementos em línguas de sinais. Nosso foco no sinal MOTIVO em libras permite discutir o processo de emergência de conjunções em línguas de sinais.

Orações causais, explicativas e conclusivas

Nos dados, o uso do sinal MOTIVO está associado basicamente a valores de causa-efeito/conclusão, razão pela qual revisitamos, nesta seção, alguns trabalhos em que se discutem a natureza e as propriedades das orações causais, explicativas e conclusivas. A classificação desses três tipos de orações é alvo de divergência entre gramáticos e linguistas que centram suas discussões no estatuto sintático dessas orações, ora descritas como coordenadas ora como subordinadas, e nos conectivos que explicitam o tipo de relação semântica em questão.

Entender as propriedades dessas orações que justificam tamanha controvérsia na literatura é fundamental para a análise dos nossos dados. Salientamos que, ao contrário do que se vê no português, a libras não dispõe de uma lista de conjunções causais, explicativas e conclusivas. Pelo contrário, nossa hipótese é a de que um mesmo sinal possa figurar como conjunção ou advérbio circunstancial nesses tipos de sentença em libras.

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

Cunha e Cintra (2007) incluem as orações conclusivas e explicativas dentre as orações coordenadas, cuja ligação é feita por uma conjunção coordenativa conclusiva e explicativa, como em (7-9) e (10-11), respectivamente:

(7) Ouço música, *logo* ainda não me enterraram.

(8) Não pacteia com a ordem; *é, pois*, uma rebelde.

(9) Queria casar a filha, bem ao gosto dela, não punha, *portanto*, nenhum obstáculo ao programa de Olga.

(10) Eh, camarada, espere um pouco, *que* isto acaba-se já.

(11) Um pouquinho só lhe bastava no momento, *pois* estava com fome.

Os mesmos autores descrevem as orações causais como orações subordinadas adverbiais (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 619). As orações causais seriam, *pois*, ligadas por uma conjunção subordinativa causal, como *porque*, *como* e *que*:

(12) Não veste com luxo, *porque* o tio não é rico.

Bechara (2009, p. 478) diverge dessa classificação e discute o uso de “unidades de natureza adverbial”, como *logo*, *pois*, *portanto*, *por conseguinte*, *por isso*, *então*, que manifestam, entre outros, valores de conclusão, explicação e causa, e “que fazem referência anafórica ao que anteriormente se expressou”. Para esse autor, portanto, o tratamento das orações explicativas e conclusivas como coordenação e das causais como subordinação é equivocado. Defende, por outro lado, que essas orações “manifestam [...] valores de dependência interna, semelhantes às orações subordinadas” (BECHARA; 2009, p. 478).

Para Castilho (2010), as orações conclusivas e explicativas enquadram-se entre as orações subordinadas (adverbiais). O autor chama a atenção para a dificuldade de sustentar a proposta tradicional de uma distinção semântica entre as causais e explicativas a partir de sentenças como (13) e (14). Na primeira, a leitura causal é favorecida pela posposição da oração causal de efeito à oração matriz (ou principal) de causa, e, na segunda, a ordem invertida leva a uma interpretação explicativa:

(13) A rua está molhada *porque* choveu.

(14) Choveu, *porque* a rua esta molhada.

Apenas em (13) podemos aceitar uma leitura causal, uma vez que em (14) só uma leitura conclusiva é possível. Em (14), o fato de a rua estar molhada leva à conclusão de que havia chovido, todavia, a rua poderia estar molhada por outros motivos. Não há uma relação causal que se sustente nesse caso. Sendo assim, percebemos que a ordenação tem papel fundamental no efeito de sentido que se pode depreender de cada uma dessas sentenças.

Sweetser (1990) explora o uso das conjunções causais em três domínios, a saber de conteúdo, epistêmico e dos atos de fala, com base nas sentenças como em (15-17):

(15) João voltou *porque* ele a ama.

(16) Ele a ama, *porque* voltou.

(17) O que você vai fazer hoje à noite, *porque* tem um ótimo filme em cartaz.

Sweetser (1990, p. 81) afirma que “a conjunção causal no domínio dos atos de fala (17) indica uma explicação causal do ato de fala que está sendo produzido, enquanto no domínio epistêmico (16) a conjunção causal marcará a causa da crença ou a conclusão, e no domínio do conteúdo (15), ela marcará a causalidade do mundo real de um evento”. O objetivo da autora é mostrar que a ambiguidade da conjunção causal, entre outras, está associada a seu uso nesses três domínios.

A relevância da análise proposta em Sweetser (1990) está atestada nos trabalhos de Pezzati (2002), por exemplo, para o português brasileiro. Buscando explorar as relações semânticas associadas à causa, Pezzati (2002) propõe um estudo da relação conclusiva para além da distinção coordenação/subordinação tendo como foco principal o papel dos nexos conclusivos. Procura determinar, portanto, sua função no estabelecimento da relação semântico-argumentativa e verificar o comportamento sintático-semântico desses elementos.

A autora parte, desse modo, para uma análise da oração conclusiva segundo hipótese de que, além de exprimir o nexo semântico causa-consequência, estabelece “uma relação de implicação entre a proposição antecedente e a consequente”, isto é, exprime “uma relação de inferências entre proposições, em que a primeira [oração] é uma das premissas e a segunda, a conclusão” (PEZZATTI, 2002, p. 191-192). É essa relação de inferência que assegura um valor conclusivo em (11), mas não em (10) acima.

Pezatti (2002, p. 192) discute ainda o estatuto categorial dos nexos conclusivos, destacando, com base em Carone (1988), que “as conjunções são geralmente expressões

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

que deslizaram de um estatuto de advérbio para o de conjunção”. Esse deslizamento categorial, observado no processo de gramaticalização, é reflexo da fluidez das categorias gramaticais.

Dos resultados apresentados por Pezatti (2002), destacamos aqueles relativos a *por isso*, uma vez que suas propriedades parecem estar mais compatíveis com alguns dos usos do sinal MOTIVO verificados nos nossos dados, principalmente seu valor anafórico.

A autora destaca que, com base nos seus dados, não é possível atribuir a *por isso* um estatuto de conjunção conclusiva prototípica. *Por isso* não pode ser substituído, em todos os contextos, por *logo*, que é, segundo ela, a conjunção conclusiva mais prototípica. Ademais, Pezatti (2002, p. 204) destaca o valor circunstancial de *por isso* em sentenças como (18), em que *isso* estabelece uma relação anafórica com “passar água fervendo sem deixar o camarão cozinhar”, que atua como um esclarecimento, uma justificativa, ou mesmo causa de “o camarão ficar um pouco cor-de-rosa”:

(18) então tira aquilo ali, limpa bem o camarão, passa uma água fervendo, não deixa cozinhar o camarão, só água fervendo no camarão, *por isso* que ele fica um pouco cor-de-rosa, não de todo, branquinho ainda, aí põe aquele refogado, mexe, apaga o fogo (PEZATTI, 2002, p. 204).

Pezatti (2002) pontua ainda que *por isso* pode estabelecer uma relação conclusiva entre estados-de-coisas, atuando no nível do conteúdo (SWEETSER, 1990), como em (18) acima, e uma relação de justificativa ou conclusão entre atos de fala, atuando no nível dos atos de fala (SWEETSER, 1990), como em (19):

(19) então, ele vai desejar que o aluno não fique apenas no nível de memorização, mas que, uma vez armazenada esta informação, ele utilize essa informação em outros, em outras situações, *por isso* nós dissemos que habili, chamamos de habilidades mentais. (PEZATTI, 2002, p. 208).

A autora destaca ainda que *por isso* pode operar no nível epistêmico (SWEETSER, 1990), sendo esse valor associado à relação propriamente conclusiva:

(20) existem CERTas regiões onde há determinados frutos OUTras regiões... com OUTros frutos... então eles tinham que acompanhar este movimento também:: e *por isso* eram nômades. (PEZATTI, 2002, p. 207).

Marques e Pezatti (2015), por sua vez, destacam a controvérsia entre alguns gramáticos e linguistas quanto à natureza semântica das orações conclusivas. Kury (1993),

por exemplo, afirma que a oração conclusiva exprime conclusão ou consequência lógica em relação ao estado de coisas descrito na primeira oração. Ducrot (2009 apud MARQUES; PEZATTI, 2015, p. 30), por seu turno, advoga a favor de um encadeamento argumentativo, em que pesa a necessidade de sustentação de certa argumentação. Em (21), segundo Ducrot, o uso de *portanto* tem a intenção de persuadir o interlocutor mais do que estabelecer uma relação lógica conclusiva:

(21) A estação é longe, *portanto* tomemos um táxi. (MARQUES; PEZATTI, 2015, p. 31).

Segundo Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008, p. 946-947), “a construção causal pode ser caracterizada como a junção entre um evento-causa e um evento-consequência ou evento-efeito”, implicando “uma sequência temporal entre os eventos, à qual se soma a ideia de que o segundo evento é previsível a partir do primeiro (ou porque tem nele a sua razão), ou porque há entre eles uma sucessão regular”. As autoras defendem que o valor semântico de “causa” abrange “causa real, razão, motivo, justificativa ou explicação” e “‘efeito’ abrange consequência real, resultado, conclusão” (NEVES; BRAGA; DALL’AGLIO-HATTNER, 2008, p. 952).

Salientam também que a ordem marcada das orações causais é a posposição e que essa ordenação leva em consideração a organização discursiva e o domínio da conexão. Seguem Sweetser (1990) e dividem as orações causais do português em três tipos: de conteúdo, epistêmicas e de atos de fala. As causais de conteúdo estabelecem uma relação causal entre estados de coisas que estão relacionados por uma causalidade em um mundo qualquer e pressupõem uma sequência temporal de fatos (NEVES; BRAGA; DALL’AGLIO-HATTNER, 2008, p. 948), como em (22):

(22) Então eles pegavam os pássaros que não podiam voar... *porque estavam com as penas grudadas de petróleo*

As orações causais que atuam no domínio epistêmico estabelecem uma relação entre “uma conclusão ou crença, por um lado, e as suas ‘causas’ ou ‘motivações’, por outro lado” (NEVES; BRAGA; DALL’AGLIO-HATTNER, 2008, p. 949), como em (23):

(23) agora nesse mês, *como a UPC não aumentou e como diminuiu o número de UPCs... o que vai acontecer é que eu vou pagar um pouquinho menos*

As orações causais no domínio dos atos de fala associam um ato de fala a uma “sentença que dá a ‘causa’ daquele ato de fala – e, por isso, traz uma ‘explicação’ –” (NEVES; BRAGA; DALL’AGLIO-HATTNER, 2008, p. 949), como em (24):

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

(24) [agora dias que não tem aula ele pergunta e a resposta é negativa aí então ele diz para a irmã...] “*levanta que hoje não tem aula podemos brincar*” aí levan::tam

A relação causal envolve matizes semânticos e pragmáticos diversos e pode ser expressa em construções sintáticas distintas no português, considerando o conjunto de conjunções que são usadas nessas sentenças e a ordenação das sentenças.

Tendo em vista a proposta de Sweetser (1990), acerca da atuação das conjunções em três domínios, a saber de conteúdo, epistêmico e dos atos de fala, podemos concluir também que as relações de causa, explicação e conclusão operam em domínios distintos, ainda que envolvam os mesmos tipos de conectivos.

Desse modo, Marques e Pezatti (2015, p. 24) defendem que “a relação conclusiva [...] ocorre no domínio epistêmico”, uma vez que “expressa a ideia de que o julgamento da verdade da primeira afirmação leva à crença relatada na segunda”. No nível epistêmico, “[n]ão se pode perceber uma lógica inerente às duas afirmações, mas uma relação em que uma dada situação leva a uma determinada conclusão”. As orações explicativas, por sua vez, pertencem ao domínio dos atos de fala, como já demonstrado em Marques e Pezatti (2015) e Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008). Já as orações causais operam no domínio do conteúdo, uma vez que expressa uma causa real, verificada em qualquer mundo, em que fica nítida uma sequência temporal de estados de coisas.

Com base no trabalho de Dancygier (1998) sobre as condicionais, podemos prever ainda que as causais atuam no que a autora chama de domínio metatextual. Se encaixam aqui as sentenças em que os conectores funcionam como advérbios circunstanciais, como descrito em Pezatti (2002). Nessas sentenças, Pezatti (2002) descreve que o conector *por isso* tem uma função anafórica. Para Dancygier (1998), sentenças no nível metatextual retomam os enunciados anteriores para introduzir um comentário.

Podemos concluir que a distinção entre esses valores semânticos está associada ao tipo de domínio em que cada tipo de oração opera. Nossa proposta é descrever o uso do sinal MOTIVO, envolvido em sentenças causais, explicativas e conclusivas a partir das propostas de Sweetser (1990) e Dancygier (1998), corroboradas por Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008) e Marques e Pezatti (2015), identificando os quatro domínios de atuação desse conectivo na libras.

Orações adverbiais em línguas de sinais

Na seção anterior, apresentamos um resumo da vasta discussão sobre os valores semânticos associados à causalidade e conclusão. Além disso, mostramos que há uma divergência entre gramáticos e linguistas acerca da natureza dessas relações com respeito ao estatuto sintático das orações que veiculam esses valores de causa, explicação e conclusão. Essa discussão recai sobre os parâmetros identificados para distinguir coordenação e subordinação. Tratados numa perspectiva dicotômica, coordenação e subordinação são descritos com base nos parâmetros dependência e independência nas gramáticas tradicionais. Autores como Hopper e Traugott (2003) e Lehmann (1988), por outro lado, defendem uma abordagem diferente por reconhecerem que as orações compostas podem ser mais bem entendidas tendo em vista um *continuum* de predicação complexa que liga sentenças com graus de integração mais ou menos fortes e compreende três tipos principais de vinculação de sentenças, a saber parataxe, hipotaxe e subordinação. Nessa proposta, são levados em conta parâmetros como dependência e encaixamento.

No que concerne às línguas de sinais, não encontramos na literatura parâmetros para distinguir coordenação e subordinação, embora autores como Johnston e Schembri (2007), Tang e Lau (2012) e Pfau (2016) descrevam casos de orações coordenadas e subordinadas, destacando, contudo, a dificuldade dessa distinção em línguas de sinais.

Pfau (2016), por exemplo, discute casos de orações adverbiais temporais, causais e finais, e condicionais em várias línguas de sinais. Uma vez que trataremos, neste trabalho, de casos de orações causais, destacaremos a descrição apenas desse tipo de oração.

Pfau (2016) chama atenção para o fato de que as sentenças com a conjunção manual causal na Língua de Sinais Holandesa (NGT) são similares às sentenças do inglês e outras línguas orais, como em (25):

(25) INDEX1 ANGRY [BECAUSE INDEX3a ALWAYS LATE COME].

Eu estou bravo porque ela se atrasou

Pfau e Steinbach (2011) propõem que o sinal REASON na Língua de Sinais Alemã (DGS) pode ser usado como conjunção causal como resultado de um processo de gramaticalização. Os autores argumentam que essa conjunção se gramaticalizou a partir do nome REASON e introduz nessa língua orações adverbiais causais como em (26):

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

(26) INDEX1 SAD **REASON** POSS1 DOG DIE

*Eu estou triste **porque** meu cachorro morreu*

Para a libras, não encontramos descrição do uso de orações causais, explicativas e conclusivas. Nosso objetivo é, desse modo, apresentar uma análise do uso do sinal MOTIVO em sentenças desse tipo, buscando apresentar pela primeira vez uma descrição de orações adverbiais em libras.

Análise

Apresentaremos, nesta seção, os resultados das nossas análises baseadas em 30 ocorrências do sinal MOTIVO identificadas em 10 vídeos. Esses resultados advêm de uma análise qualitativa, dado o pequeno número de ocorrências, em que foram analisados fatores como *mouthings*, domínio cognitivo (de conteúdo, epistêmico ou dos atos de fala) e tipo de oração (causal, explicativa ou conclusiva).

Para tratar da multifuncionalidade do sinal MOTIVO, discutiremos inicialmente, a seguir, nossa proposta de que esses diferentes usos, interpretados como nome, advérbio e conjunção correspondem a diferentes graus de gramaticalização. Na subseção seguinte, analisaremos a atuação desse sinal em domínios semânticos distintos, como propõem Sweetser (1990) e Dancygier (1998).

Gramaticalização da conjunção MOTIVO

Nossos dados favorecem a interpretação de que a conjunção MOTIVO é fruto de um processo de gramaticalização em que um item lexical passa a item gramatical, como propõem Hopper e Traugott (2003). Trata-se, portanto, do mesmo processo verificável em línguas orais e, como atestam Pfau e Steinbach (2011), também na DGS.

O sinal MOTIVO é usado como um nome dentro de um sintagma nominal em (27) e para conectar dois estados de coisas, em que uma relação causal é estabelecida, como (28):

(27) FS(dia) SEXO POR QUE? COMO CRIAR IX(este) FS(dia) E(pausa) MOTIVO O-QUE? CUIDAR SAÚDE
*Porque criaram o dia do sexo? (pausa) A **razão** é cuidar da saúde.*

(28) IX(EU) USAR MÉDICO1 **MOTIVO** ÁREA JOVEM MÉDICO1// 20 ANOS ATRÁS MÉDICO1 IDADE IDOSO IX MÉDICO2

*Eu uso o sinal “médico1” **porque** eu sou jovem, o sinal usado há 20 anos atrás era “médico2”*

Nossa interpretação para a diferença na categorização de MOTIVO leva em conta questões prosódicas. Em (27), há uma longa pausa depois do sinal SEXO e o retorno da mão do sinalizante para a posição de repouso, o que pode marcar o início de uma nova sentença. Em (28), por outro lado, não há pausa entre as duas sentenças, que parecem estar mais vinculadas sintática e semanticamente. Considerando esses dois usos do sinal MOTIVO, defendemos que o uso mais gramatical, como conjunção, é resultado de um processo de gramaticalização a partir de um uso mais lexical. Sustentam essa hipótese os trabalhos clássicos de gramaticalização, como Hopper e Traugott (2003), em que está proposto que as mudanças em gramaticalização seguem uma trajetória unidirecional tal como:

menos gramatical > mais gramatical

O princípio básico pressuposto na hipótese da unidirecionalidade é, segundo Hopper e Traugott (2003), a assunção de que há uma relação entre os estágios A e B, de modo que A ocorre antes de B, mas não o contrário. Desse modo, a interpretação de que o uso do sinal MOTIVO como uma conjunção causal é posterior ao seu uso como elemento lexical, apesar de não poder ser atestado diacronicamente, encontra respaldo nos inúmeros casos atestados em outras línguas, a partir dos quais foi possível formular o princípio da unidirecionalidade da mudança em gramaticalização.

O sinal PORQUE (Figura 10) também pode ser usado em contextos semelhantes, como em (29), embora seja muito mais comum em contextos de pergunta (com expressão facial de interrogação).



Figura 10: PORQUE

Fonte: *Mini dicionário ilustrado de Libras*

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

Em (29), temos um caso em que a conjunção manual PORQUE é usada para ligar dois estados-de-coisas, ou duas sentenças causais:

(29) XXX DIFERENTE **PORQUE** DEPENDE FS(orgasmo) ORGASMO

*As pessoas sentem prazer em regiões diferentes **porque** depende do orgasmo.*

Em (30), todavia, temos a ocorrência dos dois sinais em sequência, o que podemos entender como uma evidência da emergência da conjunção MOTIVO em contextos de causa:

(30) BARCO3 INDEX3 CL-VELA-DO-BARCO DEPENDER VENTO VENTILAR_{MÃO-DIREITA} OU VENTILAR_{MÃO-ESQUERDA}
OU VENTILAR_{EM-FRENTE} POSSÍVEL LIVRE CONSEGUIR NAVEGAR **PORQUE**^{EXP.INTERROGATIVA} MOTIVO INDEX3
CL-VELA- DO-BARCO

Tradução 1: *A posição da vela do Barco depende da direção do vento. Isso permite que ele consiga navegar. Por quê? O **motivo** é da vela do barco.*

Tradução 2: *A posição da vela do Barco depende da direção do vento. O barco consegue navegar, **porque** tem vela.*

Nessa ocorrência, PORQUE, associado a uma expressão facial de interrogação, é usado no que parece ser uma pergunta retórica. Essa estratégia é muito usada nas línguas de sinais, como atesta Pfau (2016, p. 157) para a NGT em (24):

(31) INDEX_{3a} SAD WHY, INDEX_{3a} CAT DIE.

Ele está triste porque seu gato morreu

Por que ele está triste, é (porque) seu gato morreu

O que difere as traduções de (30) é que na primeira o sinal MOTIVO aparece num contexto em que tanto pode ser interpretado como nome ou como uma conjunção (no caso, coocorrendo com PORQUE). As duas interpretações apontam, portanto, para uma ambiguidade estrutural do sinal MOTIVO, o que é um traço comum entre os itens em processo de gramaticalização.

A natureza gradual da gramaticalização compreende estágios no processo que leva um item lexical a adquirir funções gramaticais. Em estágios intermediários, podem emergir usos que evidenciam o caráter não-discreto das categorias gramaticais. Em (32) abaixo, por exemplo, o sinal MOTIVO apresenta uma função intermediária entre nome e conjunção, na medida em que parece exercer uma função de advérbio circunstancial, como proposto por Pezatti (2002) para alguns usos de *por isso*, com valor anafórico. O motivo ou razão pela qual o falante aconselha os interlocutores a serem mais cautelosos

quanto a acusações contra os intérpretes está descrito nas sentenças anteriores. Logo, o sinal MOTIVO retoma tudo o que foi dito anteriormente e introduz uma justificativa para que os interlocutores evitem difamar ou caluniar os intérpretes:

(32) USAR ACUSAR INTÉRPRETE TRADUTOR? E(negação) EVITAR USAR TAMBÉM DISCRIMINAR E (negação) SE IX(você) PODER PRECISAR FUTURO INTÉRPRETE-TRADUTOR IX(você) PRECISAR IX(el@) DEPENDER IX(você) PEDIR IX(el@s) IX(eu) QUERER INTÉRPRETE E(esperar) DESCULPAR IX(el@) DISCRIMINAR IX(eu) &(INDIGNAÇÃO) IX(el@) PRECISAR IX(EL@) INTÉRPRETE- IX(eu) ENTENDER-NADA **MOTIVO** MARCAR DV(pessoa) CUIDADO IX(você) PRECISAR PENSAR ANTES REFLETIR RESPONDER

*Acusar o tradutor intérprete? Não não, deve-se evitar isso e também discriminá-los. Você pode vir a precisar de um tradutor intérprete futuramente, e dependendo você pede pra el@s que quer um intérprete e aí, el@s podem dizer: espera aí, desculpa, você me discriminou e agora você precisa de intérprete? Não estou entendendo nada. **Por isso**, tome cuidado para não ficar marcado. Pense antes, reflita para responder.*

Análises de dados como (30) e (32) são fundamentais para estudos de gramaticalização sobre línguas para as quais não é possível fazer um estudo diacrônico. O *cline* abaixo, desse modo, parte de uma perspectiva sincrônica, sustentada pelos dados.

MOTIVO_{NOME} > MOTIVO_{ADV} > MOTIVO_{CONJUNÇÃO}

Segundo Hopper e Traugott (2003, p.6), sincronicamente, um *cline*, representa um arranjo de formas numa linha imaginária, em que, provavelmente, formas lexicais e formas gramaticais ocupam posições opostas. Nossa proposta de *cline* para acomodar os diferentes usos do sinal motivo leva em conta, portanto, as evidências sincrônicas que sustentam nossa hipótese de que esses diferentes usos correspondem a diferentes graus da gramaticalização.

Valores semânticos e domínios associados ao sinal MOTIVO

Com base nas propostas de Sweetser (1990) e Dancygier (1998), descreveremos os usos do sinal MOTIVO em quatro domínios: de conteúdo, epistêmico, dos atos de fala e metatextual.

Dos 30 dados coletados, MOTIVO está associado ao domínio do conteúdo em 13 ocorrências, ao domínio epistêmico em 4, ao domínio dos atos de fala em 5 e ao domínio metatextual em 3. Em 2 ocorrências o sinal foi usado como nome e em outras 3 ocorrências é usado para indicar finalidade.

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

Embora fuja do escopo deste artigo explorar o uso de MOTIVO em contextos de finalidade, cabe destacar que, nessas ocorrências, MOTIVO é usado não com valor de causa, mas de objetivo/finalidade, como em (33). Pfau (2016) observa situação semelhante na DGS (Língua de Sinais Alemã), em que o sinal REASON (motivo) é usado tanto para introduzir uma oração causal quanto final.

(33) X(eu) VIR SÓ E(passar informação) IX(vocês) SABER PORQUE DIA 6 MÊS SETEMBRO E(pergunta) FS(dia) SEXO COMO CRIAR SER **MOTIVO** CUIDAR SAÚDE

*Eu vim aqui avisar vocês porque dia 6 de setembro é o dia do sexo, que foi criado **para** orientar as pessoas no cuidado com a saúde.*

MOTIVO atua no domínio do conteúdo em sentenças como (34) e (35), em que podemos observar uma relação de causa e consequência entre dois estados de coisas.

Em (34), observamos uma relação causal no domínio do conteúdo, em que há uma relação temporal entre um evento de causa e um evento de efeito/consequência: o informante relata que no passado ele não sinalizava, mas como passou a ter contato com outros surdos, houve uma mudança e ele aprendeu libras. O evento causa é o contato com outros surdos e o evento consequência é o aprendizado da libras. Notem que há uma relação temporal icônica entre os eventos causa e consequência. Qualquer alteração nessa ordem alteraria o sentido do enunciado. Todavia essa iconicidade não se reflete na ordenação das sentenças, já que em libras a relação causal é expressa em sentenças cuja ordenação dos eventos é não icônica, isto é, a sentença de consequência é anteposta à sentença de causa.

(34) IX(eu) PASSADO CRESCER IX(eu) LS NADA LS NADA LS NADA IX(eu) CRESCER
DV(transformação)LS XXX IX MOTIVO DV(pessoas-influenciar-eu) IX(eu)
PASSADO IX(eu) PARTICIPAR CONVIVER ÁREA APROPRIAR DESENVOLVER
MUDAR

*Antigamente eu não sinalizava nada. Quando eu cresci houve uma mudança **porque** eu recebi influência de outras pessoas com quem eu convivi no passado.*

Em sentenças como (35) e (36), MOTIVO atua no domínio epistêmico porque a sentença introduzida por esse sinal expressa uma crença mais do que um estado de coisas.

Em (35) e (36) temos uma relação de conclusão determinada por uma crença expressa na sentença introduzida por MOTIVO. Em (35), o informante discute o tabu relativo à sexualidade. Segundo ele, esse tabu existe por causa do machismo. A relação

entre a existência de um tabu referente à orientação sexual e o machismo é estabelecida no nível epistêmico, uma vez que é válida apenas pela própria opinião ou conhecimento de mundo do informante. Não há um evento causal que provoque uma consequência como em (34).

(35) IX FS(tabu) IX **MOTIVO** IX(eu) MACHISMO INFLUENCIAR EVOLUIR IX(eu) HOMEM
*Isso é um tabu **porque** tem influência do machismo.*

(36) é produzido pelo mesmo informante ainda numa discussão sobre o tema da sexualidade. Ele se refere às discussões⁶ sobre orientação sexual e conclui que essas discussões começaram por causa de uma novela. Assim como em (30), a relação entre as discussões sobre sexualidade e novela estão estabelecidas no nível epistêmico, pois trata-se de uma crença que o próprio informante explicita.

(36) XXX COMEÇAR **MOTIVO** IX(el@) NOVELA FS(novela) TER
*Isso começou **por causa** da novela.*

As ocorrências de motivo em (37) e (38) são representativas da sua atuação no domínio dos atos de fala. Em (37) e (38), o sinal motivo é usado para introduzir uma sentença que na verdade expressa um ato de fala. Em (37), a razão pela qual “se usa” ou “se diz” a palavra “homossexual” está explicitada na sentença anterior. Em (38), o sinal motivo introduz um ato de fala que é justificado pelo conteúdo da sentença anterior.

(37) FS(homo) SINGNIFICAR MESMO FS(sexo) DV(palavra-duas-juntar) **MOTIVO** IX PALAVRA FS(ok)
*“homo” significa mesmo, com sexo, forma uma palavra **por isso** usa a palavra “homossexual”.*

(38) CERTO FS(é) FS(fim) 10 PROLIBRAS &(indignação) SÉTIMO E(então) **MOTIVO** AVISAR ATÉ 2015
FS(fim) **MOTIVO** DECRETO CRIAR FS(é) 2005

*O correto seria finalizar no décimo Prolibras, mas foi até o sétimo, então, **por isso** divulgaram que terminaria até 2015, por causa do Decreto que foi criado em 2005.*

A ocorrência (39) é representativa nos nossos dados do uso de **MOTIVO** como advérbio circunstancial, que atua no nível metatextual. O sinal **MOTIVO**, nessa ocorrência, retoma todos os enunciados precedentes para introduzir uma conclusão que, assim como as causais do domínio epistêmico, está baseada numa crença ou opinião do próprio

⁶ Não podemos compreender o sinal exato que o informante usa, mas, no contexto, o tema são as discussões que as pessoas passaram a ter sobre orientação sexual.

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

informante. A diferença entre (39) e (37-38) é que somente na primeira há uma retomada anafórica do conteúdo dos enunciados anteriores. Assim, a razão pela qual o informante não gosta da palavra “homossexual” está expressa e/ou subentendida nos enunciados precedentes.

(39) PORQUE IX(nós) MORRER DV(morrer) FS(vai) PERGUNTAR &(chamar-atenção-pessoa) IX(você) GAY OUTRO LÉSBICA FS(vai) PERGUNTAR E(impossível) MORRER ACABAR DV(enterrar) DV(cortar-cabeça) DV(abrir-cérebro) IGUAL-TODOS SEXO DENTRO IX(nós) VER VER-NÃO E(então) **MOTIVO** IX(eu) GOSTAR-NÃO DV(rotular) TÍTULO FS(homossexual) PALAVRA IX(eu) GOSTAR-NÃO

Porque quando nós morrermos, alguém vai perguntar “oi, você é gay ou lésbica?”. Impossível. Morreu, acabou. Se cortar a cabeça, abrir o cérebro, todo mundo é igual. Por isso eu não gosto do rótulo “homossexual”. Não gosto dessa palavra.

Outras propriedades das orações com MOTIVO

Todas as orações com MOTIVO analisadas mantêm a ordem canônica das orações causais, que é a posposição. Paiva (1999) assevera que a ordem não-marcada, ou preferencial, das sentenças causais introduzidas por *porque*, em português, é a posposição. Diferentemente do português oral, na libras, a anteposição nesses casos seria agramatical. Todavia, a ordenação das orações causais na libras ainda permanece um aspecto pouco explorado.

Em nossa análise, observamos também o uso de *mouthings* associado à produção do sinal MOTIVO. Os resultados, como ilustra a Tabela 1, não nos permitem fazer conclusões muito precisas acerca da relação entre o tipo de *mouthings* e o valor semântico das orações em que o sinal MOTIVO é usado. Consideramos que pesquisas com um maior número de dados são necessárias para uma análise mais acurada desse fenômeno.

Tabela 1. Distribuição dos *mouthings*

Domínios	Conteúdo	Epistêmico	Metatextual	Atos de fala
<i>Mouthing</i>				
<i>por causa</i>	4	3	-	1
<i>por isso</i>	-	1	2	2
<i>porque</i>	1	-	-	-
sem/ininteligível	8	-	1	2
Total	13	4	3	5

Fonte: Elaboração própria

Com base na análise dos dados que constituem nosso *cópus*, pudemos apresentar uma descrição dos usos do sinal MOTIVO em sentenças que veiculam sentidos de causa, explicação e conclusão associados aos domínios de conteúdo, epistêmico, dos atos de fala e metatextual. Não observamos nenhuma propriedade nas sentenças analisadas que justificasse uma distinção no tipo de vinculação sintática entre as orações envolvidas. A diferença entre as ocorrências analisadas reside primordialmente em propriedades semânticas, que nos permitiram propor três usos distintos, com implicação na categorização do mesmo sinal como nome, advérbio circunstancial e conjunção, com atuação em quatro domínios cognitivos correspondente a sua atuação nos níveis do conteúdo, epistêmico, dos atos de fala e metatextual.

Conclusão

Neste trabalho, apresentamos um estudo preliminar dos usos do sinal MOTIVO na libras. Nossa análise considerou dados reais produzidos por surdos sinalizantes e publicados em vídeos na internet para mostrar aspectos relacionados à categorização e aos valores semânticos desse sinal.

Num primeiro momento, discutimos o estatuto gramatical de MOTIVO, considerando as evidências de que pode ser usado como um item lexical, como substantivo, quanto como um item gramatical, com função de conjunção. Observamos ainda que MOTIVO pode ser usado também em alguns contextos com função de advérbio circunstancial, com valor anafórico. Sendo assim, postulamos a hipótese de que os diferentes usos de MOTIVO, que coexistem sincronicamente, podem ser entendidos como reflexo do deslizamento categorial ao qual esse item foi submetido. O *cline* NOME>ADVÉRBIO>CONJUNÇÃO explicaria, portanto, a trajetória de mudança desse elemento, compatível com gramaticalização, em que observamos que um elemento lexical passou a desempenhar funções gramaticais. O uso como advérbio circunstancial explicita o caráter gradual da mudança por gramaticalização e os efeitos do deslizamento categorial.

Num segundo momento, nos debruçamos sobre os valores semânticos associados ao sinal MOTIVO, considerando seu uso em sentenças que veiculam valores semânticos distintos. Nossos dados revelaram que MOTIVO ocorre em sentenças com valores causais, explicativas e conclusivas, que atuam em domínios de conteúdo, epistêmico, dos atos de fala e metatextual, segundo as propostas de Sweetser (1990) e Dancygier (1998).

Embora as línguas orais, pelo menos as línguas indo-europeias, apresentem uma lista de conjunções causais, os estudos de Pezatti (2002), Marques e Pezatti (2015) e Neves, Braga e Dall'Aglio-Hattner (2008) mostram que uma mesma conjunção, no caso

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

do português, a conjunção *porque*, pode ser usada em sentenças nos quatro domínios. Destacamos, desse modo, que a libras, nesse aspecto, não se difere do português, ou seja, nossos dados deixam evidente que o sinal MOTIVO articula sentenças com sentidos relacionados à causa, explicação e conclusão.

Durante a coleta de dados, observamos também que o sinal PORQUE, usado em sentenças interrogativas, parece poder funcionar como conjunção causal. Futuramente é nosso objetivo analisar esses usos de PORQUE para que possamos contrastar os resultados e aprofundar os estudos das relações de causa em libras. Aspectos relacionados ao uso de marcadores não-manuais também deverão ser explorados futuramente, para que possamos apresentar uma descrição mais completa das sentenças causais em libras. Salientamos também a necessidade de uma análise das orações de causa justapostas, considerando que esse modo de vinculação sintática é mais produtivo nas línguas de sinais (TANG; LAU, 2012). São necessárias, portanto, novas pesquisas sobre o tema, com um corpus ampliado para que novas análises possam servir de base para afirmações mais contundentes acerca das propriedades das orações causais em libras. De todo modo, nossos resultados são inéditos no que diz respeito ao tema e, por esse motivo, podem contribuir para os estudos descritivos de libras.

Agradecimentos

A pesquisa de pós-doutoramento que levou aos resultados apresentados aqui recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo 2015/23541-2).

Referências

BAKER, A. Sign languages as natural languages. *In*: BAKER, A.; BOGAERDE, B. van den; PFAU, R.; SCHERMER, T. (ed.). **The Linguistics of Sign Languages: An Introduction**. Amsterdam: Benjamins, 2016. p. 1-24.

BARRETO, T. M. M. **Gramaticalização das conjunções na história do português**. 1999. v. I e II. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Nacional, 2009.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a libras em suas mãos**. v. 3: Sinais de P a Z. São Paulo: EDUSP, 2017.

CASTILHO, A. T. de. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do Português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007 [1985].

DANCYGIER, B. **Conditionals and predication** (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Dicionário de LIBRAS do INES (<http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras/>).

DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

HEINE, B. **Auxiliaries. Cognitive Forces and Grammaticalization**. New York: Oxford University Press, 1993.

HOPPER, P. J. On Some Principles of Grammaticalization. *In*: TRAUOGOTT, E.; HEINE, B. **Approaches to Grammaticalization**. v. I. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 17-35.

HOPPER, P. J.; TRAUOGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1993].

JOHNSTON, T.; SCHEMBRI, A. **Australian Sign Language. An Introduction to Sign Language Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KURY, A. da G. **Novas lições de análise sintática**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1993 [1985].

KURYLOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. **Diogenes** 51. p. 55-77. Reprint 1975, *Esquisses linguistiques II*. München: W. Fink (International Library of General Linguistics, 37), p. 38-54, 1965.

LIRA, G. A.; SOUZA, T. A. F. **Dicionário digital da língua brasileira de sinais**. v. 3. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, 2011. Disponível em: http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras_3/. Acesso em: 09 dez. 2019.

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

LONGHIN, S. R. Regularidade em mudança semântica: um estudo de caso no domínio da junção. **LABORHISTÓRICO**, v. 2, p. 130-148, 2016.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Flutuação e gramaticalização no paradigma dos juntores em português: forma, significado e história. **Filologia e Lingüística Portuguesa**, v. 13, p. 147-166, 2011.

MARQUES, N. B. N.; PEZATTI, E. G. **A relação conclusiva na língua portuguesa**: funções resumo, conclusão e consequência. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. Scientia. **Revista di Scienza** 12, v. 26, n. 6, p. 130-148, 1912. (Reprint: Meillet 1921).

MEILLET, A. Le renouvellement des conjonctions. *In*: **École pratique des hautes études, Section des sciences historiques et philologiques. Annuaire 1915-1916**. 1915. p. 9-28.

Mini dicionário ilustrado de LIBRAS. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERSI.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

MITHUN, M. The grammaticization of coordination. *In*: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (ed.). **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam: Benjamins, 1988. p. 33-59.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. As construções hipotáticas. *In*: NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. (org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil. Classes de Palavras e Processos de Construção**. v. II. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

PAIVA, M. C. A. A ordem não marcada das cláusulas 'porque'. **Série Encontros Descrição do Português Abordagens Funcionalistas**, UNESP, Araraquara, v. 1, p. 263-280, 1999.

PEZATTI, E. G. As construções conclusivas em português. *In*: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (org.). **Gramática do Português Falado**. v. VIII. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

ROCHA, A. P. A. **Gramaticalização das conjunções adversativas em português: em busca da motivação conceptual do processo.** 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

SCHERMER, T.; PFAU, R. Language contact and change. *In*: BAKER, A.; BOGAERDE, B. van den; PFAU, R.; SCHERMER, T. (ed.). **The Linguistics of Sign Languages: An Introduction.** Amsterdam: Benjamins, 2016. p. 299-324.

PFAU, R. Syntax: complex sentences. *In*: BAKER, A.; BOGAERDE, B. van den; PFAU, R.; SCHERMER, T. (ed.). **The Linguistics of Sign Languages: An Introduction.** Amsterdam: Benjamins, 2016. p. 149-172.

PFAU, R.; STEINBACH, M. Grammaticalization in sign languages. *In*: NARROG, H.; HEINE, B. (ed.). **The Oxford handbook of grammaticalization.** Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 683-695.

SWEETSER, E. **From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structures.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TANG, G.; LAU, P. Coordination and subordination. *In*: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. (ed.). **Sign Language: An International Handbook.** Berlin: Mouton De Gruyter, 2012. p. 340-365.

WATERS, D.; SUTTON-SPENCE, R. Connectives in British Sign Language. **Deaf Worlds**, v. 21, n. 3, p. 1-29, 2005.

WILCOX, S. Gesture and language; cross-linguistic and historical data from signed languages. **Gesture**, v. 4, p. 43-73, 2004.

XAVIER, A. N.; WILCOX, S. Necessity and possibility modals in Brazilian Sign Language (LIBRAS). **Linguistic Typology**, v. 18, n. 3, p. 449-488, 2014.

- | Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso

COMO CITAR ESTE ARTIGO: RODRIGUES, Angélica, e SOUZA, Joyce Cristina. Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso. **Revista do GEL**, v. 16, n. 1, p. 53-82, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v16i1.2435>

Submetido em: 24/02/2019 | Aceito em: 13/11/2019.

INTERNACIONALIZAÇÃO E LINGUAGEM INSTITUCIONAL: ESTUDO DA EQUIVALÊNCIA DO TERMO “FACULDADE” PARA O INGLÊS INTERNACIONAL

Internationalization and Institutionalized Language: A Study of the Equivalence of the Portuguese Word ‘Faculdade’ into International English

Regiani Aparecida Santos ZACARIAS¹

Dener Martins de OLIVEIRA²

Resumo: A internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) despontou na última década como fonte de oportunidades de cooperação para estudos, pesquisas e mobilidade, tornando-se, assim, condição para a projeção internacional, o que passa pela criação de um perfil institucional online em inglês. Nesse cenário, emerge a questão da precisão semântica na equivalência de termos do universo acadêmico institucional, na direção português-inglês. Para tratar dessa demanda, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar um estudo da questão da equivalência tradutória do termo “faculdade”, frequentemente traduzido nos sites em inglês das IES brasileiras por *college*, *faculty* ou *school*. Devido à falta de padronização conceitual dos termos equivalentes anglófonos, os objetivos específicos deste artigo buscaram (1) averiguar a relação de divergência na direção português-inglês do termo “faculdade” e (2) apresentar um estudo que possa servir como referência na escolha de um equivalente em inglês para o termo. Os resultados confirmaram a relação de divergência do termo “faculdade” na direção português-inglês e a não padronização dos termos em inglês. Como resultados, o estudo esclarece os conceitos de cada termo do inglês e as tendências de uso no cenário internacional, a fim de contribuir para o uso do equivalente adequado do termo “faculdade”.

Palavras-chave: Equivalência Tradutória. Terminologia. TCT. Internacionalização.

Abstract: In the last decade, the internationalization of Higher Education Institutions (HEIs) has arisen as an opportunity for study and research cooperation and for the mobility of professors, students and researchers from all over the world. In this way, the development of an English profile and website is a sine qua non-condition for the HEI that seeks international recognition. Thus, institutional information has to be provided in English by means of website, catalogues and others. In this scenario, Portuguese-English equivalence of institutional terminology becomes a crucial matter and research topic to be addressed. In order to meet those specific needs, the main objective of this work is to present a research about the equivalence of the Portuguese term ‘faculdade’ into international English, which is often translated as college, faculty or school. Considering that there is no common sense regarding the concept and the use of these words in the international academic community, the specific objectives of this paper aimed at (1) confirming the divergent relationship between the Portuguese term and its English equivalents, as well as (2) presenting a conclusive research so that other researchers can be based on. To sum up, the results clarify the concepts of each term in English, as well as its proper use in the international scenario.

Keywords: Lexical Equivalence. Terminology. CTT. Internationalization of Higher Education.

1 Zacarias. UNESP. E-mail: regiani.zacarias@unesp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5212-3895>

2 Oliveira. UEL. E-mail: dener.martins@uel.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5346-7446>

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

Introdução

O advento da internet e o avanço tecnológico promoveram na última década a internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES), o que impulsionou a cooperação de estudos, pesquisas e programas de mobilidade de professores, alunos e pesquisadores no mundo. Segundo Wit *et al.* (2015, p. 29, tradução nossa), em referência às definições de Knight (1994), “a internacionalização do ensino superior é um processo que integra uma dimensão internacional, intercultural e global aos propósitos da educação superior, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa, além de promover contribuições significativas para a sociedade”.³

Para se efetivar a internacionalização, surge a necessidade de inclusão das IES na comunidade científica e acadêmica internacional e, portanto, a demanda por divulgar seu perfil, em inglês em *websites* institucionais. Para tanto, a adoção de equivalentes institucionais português-inglês claros é fundamental para garantir uma comunicação efetiva.

O conceito de equivalência na perspectiva da Tradução está ligado à busca pela fidelidade entre unidades lexicais de línguas diferentes, que se manifesta em três dimensões: a da 1. subjetividade, com destaque para a decisão do tradutor; 2. historicidade, ao se levar em conta o contexto sócio-histórico da tradução, e 3. funcionalidade, sendo a finalidade da tradução (HURTADO ALBIR, 2001). Essa busca não pressupõe, segundo o autor, a pré-existência de um equivalente único, mas um processo complexo que “produz um movimento mental contínuo de associações sucessivas de ideias, de deduções lógicas, de tomadas de decisão” (HURTADO ALBIR, 2001, p. 211).

Tendo em vista essa definição, o objetivo geral deste trabalho é apresentar um estudo da questão da equivalência tradutória do termo “faculdade”, frequentemente traduzido nos *sites* das IES brasileiras por *college*, *faculty* ou *school*. Já os objetivos específicos buscaram (1) averiguar a relação de divergência na direção português-inglês do termo “faculdade” e (2) apresentar um estudo que possa servir como referência na escolha de um equivalente em inglês para o termo.

Para tanto, buscou-se aplicar a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), proposta por Cabré (1995) e sustentada por diversos terminólogos da atualidade (AUBERT, 2001; DESMET, 2002; ALMEIDA, 2006; KRIEGER, 2006). Devido à sua natureza

³ No original: “the intentional process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions and delivery of post-secondary education, in order to enhance the quality of education and research for all students and staff, and to make a meaningful contribution to society”.

contextual e comunicativa, a TCT trata o termo a partir de sua variedade e polivalência, com aplicações na tradução e na lexicografia (DESMET, 2002). O uso do vocabulário de especialidade e a efetiva transposição de conceitos garantem, assim, a comunicação entre leitor e interlocutor em contextos específicos.

O processo de análise aqui empregado teve como referência os princípios terminológicos apresentados por Aubert (2001), que propõe um estudo descritivo e sistematizador para garantir a comunicação interlínguas, ou seja, visa à identificação de um conteúdo nocional ou, na falta dele, de uma utilização funcional. Para o autor, mais importante do que definir é identificar os traços semânticos mais pertinentes, como natureza, finalidade, função e material.

O procedimento de análise iniciou-se com a consulta do termo “faculdade” no dicionário monolíngue de língua portuguesa (FERREIRA, 2014) e de seus equivalentes em quatro dicionários bilíngues escolares, sendo selecionados os termos *college*, *faculty* e *school* para este estudo. Na sequência, procedeu-se com o estudo conceitual dos termos anglófonos em quatro dicionários monolíngues de língua inglesa: os dicionários *Oxford* e *Cambridge*, para buscas nas variantes do inglês britânico e americano; no *Canadian Dictionary*, para consultas na variante inglês canadense, e no *Australian National Dictionary*, para consultas na variante australiana. Como parte integrante da análise, foram realizadas constatações do uso dos referidos termos por meio de consulta a *sites* de universidades que se posicionaram em primeiro e segundo lugar no *ranking World University Ranking 2018*⁴, considerando-se como filtro de busca a opção *any country/region* para quatro países anglófonos: Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Austrália. Como resultado, obtivemos as seguintes universidades: *California Institute of Technology*⁵, *Stanford University*⁶, *Oxford University*⁷, *Cambridge University*⁸, *Toronto University*⁹, *Columbia University*¹⁰, *The University of Melbourne*¹¹ e *Australian National University*¹².

4 Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2018>

5 Disponível em: <http://www.caltech.edu/>

6 Disponível em: <https://www.stanford.edu/>

7 Disponível em: <http://www.ox.ac.uk/>

8 Disponível em: <http://www.cam.ac.uk/>

9 Disponível em: <http://www.utoronto.ca/>

10 Disponível em: <http://www.ubc.ca/>

11 Disponível em: <https://www.unimelb.edu.au/>

12 Disponível em: <http://www.anu.edu.au/>

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

A seguir, apresentar-se-ão as bases teóricas que fundamentam este trabalho, em seguida, a metodologia referida e as respectivas etapas da análise terminológica bilíngue, bem como seus resultados. Na conclusão, serão discutidos e esclarecidos o conteúdo nocional e a utilização funcional de cada termo da língua inglesa como objeto de análise.

TCT – Teoria Comunicativa da Terminologia

De acordo com Cabré (1999), a Terminologia pode ser entendida como uma disciplina que se ocupa dos termos especializados. Para a terminóloga, qualquer vocábulo pode ser um termo, desde que seja utilizado em um domínio de especialidade. Devido ao caráter contextual, sociocultural e discursivo desta pesquisa, a fundamentação teórica postula-se sob a perspectiva terminológica voltada à funcionalidade, conhecida como TCT (Teoria Comunicativa da Terminologia), formulada pela linguista espanhola Maria Teresa Cabré (1993). O princípio da TCT instaura-se pela pragmática do discurso que vai ao encontro das necessidades de estudos extralinguísticos e contextuais do termo em estudo, admitindo a pluralidade e acolhendo a diversidade de sentidos (DESMET, 2002). Esse princípio institui-se numa perspectiva teórica moderna, do início dos anos 90, sucedida após uma série de críticas destinadas à abordagem anterior, a TGT (Teoria Geral da Terminologia), postulada pelos estudos de Wüster (1998). A TGT constituía o termo desvinculado de um contexto discursivo e “como um rótulo designativo de uma unidade de conhecimento, desconsiderando sua dimensão linguística” (KRIEGER, 2008, p. 5). De caráter interdisciplinar, e dialogando com teorias da linguagem e do conhecimento, a TCT se contrapõe à TGT e sugere contemplar os aspectos linguísticos, cognitivos e sociais do termo. Os estudos de Almeida (2006) revelam as características fundamentais das teorias:

Quadro 1. Comparativo entre TGT e TCT

TGT	TCT
<ul style="list-style-type: none"> • prioridade do conceito • precisão do conceito • abordagem onomasiológica • proeminência do nível lexical 	<ul style="list-style-type: none"> • prioridade às unidades terminológicas • termo = palavra • contemplação de todos os níveis de descrição • estudo dos discursos especializados

Fonte: Elaboração própria

Como revela a autora, a TCT, teoria que embasa este estudo, possui como objeto central a unidade terminológica e não o conceito, já que “seu objeto é a unidade lexical, que originalmente não é nem palavra nem termo, pois é a situação comunicativa que irá decidir” (SALES, 2007, p. 5). Da mesma forma, o fundamento da TCT possui como alicerce a linguagem natural¹³, uma vez que a comunicação especializada se projeta à luz do vocábulo de uso comum.

Empenhada em tratar a unidade terminológica pela sua natureza contextual e comunicativa, a TCT adere a algumas condições e princípios que norteiam sua fundamentação e apontam as condições para um *corpus* de análise (CABRÉ, 1999). Esses pressupostos teóricos atendem à natureza terminológica desta pesquisa, como será justificado na sequência.

Condição de linguagem natural: a teoria considera o termo como linguagem de especialidade concomitantemente ao vocábulo da linguagem natural, ou seja, sujeita a estruturas e constituintes gramaticais. Nesse sentido, é a situação comunicativa que irá decidir se o termo é objeto de estudo da lexicografia ou da terminologia.

Condição de comunicação especializada: se distingue da comunicação geral porque os modos de significar, sua função e a organização do discurso se dão de formas específicas, a partir de estruturas preestabelecidas e consensuais, caracterizando-se como formal e seletiva.

Condição de especialização: a condição temática está diretamente relacionada ao grau de especialização do termo, e, conseqüentemente, de sua densidade terminológica. A partir daí, torna-se oportuno explicitar as diferenças e correlações entre a linguagem geral e a específica. Embora os termos em questão sejam mais frequentemente utilizados como linguagem natural, sua incidência e função em um campo específico do conhecimento, no caso, o acadêmico, conferem a eles caráter de linguagem especializada.

Princípio da poliedricidade: ao se investigar o termo, esse princípio visa contemplar três perspectivas de análise: linguística, cognitiva e social, de forma independente ou integrada. Sob a perspectiva linguística, o termo “faculdade”, que se insere na linguagem escrita, sobretudo em *sites* de universidades brasileiras, ganha *status* terminológico à medida que seu uso na linguagem natural entra para a esfera acadêmica, por meio de glossários, listas e definições. Sob a ótica cognitiva, investigar os referidos termos requer

13 Conceito fundamentado em Lopes (1993, p. 16-17), que entende que “a língua natural carrega consigo os valores da sociedade de que esse indivíduo é membro; assim, ao aprender a língua do seu grupo, cada indivíduo assimila também a sua ideologia”.

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

um conhecimento especializado de sua definição e emprego nas diversas universidades que aqui se propõe estudar. Já sob o ponto de vista social, faz-se importante ressaltar a importância de se adequar a linguagem institucional, a fim de se contemplar as necessidades da comunidade acadêmica estrangeira.

Princípio do caráter comunicativo: direta ou indiretamente, todo termo pressupõe um caráter comunicativo, seja para representar o conhecimento, seja para padronizá-lo, de modo a favorecer uma univocidade. A comunicação indireta se dá por meio de traduções ou interpretações, o que significa dizer que os termos objetos de análise vinculam conceitos somente a partir da escolha de equivalentes, e que tal escolha gera implicações na comunicação.

Princípio da variação: baseado nos fenômenos linguísticos denominados “sinonímia” e “polissemia”, o princípio sugere que determinados vocábulos podem variar semanticamente, o que compõe uma gama extensa de concepções e denominações. Nessa perspectiva, quanto mais complexo é o grau de especialização, mais estáticos são os termos. Outrossim, se o grau de especialização é menor, como no caso de “faculdade”, maior será a variação do termo dentro dessa área, uma vez que são de uso regular na comunicação do dia a dia.

Metodologia: pesquisa terminológica descritiva pontual

O procedimento de análise terminológica desta pesquisa teve como referência o modelo proposto por Aubert (2001) para pesquisa pontual, seguindo um estudo descritivo e sistematizador para garantir a comunicação interlínguas. Segundo o autor, a investigação terminológica descritiva visa à solução de problemas isolados de designação.

Ao apresentar os procedimentos básicos da terminologia, Aubert (2001, p. 37) afirma que a motivação para a investigação terminológica na perspectiva bilíngue pressupõe um problema:

Não se trata, simplesmente, de identificar o “rótulo” diferente para a “mesma coisa”, embora alguns dos produtos da lexicografia e da terminologia comparada (dicionários técnicos, glossários) tendam, em sua concepção e feitura, a estabelecer tal ilusão. Aqui, como na primeira perspectiva, a pedra de toque é o conceito, o significado específico do termo, no âmbito da linguagem de especialidade em pauta e, com base na maior ou menor intersecção entre os respectivos significados observados nas duas línguas ou variantes em confronto, poder-se-á considerar os termos como equivalentes, parcial ou totalmente, ou meros falsos cognatos.

A metodologia investigativa de referência prevê as seguintes etapas (AUBERT, 2001):

- (a) Diálogo com o cliente – no caso da pesquisa bilíngue, trata-se do levantamento da designação na língua-alvo.
- (b) Consulta a dicionário – para constatar a real divergência entre as definições.
- (c) Consulta a especialistas – facultativa. Recomenda-se quando há divergência quanto ao termo na Língua de Partida (LP).
- (d) Consulta a dicionários bilíngues – a partir do termo na LP, consultar-se-ão os dicionários bilíngues, complementando com a consulta aos dicionários monolíngues na Língua de Chegada (LC).
- (e) Utilização de traços conceituais – o estabelecimento de quadros de traços conceituais distintivos colabora para a determinação das possíveis equivalências entre termos, principalmente na questão bilíngue.
- (f) Verificação de ocorrência – possibilidade de se verificar a ocorrência do termo em situação de uso, para comprovação da pertinência da escolha feita pelo pesquisador.
- (g) Criação neológica – proposição neológica, quando as etapas anteriores não indicarem consenso quanto ao termo equivalente na LC.

Sendo assim, a fim de alcançar os objetivos propostos, a aplicação do referido modelo culminou nas correspondentes etapas desta pesquisa:

(a) e (b) – consulta do termo “faculdade” no dicionário padrão de Língua Portuguesa – língua de partida (FERREIRA, 2010);

(c) – não se aplica a este estudo;

(d) – consulta dos termos equivalentes em dicionários bilíngues escolares português-inglês e consulta dos termos equivalentes selecionados – *college*, *faculty* e *school* –, em dicionários monolíngues padrão da língua de chegada, no caso, inglês;

(e) – construção de quadro de traços conceituais distintivos;

(f) – verificação de ocorrência nos *websites* das universidades e construção de quadro de situações de uso;

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

(g) – considerando-se que as etapas anteriores indicam um termo equivalente em inglês, nesta pesquisa, tal etapa traz esclarecimento conclusivo sobre a indicação do termo escolhido.

Destaca-se a importância da consulta aos dicionários monolíngues como uma etapa de análise que permite enfatizar as diferentes noções que as designações de uma mesma palavra recobrem, já que a perspectiva monolíngue “mostra-se ainda mais essencial na terminologia bilíngüe, pois é do confronto entre as respectivas noções que poderá legitimar, ou não, a relação de equivalência entre o termo da língua A e o termo da língua B” (AUBERT, 2001, p. 68).

Etapas (a) e (b): consulta do termo “faculdade” no dicionário padrão de Língua Portuguesa

O dicionário Aurélio apresenta dez acepções para o termo “faculdade”, sendo a acepção de número nove a definição que buscamos para este estudo: “Escola superior (estabelecimento isolado ou unidade dum conjunto universitário)” (FERREIRA, 2010, p. 910).

faculdade [Do lat. *facultate*.] *S. f.* 1. Capacidade, natural ou adquirida, de fazer alguma coisa: *☞ faculdade de envergaz de cantar*. 2. Aptidão inata; disposição, tendência, talento, dom: *☞ Tem especial faculdade para falar línguas*. 3. Direito, privilégio: *☞ O Presidente goza da faculdade de escolher seus auxiliares diretos*. 4. Liberdade de agir; permissão, consentimento, licença: *☞ Dou-lhe o pai, desde cedo, a faculdade de resolver certos problemas na medida de sua capacidade*. 5. Propriedade, virtude: *☞ Os antibióticos têm a faculdade de combater as doenças inflamatórias*. 6. Qualquer setor do conhecimento humano: *☞ Nas universidades medievais o ensino compreendia quatro faculdades: teologia, artes, medicina e leis*. 7. O conjunto das disciplinas professadas em cada área do ensino de nível superior. 8. *P. ext.* O corpo docente que as professa: *☞ Toda a faculdade se pronuncia contra as medidas tomadas pelo reitor*. 9. Escola superior (estabelecimento isolado ou unidade dum conjunto universitário): *☞ A fundação do Faculdade de Direito de São Paulo marca o início do ensino superior no Brasil*. 10. Os alunos de uma dessas escolas. – *V. facultadex*. ♦ Faculdade da linguagem. *F. Ling.* Faculdade mental inata que torna possível a aquisição (4) e o uso de uma ou mais línguas. Faculdade mental. *Psicol., Psol.* Cada uma das funções da mente (a vontade, a memória, etc.).

Figura 1. Definição de “faculdade” em Aurélio.

Fonte: Ferreira (2010)

Observa-se que há outras acepções que trazem definições relacionadas ao ambiente universitário, porém, limitamos este estudo à busca por equivalentes próximos à nona acepção, ou seja: “Escola superior (estabelecimento isolado ou unidade dum conjunto universitário)”.

Etapa (d): consulta dos termos equivalentes em dicionários bilíngues escolares português-inglês

Para a consulta dos termos equivalentes em inglês para “faculdade”, escolhemos quatro dicionários bilíngues escolares, por entendermos que os dicionários escolares, por natureza, possuem o comprometimento de bem esclarecer termos relacionados à educação. Os dicionários consultados foram: Michaelis Escolar, Collins Escolar, Oxford Escolar e Longman Escolar, em suas versões impressas, visto que não há dicionários escolares português-inglês na versão *on-line*.

O dicionário Michaelis Escolar apresenta *college* e *school* como equivalentes para “faculdade” quando o significado é estabelecimento de educação superior:

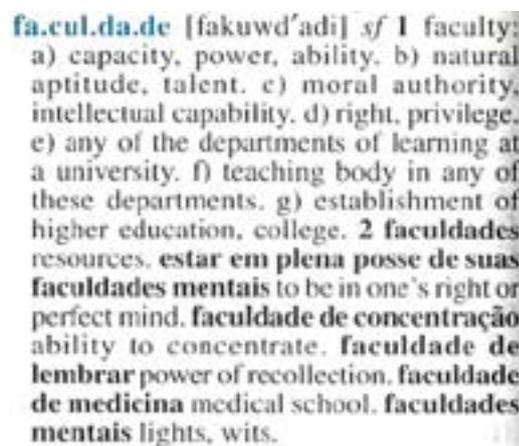


Figura 2. Definição de “faculdade” em Michaelis Escolar

Fonte: *Dicionário Michaelis Escolar* (2010)

O dicionário Collins Escolar apresenta o equivalente *faculty*, sem outros esclarecimentos:



Figura 3. Definição de “faculdade” em Collins Escolar

Fonte: *Dicionário Collins Escolar* (2013)

Já os dicionários Oxford Escolar e Longman Escolar apresentam os equivalentes *college* no sentido de universidade, e *faculty* ou *school* como parte interna de uma IES. Ambos esclarecem que *school* se emprega a apenas alguns cursos, como *Law School* e *Medical School*.

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

faculdade *s/f* **1** (*capacidade*) *faculty* [*pl* *faculties*]: *em pleno poder das suas -s mentais* in full possession of his mental faculties **2** (*Educ*) (**a**) (*universidade*) *college*: *um colega da* – a college friend (**b**) **Faculdade** *Faculty* [*pl* *Faculties*]: *Faculdade de Letras Arts Faculty* **3** Para algumas disciplinas, diz-se também *school*: *Faculdade de Administração/ Direito business/law school*.

Figura 4. Definição de “faculdade” em Oxford
Fonte: Dicionário Oxford Escolar (2007)

faculdade *s* **1** (*universidade*) *college, university* (*pl -ties*): *Eu o conheci na faculdade. I met him at college./I met him at university. I fazer faculdade* to go to college (AmE), to go to university (BrE) **2** (*dentro de uma universidade*) *faculty* (*pl -ties*): *a Faculdade de Engenharia the Faculty of Engineering* ▶ Usa-se *school* em relação a algumas áreas: *a Faculdade de Medicina the School of Medicine/the Medical School | a Faculdade de Arquitetura the School of Architecture* **3** (*capacidade*) *faculty* (*pl -ties*): *faculdades mentais* mental faculties

Figura 5. Definição de “faculdade” em Longman
Fonte: Dicionário Longman Escolar (2009)

Constata-se, portanto, que não há consenso na indicação de equivalente para “faculdade”, e que os dicionários bilíngues escolares consultados, embora apresentem os termos *college*, *faculty* e *school* como equivalentes, não esclarecem de maneira eficaz a diferença de uso entre eles, sobretudo no que se refere às especificidades de cada variante. Nesse contexto, confirma-se a relevância de um estudo que possa esclarecer a escolha de um termo como equivalente. Dessa forma, segue uma análise conceitual por consulta a dicionários monolíngues na LC, inglês.

Etapa (d): consulta dos termos equivalentes *college*, *faculty* e *school* em dicionários padrão da língua inglesa

Para esta etapa da análise, foram consultados quatro dicionários de língua inglesa em busca de acepções e definições para os termos *faculty*, *college* e *school*, nessa ordem respectivamente. Os resultados fomentaram a análise e elaboração do quadro conceitual dos referidos termos. Os dicionários Oxford¹⁴ e Cambridge¹⁵ foram escolhidos por serem os dicionários mais acessados *on-line* e de credibilidade pública e notória. Já os dicionários *Oxford Canadian Dictionary* e *Australian National Dictionary*¹⁶ foram selecionados por serem os únicos encontrados nas respectivas variantes do idioma.

As definições e os exemplos apresentados para cada vocábulo foram adaptados, a fim de se refinar aqueles que interessam a este estudo. Além disso, os dicionários Cambridge e Oxford apresentam definições nas variantes americana e britânica, conforme identificado.

14 Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/>

15 Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/>

16 Disponível em: <http://www.australiannationaldictionary.com.au>

Quadro 2. Etapa (d) - definição do termo *faculty* em dicionários monolíngues

<i>FACULTY</i>
Fonte: <i>Cambridge Dictionary</i> - dictionary.cambridge.org/dictionary/english/faculty
BRITÂNICO 3. <i>a group of departments in a college that specialize in a particular subject or group of subjects: the Psychology Faculty/Law Faculty / UK the Faculty of Science.</i>
AMERICANO 4. <i>the people who teach in a department in a college: He has been a faculty member at the college for 20 years.</i>
Fonte: <i>Oxford Learner's Dictionary</i> - oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/faculty?q=faculty
BRITÂNICO 3. <i>a department or group of related departments in a college or university: the Faculty of Law/ the Arts Faculty</i>
AMERICANO 4. <i>all the teachers of a particular university or college: faculty members.</i>
Fonte: <i>Oxford Canadian Dictionary of Current English, 2005</i>
CANADENSE 3. a. a group of university departments concerned with a major division of knowledge. 3. b. the teaching staff of a university or college.
Fonte: <i>Australian National Dictionary</i>
AUSTRALIANO Resultados não encontrados.

Fonte: Elaboração própria

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

A partir das definições apresentadas, podemos apontar duas acepções para *faculty*:

- (1) Departamento ou grupo de departamentos de uma IES, entendido aqui como um local que reúne estruturas acadêmicas de uma mesma área do conhecimento;
- (2) Corpo docente – todos os professores de uma instituição de ensino superior.

Cabe esclarecer que, no contexto das variantes britânica e canadense, a acepção (1) é indicada primeiro, revelando a tendência de uso de *faculty* como departamento ou grupo de departamentos de uma mesma área de conhecimento em uma universidade. Todavia, na variante estadunidense, a acepção (2) é apresentada primeiro, revelando que o termo é, em geral, usado como corpo docente de uma IES.

Outro comentário pertinente e resultante desta investigação é o uso de *university* e *college* como termos referentes às IES, apontando para o fato de que ambos se diferem do termo *faculty*. Conclui-se, assim, que o termo *faculty* não é bom equivalente para o termo “faculdade”, seja para a nomenclatura de um *campus* como um todo, por exemplo, Faculdade de Ciências e Letras, ou para denominar uma das faculdades dentro de um *campus*, como Faculdade de Letras. Isso porque, no contexto internacional, o referido termo pode ser confundido com o sentido de corpo docente, além do fato de que se restringe apenas a uma área do conhecimento, como apontam as definições e exemplos acima.

Quadro 3. Etapa (d) – definição do termo *school* em dicionários monolíngues

SCHOOL
<p>Fonte: <i>Cambridge Dictionary</i> - dictionary.cambridge.org/dictionary/english/school</p>
<p>BRITÂNICO</p> <p>5. <i>a part of a college or university specializing in a particular subject or group of subjects: the School of Oriental and African Studies; she went to medical school in Edinburgh</i></p> <p>6. <i>a place where people can study a particular subject either some of the time or all of the time: a driving/dancing school</i></p>

(continua)

<p>AMERICANO</p> <p>7. <i>a college or university or the time that a student spends there: We first met in graduate school (= while doing a second or third university degree).</i></p>
<p>Fonte: <i>Oxford Learner's Dictionary</i> - oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/school_1?q=school</p>
<p>BRITÂNICO</p> <p>5. <i>a place where people go to learn a particular subject or skill: a drama/language/riding school.</i></p> <p>7. <i>a department of a college or university that teaches a particular subject: the business/medical/law school</i></p>
<p>AMERICANO</p> <p>6. <i>a college or university; the time that you spend there: famous schools like Yale and Harvard.</i></p> <p>7. <i>a department of a college or university that teaches a particular subject.</i></p>
<p>Fonte: <i>Oxford Canadian Dictionary of Current English, 2005</i></p>
<p>CANADENSE</p> <p>1. <i>an institution for educating children or adults.</i></p> <p>2. <i>any institution at which instruction is given in a particular discipline.</i></p> <p>3. <i>a department of a university.</i></p>
<p>Fonte: <i>Australian National Dictionary</i> - australiannationaldictionary.com.au/oupnewindex1.php</p>
<p>AUSTRALIANO</p> <p>1. <i>School of Arts, an institution founded in many centres during the nineteenth century which provided a library and arranged lectures, etc., for the local public.</i></p>

Fonte: Elaboração própria

Com relação ao ambiente universitário, conclui-se que o termo *school* diverge para três termos equivalentes com os seguintes traços conceituais:

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

- (1) Faculdade – departamento de uma IES, entendido aqui como um local que reúne estruturas acadêmicas de uma mesma área do conhecimento;
- (2) Universidade – instituição de ensino superior (variante americana);
- (3) Escola – sentido *lato sensu*, local onde acontece aprendizagem de conteúdo curricular ou extracurricular específico (escola de natação, escola de música).

Nas variantes britânica, americana, canadense e australiana, a acepção (1) está presente, ou seja, *school* é definida como instituição de ensino superior ou parte integrante dela, correspondendo ao termo “faculdade”, em português.

Conclui-se, assim, que o termo *school* apresenta-se como um bom equivalente para o termo “faculdade”, seja para a nomenclatura de um *campus* universitário em sua totalidade, por exemplo, Faculdade de Ciências e Letras, ou para denominar uma das faculdades dentro de um *campus*, como Faculdade de Letras. No contexto internacional, o referido termo favorece a compreensão de “faculdade”, em língua portuguesa, uma vez que suas diferentes acepções (1 e 2) carregam entre si uma carga semântica comum, evitando, assim, equívocos na compreensão.

Quadro 4. Etapa (d) – definição do termo *college* em dicionários monolíngues

COLLEGE
Fonte: <i>Cambridge Dictionary</i> - dictionary.cambridge.org/dictionary/english/college
<p>BRITÂNICO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>any place for specialized education after the age of 16 where people study or train to get knowledge and/or skills: a teacher training college, a secretarial college, a Naval college.</i> 2. <i>one of the separate and named parts into which some universities are divided: King’s College, Cambridge, I attended the College of Arts and Sciences at New York University.</i>

(continua)

AMERICANO

1. *a university where you can study for an undergraduate (=first) degree: I met my husband when we were in college.*
1. *a place of higher education usually for people who have finished twelve years of schooling and where they can obtain more advanced knowledge and get a degree to recognize this.*
2. *a college is also one of the separate parts into which some universities are divided: She graduated from the university's College of Business Management.*

Fonte: *Oxford Learner's Dictionary* - oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/college?q=college

BRITÂNICO

1. *a place where students go to study or to receive training after they have left school: a college of further education (= providing education and training for people over 16).*
4. *one of the separate institutions that some British universities, such as Oxford and Cambridge, are divided into: Most students live in college.*

AMERICANO

2. *a university where students can study for a degree after they have left school: She's away a college in California, He's hoping to go to college next year.*
3. *a place where students can study for a degree after they have finished high school.*
5. *one of the main divisions of some large universities: The history department is part of the College of Arts and Sciences.*

Fonte: *Oxford Canadian Dictionary of Current English, 2005*

CANADENSE

1. *an establishment for further or higher education or specialized instruction.*

Fonte: *Australian National Dictionary*

AUSTRALIANO

Resultados não encontrados.

Fonte: Elaboração própria

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

As acepções encontradas nos dicionários permitem-nos relacioná-las com os respectivos equivalentes em língua portuguesa:

- (1) Escola para ensino técnico ou profissionalizante (após o ensino médio);
- (2) Instituições de agremiação de estudantes (Universidades de Oxford e Cambridge);
- (3) Faculdade (parte de uma universidade).

A partir da análise, conclui-se que a acepção (1) é a mais comumente empregada nos Estados Unidos e na Inglaterra., onde, após o ensino médio, os estudantes possuem a opção de buscar uma formação técnica especializada nos *colleges*, ou um diploma de nível superior em universidade. Alguns *colleges* nos Estados Unidos também oferecem diplomas de nível superior.

Faz-se importante salientar como o princípio da variação se manifesta para o termo *college*. Tanto em inglês americano como britânico, *college* se refere a um lugar onde se pode estudar após o ensino médio. Enquanto na Inglaterra esse estudo se destina a alunos que desejam adquirir habilidades em uma área específica do conhecimento, a fim de se prepararem para o mercado de trabalho, nos EUA se configura como uma instituição de ensino superior, guardadas suas especificidades. Esclarecer essa peculiaridade é fundamental, uma vez que o grau de formação, bem como os objetivos entre esses dois sistemas, é completamente diferente. Ainda com relação a *college*, a acepção (2) tem início nas grandes universidades, que eram compostas por “agregações de estudantes que escolhiam viver juntos (con=junto e lego=eu escolho)” (LANDULFO, 2007, p. 1 apud FERNANDEZ, 2011, p. 22). Atualmente, é o lugar onde os alunos vivem e recebem pequenas sessões de ensino e orientação, de sorte a promover o desenvolvimento das capacidades intelectuais, contrapondo-se com as técnicas.

Conclui-se, assim, que o termo *college* não é um bom equivalente para o termo “faculdade”, uma vez que, no contexto internacional, o referido termo diverge em acepções que guardam diferentes significados, podendo referir-se, no contexto educacional, à formação especializada, à agremiação de estudantes ou a faculdades dentro de uma universidade. Essa divergência, portanto, pode levar a comunidade estrangeira a uma compreensão equivocada.

Etapa (e): construção de quadro de traços conceituais distintivos referentes às definições

O quadro a seguir revela a presença (*) ou não (-) do traço conceitual “Escola superior (estabelecimento isolado ou unidade dum conjunto universitário)” nos equivalentes em inglês sugeridos nos dicionários bilíngues e monolíngues consultados na etapa (d).

Quadro 5. Etapa (e) – traços conceituais das variantes e dos equivalentes referentes às definições

	Variantes			
	Britânica	Americana	Canadense	Australiana
<i>Faculty</i>	*	*	*	-
<i>College</i>	*	*	*	-
<i>School</i>	*	*	*	*

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que o traço conceitual que buscamos está presente em todos os equivalentes, mas apenas para o equivalente *school* é comum em todas as variantes. Isso se deve, sobretudo, às limitações do dicionário australiano. Não obstante, face à constatação da existência do traço conceitual que buscamos em todos os equivalentes, realizamos a busca dos termos *college*, *faculty* e *school* nos *sites* de algumas universidades, com o intuito de constatar se e como são usados.

Etapa (f): verificação de ocorrência nos *websites* das universidades

Para esta etapa, consultamos o *ranking* World University Ranking 2018 em busca das universidades que se posicionaram em primeiro e segundo lugar dentre as melhores, considerando-se como filtro de busca a opção *any country / region* para quatro países anglófonos: Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Austrália. O resultado obtido foi:

- **Estados Unidos da América:** *California Technology Institute*¹⁷ e *Stanford University*¹⁸.

17 Disponível em: <https://www.caltech.edu/>

18 Disponível em: <https://www.stanford.edu/>

• | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

- **Inglaterra:** *Oxford University*¹⁹ e *Cambridge University*²⁰.
- **Canadá:** *University of Toronto*²¹ e *University of British Columbia*²².
- **Austrália:** *The University of Melbourne*²³ e *Australian National University*²⁴.

A busca em *sites* de diferentes países anglófonos justifica-se por não tratarmos aqui do inglês como língua de identidade de certa nação, mas do inglês internacional, cuja não-pertença configura-se em parâmetros globais. Como afirma David Crystal (2005, p. 7), “o uso como língua materna em si não pode dar *status* global a uma língua”. Infere-se, portanto, que cada comunidade anglo-saxônica compreende um determinado vocábulo ou termo apoiando-se em sua realidade sociocultural, linguística e ideológica específica, o que multiplica as possibilidades semânticas de tradução.

As comunidades acadêmicas universitárias dos países anglófonos aqui considerados – Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália – atribuem significados que nem sempre são iguais para cada um dos termos em estudo. A diversidade de significados que identificamos decorre da postura administrativo-política de cada país e de cada IES.

O resultado dessa busca será apresentado em quadros que indicam a universidade, excertos retirados de seus respectivos *sites* e a correspondência do uso de cada termo em inglês com as acepções apuradas na etapa anterior. Destacamos, porém, que nossa busca é pela acepção de “Escola superior (estabelecimento isolado ou unidade dum conjunto universitário)”, encontrado no dicionário monolíngue Aurélio.

A pesquisa pela situação de uso utilizou-se da lupa *search*, para cada *site*, levando em consideração a frase que oferece informações suficientes para poder-se designar uma acepção. Além disso, na constatação de, em um mesmo *site*, encontrarem-se duas acepções diferentes para o mesmo termo, optou-se por apresentar ambas.

O termo *college* possui como principais acepções:

- (1) Escola para ensino técnico ou profissionalizante (após o ensino médio);
- (2) Instituições de agremiação de estudantes (Universidades de Oxford e Cambridge);

19 Disponível em: <http://www.ox.ac.uk/>

20 Disponível em: <https://www.cam.ac.uk/>

21 Disponível em: <https://www.utoronto.ca/>

22 Disponível em: <https://www.ubc.ca/>

23 Disponível em: <https://www.unimelb.edu.au/>

24 Disponível em: <https://www.anu.edu.au/>

(3) Faculdade (parte de uma universidade).

Quadro 6. Etapa (f) – verificação de ocorrência de *college* em *sites* de universidades

Universidade	Exemplos	Acepção
CalTech	<i>Teaching STEM at a Community College: A Panel Discussion with Pasadena City College Professors.</i>	(1)
Stanford	<i>The students respond to their enlarged opportunity sets by enrolling in colleges that have stronger academic records, higher graduation rates, and more generous resources.</i>	(1)
Cambridge	<i>Students live, eat and socialise in one of the University's 31 autonomous Colleges. Undergraduates receive College supervisions—small group teaching sessions—regarded as one of the best teaching models in the world.</i>	(2)
Oxford	<i>Colleges provide a safe and supportive environment so you can focus on your studies, enjoy time with friends and make the most of all the opportunities on offer. Everyone lives in college accommodation in their first and usually last year - some people live in for the duration of their courses. Colleges are academic communities, where students usually have their tutorials. Each one has its own dining hall, bar, common room and library, and lots of college groups and societies.</i>	(2)
Toronto	<i>Students graduate with two prestigious and practical credentials that reflect the program's dual focus: an Honours Bachelor of Arts from the University of Toronto and a Diploma in Art and Art History from Sheridan College.</i>	(3)
British Columbia	<i>Vantage College is located within UBC's new Orchard Commons complex, characterized by stunning architecture, magnificent views, popular dining amenities, innovative classrooms and study facilities, as well as the newest residence spaces for students.</i>	(3)
Melbourne	<i>The Victorian College of the Arts, within the Faculty of Fine Arts and Music at the University of Melbourne's Southbank Campus, is situated on the land occupied by 1000 generations of Australia's first people.</i>	(3)
ANU	<i>Our focus, within the College of Business and Economics, is on developing leaders who transform business, society and economies.</i>	(3)

Fonte: Elaboração própria

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

Observa-se que a acepção que buscamos está presente nas universidades canadenses e australianas. Cabe esclarecer que, nas universidades britânicas Cambridge e Oxford, o termo *college* é tradicionalmente usado no sentido (2) Instituições de agremiação de estudantes, e que culturalmente é um local privativo do grupo residente que engloba dependências como biblioteca, refeitório e capela, além de promover a formação de associações e grupos esportivos.

Conclui-se que *college* não é consensualmente usado para o sentido que buscamos.

Para o termo *faculty*, encontramos as principais acepções:

- (1) Departamento ou grupo de departamentos de uma IES, entendido aqui como um local que reúne estruturas acadêmicas de uma mesma área do conhecimento;
- (2) Corpo docente – todos os professores de uma instituição de ensino superior.

Quadro 7. Etapa (f) – verificação de ocorrência de *faculty* em *sites* de universidades

Universidade	Exemplos	Acepção
<i>CalTech</i>	<i>New faculty member Andrew Stuart uses mathematics to study basic questions about how to interface sophisticated mathematical models with data.</i>	(2)
<i>Stanford</i>	<i>Stanford Biosciences faculty are world-renowned for tackling some of the world’s most challenging and important problems with creative, high-stakes research.</i>	(2)
<i>Cambridge</i>	<i>The University of Cambridge consists of over 100 departments, faculties, schools and institutes plus a central administration.</i>	(1)
<i>Oxford</i>	<i>Within Oxford University there are four Academic Divisions. Within these are Faculties which are the subject-based groups organizing and carrying out teaching. Within the Faculties are Departments that are specific subject units within the Faculties.</i>	(1)

(continua)

Toronto	<p><i>The breadth and depth of the Faculty of Medicine's activities are represented in its departments, centres and institutes.</i></p> <p><i>Our faculty and staff are an integral part of our impact and global reputation. Working together, we are driving innovation in interdisciplinary research, education and patient care. Explore this page for human resources information, policies, guidelines and more.</i></p>	(1) (2)
British Columbia	<p>FACULTY & STAFF.</p> <p><i>The links on this page list only faculties, schools, and departments. For individual programs, labs, etc., please consult the related faculty/school/department web site, or search the UBC.ca domain.</i></p>	(2) (1)
Melbourne	<p><i>Faculties and Graduate Schools.</i></p>	(1)
ANU	<p><i>The Women's Studies Program at McGill University's Institute for Gender, Sexuality, and Feminist Studies (IGSF) invites applications for a Faculty Lecturer position.</i></p>	(2)

Fonte: Elaboração própria

Nos exemplos retirados dos *sites* das universidades, o termo *faculty* com o sentido de “Escola superior (estabelecimento isolado ou unidade dum conjunto universitário)” está presente em cinco dos oito *sites* consultados. Os exemplos apresentados permitem concluir que o uso mais recorrente do termo *faculty* é no sentido (1), que corresponde ao que buscamos. No entanto, o uso do referido termo como corpo docente é expressivo, fato que o desconsidera como um bom equivalente, uma vez que pode levar o consulente estrangeiro a erro de compreensão.

O termo *school* possui como principais acepções:

- (1) Faculdade – departamento de uma IES, entendendo departamento um local que reúne professores de uma mesma área do conhecimento;
- (2) Universidade – instituição de ensino superior (variante americana);
- (3) Escola – sentido *lato sensu*, local onde acontece aprendizagem de conteúdo curricular ou extracurricular específico (escola de natação, escola de música).

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

Quadro 8. Etapa (f) – verificação de ocorrência de *school* em *sites* de universidades

Universidade	Exemplos	Acepção
<i>CalTech</i>	<i>Final arrangements have been made for merging the activities of the California Graduate School of Design with those of the California Institute of Technology.</i>	(1)
<i>Stanford</i>	<i>The largest of Stanford’s seven schools, the School of Humanities and Sciences is the center of the University’s liberal arts education</i>	(1)
<i>Cambridge</i>	<i>There are six Schools, each of which constitutes an administrative grouping of Faculties and other institutions. They are: Arts and Humanities, Biological Sciences, Clinical Medicine, Humanities and Social Sciences, Physical Sciences, and Technology. There is a Council of each School – including representatives of its Faculties and Departments.</i>	(1)
<i>Oxford</i>	<i>The School is comprised of the Institute of Archaeology (located on Beaumont Street) and the Research Laboratory for Archaeology & the History of Art.</i>	(1)
<i>Toronto</i>	<i>The specific mission of the School and Clinical Child Psychology (SCCP) program is to provide students with theoretical, research, and professional training in preparation for leadership in psychological practice with children, adolescents and families in school, mental health, private practice, and research settings.</i>	(1)
<i>British Columbia</i>	<i>List of UBC Faculties and Schools.</i>	(1)
<i>Melbourne</i>	<i>The School of BioSciences provides a dynamic study environment across a diverse range of fields. Our teaching and learning environments are well equipped, and the School has an extensive fieldwork program which is supported by our renowned researchers.</i>	(1)
<i>ANU</i>	<i>The Research School of Physics and Engineering represents Australia’s largest university based research and teaching activity in the physics discipline.</i>	(1)

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que, em algumas instituições, menciona-se a existência de *Faculties and Schools*, corroborando com a explicação dos dicionários – etapa (d) – que indica que um ou outro termo é mais usado para uma ou outra especialidade, ex: *Medical School* e não *Medical Faculty/Faculty of Medicine*. Todavia, os exemplos apresentados revelam que, em todos os *sites* consultados, o uso de *school* está presente, com o sentido de “Escola superior (estabelecimento isolado ou unidade dum conjunto universitário)” ou seja, como equivalente para “faculdade”.

Conclui-se, assim, o uso consensual de *school* para designar “faculdade”, sendo o equivalente que melhor atende à busca, como comprova o quadro a seguir, que resume os usos dos termos em estudo com o sentido que buscamos de “Escola superior (estabelecimento isolado ou unidade dum conjunto universitário)” nos *sites* das universidades:

Quadro 9. Etapa (g) – conclusão dos traços conceituais das situações de uso em *sites* de universidades

	College	Faculty	School
CalTech	-	-	*
Stanford	-	-	*
Cambridge	-	*	*
Oxford	-	*	*
Toronto	*	*	*
British Columbia	*	*	*
Melbourne	*	*	*
ANU	*	-	*

Fonte: Elaboração própria

O quadro 9 evidencia o resultado dessa etapa da pesquisa, o qual corrobora o resultado da etapa (d), ou seja, indica *school* como um bom equivalente, e, considerando-se os demais termos avaliados nesta pesquisa, o melhor equivalente para o termo “faculdade”, uma vez que em todas as consultas apareceu com o sentido de escola superior.

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

Discussão dos resultados

As etapas de investigação realizadas permitiram chegar a um estudo conclusivo que, acreditamos, poderá servir como referência na escolha de um equivalente em inglês para o termo “faculdade”. Acredita-se ser esta pesquisa de suma importância, uma vez que o diálogo e o intercâmbio entre as instituições acadêmicas de todo o mundo intensificam e promovem a internacionalização entre ensino, pesquisa e extensão, o que exige um cuidado rigoroso quanto à linguagem. O caráter cultural, peculiar e ideológico de cada nação ou comunidade falante de uma determinada língua caracteriza uma forma singular de se adotar um determinado termo equivalente em língua inglesa que melhor represente a sua realidade. Afinal, nas palavras de Benjamim L. Whorf, “cada língua ‘recorta a realidade’ de um modo particular” (PETERFALVI, 1970, p. 98 apud LOPES, 1993, p. 21). Visto que diferentes culturas agem e representam o mundo de diferentes formas, cria-se, portanto, na tentativa de buscar correspondentes semânticos que deem conta dessas divergências linguísticas, administrativas e sociais, um problema à égide da equivalência.

Conforme revela este estudo, é delicada a padronização de um único termo equivalente na direção português-inglês para o termo “faculdade”, visto que se trata de uma relação divergente de termos na LC. Tal situação torna-se ainda mais delicada já que os termos resultantes da relação de divergência não estão padronizados quanto à carga semântica que transmitem, resultando em acepções não ou pouco consensuais dos termos estudados. Considerando-se que a escolha do equivalente tradutório requer cautela, conhecimento e reflexão acerca do contexto social e da precisão da comunicação desejada, esta pesquisa revelou como ponto norteador a divergência semântica dos termos em inglês. Tanto o termo *faculty* quanto o termo *college* divergem para acepções que guardam pouca ou nenhuma relação de sinonímia entre si. No caso, *faculty* pode designar “faculdade” ou “corpo docente” e *college* pode designar “faculdade” ou “grêmio estudantil”; o que pode levar à falha na compreensão, haja vista o contexto internacional.

Para Aubert (1992, p. 82), “o esforço de padronização terminológica que não levar esse dado sociolinguístico em devida consideração – e, ao menos no caso brasileiro, essa parece ser a situação – correrá o risco de cair no vazio, de tornar-se letra morta”.

O resultado das análises remete-nos às considerações sobre a vulnerabilidade terminológica bilíngue e a correspondente questão da inequivalência²⁵. Essa

25 A noção de inequivalência, discutida por Radabán (1991), refere-se à intraduzibilidade de um determinado vocábulo. A autora pontua que, assim como não existem equivalentes absolutos, também é certo que inequivalentes absolutos não ocorrem.

vulnerabilidade se estende a um problema de equivalência semântica não apenas entre países de línguas distintas, mas também entre as diversas comunidades ou nações que compartilham de uma mesma língua, mas não da mesma realidade. Refere-se, aqui, às comunidades anglo-saxônicas, que, embora tenham a língua inglesa como língua oficial, essa língua representa cada realidade de cada país/comunidade de forma singular, uma vez que “nenhuma língua pode expressar, com inteira justeza, senão a sua própria cultura, e que ela falha, lamentavelmente, quando pretende traduzir a língua (e a cultura nela implícita) de uma outra sociedade” (LOPES, 1993, p. 24).

Concluimos esta discussão certos da necessidade e da importância de um estudo investigativo mais amplo, que possa contemplar mais universidades na identificação do efetivo uso dos termos em análise. Por ora, este trabalho permite afirmar que o termo “faculdade” possui equivalentes nos termos *college*, *school* e *faculty*, sendo esses amplamente utilizados no meio acadêmico universitário com o mesmo sentido, porém, recomendamos como equivalente mais adequado o termo *school*. Ciente das várias acepções de cada um desses termos no ambiente universitário, sugere-se que, ao assumir um ou outro termo como equivalente, haja o esclarecimento por meio de janela *pop-up*, glossário ou nota explicativa ao consulente leitor sobre a acepção assumida ao termo naquele contexto.

Parece-nos pouco eficiente adotar nomenclaturas ou termos em língua inglesa internamente padronizados, sem que sejam consideradas possíveis incompreensões advindas do público externo em geral, haja vista que tal público não compartilha do mesmo uso da língua, nem tampouco da mesma realidade, podendo haver nativos e não nativos da língua inglesa em diferentes partes do globo. Isso significa dizer que, para fins de internacionalização, sujeitá-los a uma única terminologia, aquela que melhor se adeque exclusivamente à realidade de uma IES, desconsiderando suas variantes, especificidades e predominância de uso, é o mesmo que se fazer enxergar sem ser visto. Com isso, não se quer dizer que se deva adotar a terminologia do outro em detrimento da uma própria estrutura institucional – haja vista que, no caso da internacionalização, o “outro” não é homogêneo –, nem tampouco assumir que um único termo possa designar um único conceito, como sugere a TGT. O que se propõe aqui é, sobretudo, analisar e avaliar usos e predominâncias dos principais termos em diferentes universidades estrangeiras, a fim de se adotar um único termo, com os devidos esclarecimentos e explicações a respeito de suas particularidades e diferenças. A partir deste estudo, acredita-se que é possível contribuir para uma solução em torno da equivalência terminológica do termo “faculdade”.

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

Referências

ALMEIDA, G. M. B. de. A Teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 85-101, 2006.

AUBERT, F. H. **Introdução à metodologia da pesquisa bilíngüe**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

AUBERT, F. H. Problemas e urgências na interrelação terminologia/tradução. **Alfa**, São Paulo, v. 36, p. 81-86, 1992.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

CABRÉ, M. T. La terminologia hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 289-298, set./dez. 1995.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Traducción castellana de Carles Tebé. Barcelona: Editorial Antártida/ Empúries, 1993.

Collins Dicionário Escolar Português – Inglês. 6. ed. São Paulo: Disal, 2013.

CRYSTAL, D. **A revolução da linguagem**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2005.

DESMET. I. A análise do sentido em terminologia: teoria e prática da definição terminológica. **TradTerm**, v. 8, p. 169-188, 2002.

Dicionário Oxford Escolar para estudantes Brasileiros de Inglês. 2. ed. Oxford Press, 2007.

FERNANDEZ. R. A. **Glossário Bilíngüe de Termos Institucionais Universitários para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

HURTADO ALBIR, A. **Traducción y Traductología**. Introducción a la Traductología. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

KNIGHT, J. Internationalization: elements and checkpoints. **Cbie Research**, Ottawa, n. 7, p. 1-14, 1994.

KRIEGER, M. G. Do ensino da terminologia para tradutores: diretrizes básicas. **Jornal UFSC**, Cadernos de Tradução, Florianópolis, p. 189-206, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6862>. Acesso em: 12 jan. 2019.

KRIEGER, M. G. Porque Lexicografia e Terminologia: Relações Textuais? **Anais do CELSUL**, Unisinos, p. 5, 2008. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VIII/lexicografia_e_terminologia.pdf. Acesso em: 22 set. 2018.

LANDULFO, C. **Você conhece as diferenças entre faculdade, instituto e escola?** Disponível em: <http://www4.usp.br/index.php/ciencias/14047>. Acesso em: 25 ago. 2010.

Longman Dicionário escolar Inglês - Português. 2. ed. Pearson Education Limited, 2009.

LOPES, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1993.

Michaelis Dicionário Escolar Inglês – Português. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

OXFORD CANADIAN DICTIONARY OF CURRENT ENGLISH: Oxford University Press, 2005.

RABADÁN, R. **Equivalencia y Traducción**. Léon: Universidad, Secretariado de Publicaciones, 1991.

SALES, R. Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) como aporte teórico para a representação do conhecimento especializado. **Anais do VIII ENANCIB** – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Salvador: UFBA/PPGCI, Ancib, n. 8, p. 28-31, out. 2007.

STUDY IN IK. **The Difference between College and University in UK**. Disponível em: <https://www.studying-in-uk.org/difference-between-college-and-university-in-uk/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

- | Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional

WIT, H. D.; HUNTER, F.; HOWARD, L.; EGRON-POLAK, E. **Internationalisation of Higher Education**. Bruxelas: European Parliament, Directorate-General for Internal Policies, 2015. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOLE_STU\(2015\)540370_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOLE_STU(2015)540370_EN.pdf). Acesso em: 8 nov. 2018.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: ZACARIAS, Regiani Aparecida Santos e OLIVEIRA, Dener Martins de. Internacionalização e linguagem institucional: estudo da equivalência do termo “faculdade” para o inglês internacional. **Revista do GEL**, v. 16, n. 1, p. 83-110, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v16i1.1903>

Submetido em: 21/02/2018 | Aceito em: 15/11/2019.

NOSTALGIA EM EDITORIAIS DA *REVISTA FERROVIA*: UM ESTUDO DISCURSIVO

Nostalgia in Revista Ferrovia editorials: a discursive study

Alana DESTRI¹

Anselmo LIMA²

Resumo: O sentimento de nostalgia é a expressão de saudade por algum aspecto prazeroso do passado ao mesmo tempo em que se deseja retornar àquele momento. Devido ao fato de a nostalgia ser algo inerente ao ser humano, ela permeia os enunciados deste. Logo, se faz relevante compreender esse sentimento do ponto de vista do discurso. Tendo isso em vista, este artigo teve como objeto de estudo o discurso nostálgico analisado a partir de um *corpus* que compreende 87 editoriais da *Revista Ferrovia* publicados entre os anos 1935 e 1982. O estudo fundamenta-se primordialmente na teoria dos gêneros discursivos de Bakhtin. Levando a citada teoria em consideração, o objetivo geral foi observar a forma relativamente estável da manifestação da nostalgia no discurso presente nos editoriais. Como resultado, certo padrão de manifestação foi identificado e descrito, ampliando, assim, a compreensão do fenômeno como algo profundamente discursivo e como traço fundamental do coletivo ferroviário.

Palavras-chave: Gênero do discurso. Editorial. Nostalgia. Ferrovia.

Abstract: The feeling of nostalgia is the expression of longing for some pleasant aspect from the past meanwhile one wishes to return to that moment. Since nostalgia is inherent to the human being, it permeates the men's utterances. Hence it is relevant to understand this feeling by the speech point of view. Considering this, this article had as a study object the nostalgic speech analyzed from a corpus which includes *Revista Ferrovia* editorials published between the years 1935 and 1982. The study is based primarily on Bakhtin's theory of speech genres. Taking the aforementioned theory into consideration, the overall objective was to observe the relatively stable form of nostalgia manifestation in the editorial speech. As a result, a certain pattern of manifestation was identified and described. Thus, the understanding of the phenomenon was broadened as something profoundly discursive and as a fundamental trait of the railway collective.

Keywords: Speech genres. Editorial. Nostalgia. Railway.

¹ Destri. UTFPR. E-mail: alanadestri@outlook.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8075-9652>

² Lima. UTFPR. E-mail: selmolima@hotmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1427-2165>

Introdução³

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a manifestação discursiva da nostalgia. Mais especificamente, tal tema foi analisado a partir de um *corpus* que compreende editoriais da *Revista Ferrovia* publicados entre os anos 1935 e 1982. Ao todo se computam 87 editoriais.

Utilizando primordialmente a teoria bakhtiniana de gêneros do discurso aplicada à análise do *corpus* de editoriais e à temática do sentimento nostálgico, almejou-se aprofundar o conhecimento sobre a forma e o conteúdo das manifestações desse fenômeno psicológico e, com isso, delinear a forma relativamente estável de suas ocorrências. Em outras palavras, a pesquisa visou não só desenvolver o assunto em seu conteúdo histórico e psicológico, mas, principalmente, almejou responder à seguinte pergunta científica: “qual é a forma relativamente estável de manifestação discursiva do sentimento da nostalgia”?

Esse sentimento não se restringe à esfera ferroviária: a nostalgia marca com inegável profusão a relação do ser humano com o social e com o mundo. Por ser algo inerente ao ser humano e, por consequência, algo que permeia seus enunciados, é relevante entendê-la do ponto de vista do discurso.

Visto através do ângulo da ferrovia, a pesquisa tocou em assuntos político-econômicos que repercutem nos dias de hoje. O caráter saudoso dos ferroviários ainda permanece e encontrar chaves discursivas para entender a complexidade desse fenômeno pode ser um bom caminho para o desenvolvimento profissional destes.

O presente artigo encontra-se segmentado em Metodologia, item no qual foi descrita a sequência de ações realizadas para que a atual pesquisa fosse concretizada; Contexto histórico da ferrovia no Brasil; Fundamentação teórica, em que se apresentam as teorias nas quais a pesquisa se embasou; Análises, etapa que registra o desenvolvimento necessário para o alcance da resposta para a pergunta científica; e, por fim, as Considerações finais. Nesse último item, o resultado do processo é exposto e as contribuições do artigo à esfera científica são salientadas.

³ O presente artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso intitulado *Nostalgia em editoriais da Revista Ferrovia: um estudo linguístico-discursivo* (2016).

Metodologia

A aplicação da metodologia deu-se sobre um *corpus* que parece nunca ter recebido tratamento analítico de forma psicológica ou discursiva. Esse *corpus* é formado por 87 editoriais de publicações da *Revista Ferrovia* lançadas entre 1935 e 1982. A citada revista é publicada em São Paulo pelo Órgão Oficial da Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (AEEFSJ) e circula “em todas as Estradas de Ferro do Brasil e principais ferrovias da América Latina e entidades afins” (AEEFSJ, 1979, p. 3). Um quadro listando todos os editoriais pertencentes ao *corpus* encontra-se como Apêndice A.

Partindo disso, o desenvolvimento da pesquisa funcionou em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Na fase de pré-análise, o *corpus* foi ordenado e explorado por meio de diversas leituras. A seguir, como segunda etapa, foi feito o recorte do *corpus* com base no grau de importância dos editoriais para responder à pergunta de pesquisa. Dos 87 editoriais, 23 deles apresentavam manifestação de nostalgia como aqui é entendida. Em outras palavras, a nostalgia alcança aproximadamente 26% dos editoriais. Junto a isso se estipularam regras de organização a fim de compreender como os enunciados selecionados “se organizam e se articulam dinamicamente para constituir uma totalidade significativa” (LIMA, 2014, p. 41).

Dando prosseguimento, para tornar possível um tratamento sólido dos dados, esses foram interpretados à luz do embasamento teórico constituído previamente. Seguindo a proposta bakhtiniana, os enunciados foram analisados em suas “quatro dimensões constitutivas: 1) relação interlocutiva, 2) construção composicional, 3) conteúdo temático e 4) estilo” (LIMA, 2014, p. 41). A partir disso, procurou-se identificar o modo relativamente estável de como o fenômeno da nostalgia se manifesta no *corpus*.

Para compreender profundamente os enunciados presentes nos editoriais da *Revista Ferrovia*, objeto deste estudo, foi necessária uma pesquisa de contexto histórico. Isso porque a situação concreta vinculada à interação verbal é de primordial importância para sua compreensão e explicação (BAKHTIN, 2011). Ou seja, deve-se ter conhecimento do contexto em que o enunciado foi criado tendo em vista que o sentido do enunciado é por ele completamente determinado (LIMA, 2014). Observe-se a seguir um rápido panorama da história e desenvolvimento ferroviário no Brasil.

Contexto histórico da ferrovia no Brasil

O Brasil do período colonial apresentava graves dificuldades de comunicação terrestre entre o litoral e o interior. Dentre as diversas medidas para a melhoria da comunicação estavam as primeiras linhas ferroviárias. Na metade do século XIX, portanto, iniciou-se a era ferroviária brasileira, pouco antes do advento da cafeicultura paulista (MATOS, 1990).

A primeira linha paulista, a linha Santos-São Paulo, chamada “São Paulo *Railway*”, foi implantada em 1866 com financiamento inglês. No ano seguinte ao da sua fundação, a via foi estendida para chegar até a cidade de Jundiaí. Como a expansão das linhas não era do interesse econômico dos ingleses, o restante das conexões foi fomentado por grandes fazendeiros (MATOS, 1990).

A ferrovia foi um grande agente da transformação da paisagem paulistana. Foi de grande auxílio para a colonização, a agricultura e a indústria, facilitando o desenvolvimento econômico de diversas cidades e fundando outras. Sobretudo, os fatos históricos colaboraram para o deslocamento do centro de maior importância econômica e demográfica do norte para o sul do país (MATOS, 1990).

Em decorrência do advento da rodovia, do declínio da produção de café entre outros fatores, a ferrovia passou a ser considerada, em determinados aspectos, antieconômica. Levando em consideração o declínio econômico e de prestígio, justifica tomar o ano de 1940 como o limite final da “era ferroviária” dando espaço para a “era rodoviária” que representou novos desdobramentos de articulação interna (MATOS, 1990).

Identidade ferroviária

Com relação à identidade dos trabalhadores da ferrovia, atribui-se o grande orgulho de ser ferroviário à própria natureza do processo de constituição das ferrovias. O trabalhador ferroviário sentia-se privilegiado em trabalhar no primeiro grande empreendimento da engenharia brasileira, sentia o prestígio do “moderno” que se relaciona diretamente ao “progresso”, palavra à qual atribuíam valor quase místico naqueles tempos (SOUZA, 1983).

Em contrapartida, Souza (1983) assinala que, em situação de declínio, a “identidade ferroviária” não se manteve por completo dessa maneira. Em 1975, o administrador observa, salvo exceções, uma “organização doente, de um pessoal frustrado, desiludido, egoísta, apático, sem ânimo, sem vida [...]” (SOUZA, 1983, p. 187).

Com tantas mudanças na organização e no ritmo ferroviário, uma parcela quase total dos atuais profissionais passou a olhar para o passado com saudades profundas. Esta rememoração permeia e direciona em diversos níveis as relações trabalhador-trabalhador e trabalhador-empresa. Logo, torna-se evidente o fato de o coletivo ferroviário ser nostálgico.

Uma vez tendo sido apresentado o contexto sócio-histórico do *corpus* de pesquisa, torna-se relevante adentrar em aspectos teóricos que norteiam a análise discursiva. Esses aspectos teóricos estão explicitados no capítulo seguinte.

Fundamentação teórica

Para uma satisfatória compreensão do item Análise, é importante um entendimento prévio de dois arcabouços teóricos distintos: 1) a teoria Bakhtiniana dos gêneros do discurso (2011), seguida de uma aproximação ao gênero editorial; e 2) memória e nostalgia discutidas, principalmente, através de escritos de Svetlana Boym (2007) e Ecléa Bosi (2003).

Os gêneros do discurso

A teoria dos gêneros discursivos foi desenvolvida por Mikhail Bakhtin e o Círculo e por ele é apresentada principalmente no capítulo “Os gêneros do discurso”, integrante da obra *Estética da criação verbal* (2011). Segundo Bakhtin, a linguagem vincula-se a todos os campos da atividade humana e seus diversos usos só se fazem através dos gêneros discursivos.

Por definição, gêneros discursivos são formas relativamente estáveis de enunciado e “cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 262). Logo, a abundância desses gêneros é infinita, pois assim também é a abundância de campos de atividade humana. Junto disso, o repertório de gêneros do discurso de determinado campo evolui e se diferencia ao passo que as atividades desse grupo se modificam e se complexificam.

O enunciado é a unidade que compõe os gêneros. É a unidade real da comunicação discursiva, individual e impossível de ser repetido em todas as suas circunstâncias estruturais e sócio-históricas. Constitui-se de uma ligação indissociável entre 1) o conteúdo temático, 2) o estilo da linguagem e 3) a construção composicional. Levando também em consideração a relação interlocutiva, pode-se dizer que a seleção e construção do enunciado é feita para atender às condições específicas e aos propósitos do campo de atividade no qual o enunciado foi gerado.

Com relação aos elementos que compõem os enunciados e, conseqüentemente, os “gêneros do discurso”, 1) o conteúdo temático corresponde ao tema ou sentido construído na constituição do discurso. Depende das condições de produção e das necessidades de enunciação; 2) o estilo da linguagem é percebido através das escolhas linguísticas do autor, sua relação com o destinatário, a expressão de seu relacionamento valorativo com o conteúdo; já 3) a construção composicional vincula-se à adoção de um padrão estabelecido de um gênero discursivo.

Afirma-se que todo enunciado é uma resposta a outros, pois o autor leva em consideração os enunciados precedentes quando o produz. Mas não só isso: o enunciado se liga também aos enunciados *subsequentes* ao antecipar a resposta que será dada por determinado destinatário a seu enunciado. Isso reitera a grande importância do *outro* na comunicação discursiva. A partir disso, todos os elementos que compõem um gênero discursivo são fortemente influenciados pela concepção típica de destinatário que cada gênero abarca.

Vale assim destacar que os enunciados são feitos sob uma vontade discursiva do indivíduo e esta se realiza na escolha de certo gênero do discurso. Sendo o enunciado algo individual, um enunciado também é uma posição ativa de um indivíduo em um dado campo de atividade humana. Nunca é neutro. Conseqüentemente as escolhas dos meios linguísticos e do gênero de discurso são definidas pelas ideias do autor do enunciado sobre o objeto e o sentido (BAKHTIN, 2011).

O subitem a seguir trata especificamente do gênero editorial, gênero em foco neste estudo.

Gênero discursivo editorial de revista

O gênero editorial, principalmente encontrado em jornais e revistas, está profundamente atrelado aos princípios ideológicos defendidos pelo periódico do qual faz parte. Sendo assim, tem como principal função ser porta-voz da opinião da sua empresa ou organização, agindo como conselheiro do leitor sobre variados assuntos. Dada sua notável importância para a revista ou jornal como um todo, geralmente situa-se em lugar de destaque e é escrito por profissionais experientes (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015).

Tratando-se da construção composicional deste gênero, comumente os autores de editoriais focam-se no caráter argumentativo para compor o texto. Para tanto, desenvolve-se uma estrutura dissertativa na qual uma questão é rapidamente apresentada, o desenvolvimento é feito com argumentos e contra-argumentos e, ao final, o ponto de vista do órgão é concluído de forma breve (BÁCCARO; NASCIMENTO, 2007).

Esse tipo textual específico se torna importante ao passo que, de modo geral, seu conteúdo se vincula com a realidade política e sócio-histórica a nível local ou mundial. Sendo assim, para uma análise satisfatória, é relevante ter conhecimento sobre o contexto de produção dos textos a serem analisados e sobre aquilo de que os produtores destes editoriais almejavam convencer o leitor. Nesses termos, a memória e a nostalgia partilhada coletivamente são importantes fatores como pode-se ver a seguir.

Memória e nostalgia

Cada classe ou coletivo vive o tempo de forma distinta. E esse tempo vivido é conotado pela cultura e pelo indivíduo. A formação da identidade se dá através do vínculo com esse tempo vivido e este tempo vivido se dá através do vínculo com o passado. Para tanto, a memória não seleciona os fatos de forma aleatória, mas sim a partir de índices comuns. Quando essas memórias são partilhadas por um grupo de pessoas, fortificam-se pela expressão de um significado coletivo (BOSI, 2003).

A memória, dessa forma, é função decisiva na existência. Ela concede a relação do objeto atual com o antigo e, ao mesmo tempo, interfere no fluxo de suas representações. Através da memória, o passado vem à tona na atualidade e se mistura com as percepções imediatas. Com esse poder sobre as percepções atuais, toma todo o espaço da consciência (BOSI, 2003).

Segundo Ecléa Bosi (2003), tal atividade, aplicada a boas lembranças, renova o sujeito mnemônico tanto psiquicamente quanto somaticamente. A autora ainda afirma que “o passado reconstruído não é refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar” (BOSI, 2003, p. 66). Dessa forma, a memória não tem em si apenas o caráter de restauração do passado, mas, de certa forma, tem um caráter gerador de futuro. E é aí que o relembrar nostálgico mostra-se importante em um coletivo de indivíduos de um determinado ofício. A partir de sua memória coletiva, o conjunto de ferroviários avalia o presente e se este não se mostra agradável, olha para o passado desejoso de que o presente e o futuro devolvam algo precioso que foi perdido (BOSI, 2003).

A palavra “nostalgia” foi cunhada pelo médico suíço Johannes Hofer em uma dissertação médica em 1678 (CUNHA, 2013). Nela, a nostalgia era tratada como uma patologia motivada por distância da terra natal. Com o passar do tempo, nostalgia adquiriu um significado mais amplo, como “sentimento de perda e deslocamento”, um desejo de voltar a experienciar algo que, por diversos motivos, não pode ser experienciado no presente momento (BOYM, 2007).

Boym (2007) faz três importantes considerações sobre nostalgia. A primeira é que nostalgia não nega e rejeita o presente, como pode se pensar em senso comum. Ela não está em oposição ao contemporâneo, mas o acompanha, um refletindo-se no outro.

Como segunda consideração, nostalgia é mais do que sua definição inicial de “anseio de retornar a algum lugar”. Atualmente, nostalgia pode ser vista como o anseio por uma época diferente – a época da infância, a de tempos mais tranquilos. Aquele que tem nostalgia deseja transformar a história em mitologia privada ou coletiva para visitar o passado (BOYM, 2007).

Por fim, a terceira consideração é sobre a nostalgia não ser sempre retrospectiva: há a possibilidade de ser prospectiva também. As fantasias do passado, determinadas pelas necessidades do presente, têm um impacto direto sobre o futuro (BOYM, 2007).

Logo, nostalgia é também uma estratégia de sobrevivência. É um mecanismo de defesa em um tempo de mudanças históricas e na vida. Nela se constrói o sentido, o entendimento sobre a impossibilidade de se retornar à época objeto da nostalgia. Se o indivíduo mantém uma postura não reflexiva, há o perigo de a nostalgia gerar confusão entre o atual momento e o tempo ido, agora imaginário (BOYM, 2007).

No presente trabalho, levando em consideração a fundamentação teórica apresentada, não basta o indivíduo ser saudoso para ser nostálgico. Para o enunciado ser considerado de conteúdo nostálgico, este deve, por excelência, *retomar um passado positivo e demonstrar desejo de retornar* a ele. Essa constatação é de significativa importância para o andamento da análise.

Análises

Tratando-se de gêneros discursivos na perspectiva bakhtiniana, sabe-se que toda forma relativamente estável de enunciado é composta de 1) conteúdo temático, 2) estilo e 3) construção composicional. Além do mais, todo enunciado é situado sócio-historicamente, construído com determinado propósito interlocutivo. Esses três elementos citados e a relação interlocutiva são intrinsecamente conectados, indissociáveis.

No entanto, tendo em vista a clareza e objetividade, a análise foi segmentada. O próximo subitem trata do conteúdo temático nostálgico exposto nos editoriais. O subitem seguinte ocupa-se do estilo da linguagem nos trechos nos quais se apresenta conteúdo nostálgico. Dando sequência, discute-se a construção composicional na qual a temática e o estilo foram enquadrados. Por fim, o último subitem aborda a questão da relação interlocutiva entre locutor e interlocutor, e do propósito enunciativo do uso da nostalgia nos editoriais da *Revista Ferrovia*.

Conteúdo temático

Sob a perspectiva bakhtiniana, a natureza do fenômeno linguístico passa a ser encarada inserida em sua dimensão histórica, a partir de situações específicas de interação, compreensão e significação. Logo a linguagem é entendida como algo que não é produzido e transmitido no vácuo, mas sempre entrelaçado a uma situação histórica e social concreta (BRAIT, 1997).

Como é de se esperar, o tema dos editoriais da *Revista Ferrovia* é invariavelmente relacionado à esfera ferroviária. Isto é de se esperar, pois o tema envolve as condições específicas de produção e propósitos enunciativos do autor do texto. Produzido por ferroviários para – primordialmente – ferroviários, a temática dos editoriais dessa revista bimestral circula entre o futuro promissor da ferrovia e a necessidade de reestruturação interna e incentivo externo para que consigam alcançar esse dito futuro.

Para o seguimento, é importante reiterar uma constatação de significativa importância para o andamento da análise. Tal constatação exposta no subitem anterior “Memória e nostalgia” diz que o enunciado, para ser considerado de conteúdo nostálgico, deve *retomar um passado positivo e demonstrar desejo de retornar* a ele. A segunda edição da revista ferroviária traz um exemplo de editorial de caráter nostálgico. Segue-se um trecho:

[...] vivem saudosos em nossa memória <<os bons tempos>> do monopólio dos transportes ferroviários em nosso país. [...] Naquêles tempos [...] as ferrovias eram procuradas e até imploradas para a obtenção de uma passagem ou vagão para o despacho de mercadorias. [...] <<nos bons tempos>>, [as mercadorias] estavam a cargo dos clientes das ferrovias que as procuravam para <<conseguir>> o seu transporte. Porém os tempos foram mudando [...]. Para a redenção do sistema ferroviário nacional devem seus responsáveis encarar as estradas de ferro como emprêsas industriais cujo único produto a oferecer é o transporte [...]. (NETTO, 1967, p. 5, grafia da época).

O autor do trecho acima insere no editorial uma memória saudosa, a de quando a ferrovia possuía o monopólio do transporte no país. Esse autor, inclusive, utiliza a palavra “saudosos”, tornando explícita a relação que tem com a memória apresentada. Em seguida, atesta que os tempos mudaram e, com isso, as relações econômicas e de procura de frete mudaram também. Observa-se aqui que o primeiro elemento, *retomar um passado positivo*, foi explicitado.

O segundo elemento fundamental, o desejo de retorno, é expresso quando o autor verbaliza “para a redenção do sistema ferroviário nacional devem seus responsáveis [...]”. Ele traz aqui uma sugestão para ser aplicada no presente, visando um futuro melhor para a rede ferroviária. O autor utiliza o vocábulo “redenção”, palavra com acepção de ato ou efeito de remir e remir, por sua vez, está atrelado ao significado de tornar a obter algo (CUNHA, 2013). Ao fazer uso da palavra “redenção”, o autor mostra ter no seu discurso uma consciência histórica de que a ferrovia era algo poderoso e que, no momento, precisa remir o espaço de frete perdido, precisa salvar-se da decadência em que se encontra. O futuro almejado não é um futuro qualquer: é um futuro parecido ou igual ao passado.

Voltando-se para a questão do primeiro elemento, o passado nunca é retomado por si só no discurso nostálgico. Logo após “os tempos foram mudando”, o autor reproduz no texto aquilo que ele observa no presente e que se põe em divergência com o passado de sucesso. Em todos os editoriais nostálgicos, há uma crítica à atual situação da empresa ferroviária. Esse não é um aspecto exclusivo desse editorial apresentado. De forma geral, em um discurso nostálgico, facilmente se nota a existência de uma relação entre passado e presente. Junto a isso, é importante ressaltar que há sempre intrínseca uma visão de futuro.

A motivação para alcançar os objetivos está tão ligada ao vislumbre do futuro quanto à vontade de reavivar o passado. Levando em consideração a teoria apresentada de Bosi (2003), o editorialista nostálgico não apenas ativa a memória coletiva como forma de restauração do passado, mas essa memória tem a função geradora de futuro visto que, através do enunciado, empolga o coletivo no presente em busca de um futuro.

O fato de o ferroviário ter perfil saudoso não é desconhecido por eles próprios. Há consciência disso e, inclusive, tomam esse traço psicológico como algo presente de forma geral entre os indivíduos dessa classe. A princípio, parecem ser dois os grandes objetos de saudosismo nos editoriais da *Revista Ferrovia*. O primeiro está no âmbito da ferrovia e o segundo está no âmbito do ferroviário. Estes dois objetos estão intimamente interligados e são fruto de um mesmo objeto de nostalgia: o sentimento de fazer parte de uma instituição de extremado prestígio. Logo, conclui-se que não se tem nostalgia de estruturas, elementos físicos, pessoas. Mas, sim, tem-se nostalgia do sentimento que essas estruturas e pessoas proporcionavam e que no presente, por algum motivo, são incapazes de proporcionar.

Com relação à evolução da manifestação nostálgica atrelada ao tema, há certo padrão definido. Dependendo dos tópicos abordados no total do editorial, a manifestação se dá de forma mais suave ou mais intensa. O editorialista, assim, faz a sua escolha sobre

rememorar o passado com um aspecto mitológico e heroico ou como um bom modelo a ser seguido. Quando a situação imediata de produção do editorial permite uma visão positiva com relação ao futuro, o editorial nostálgico enfatiza a perspectiva de *voltar*, deixando relativamente sutil a narração da *memória*. Quando a situação sócio-histórica confere insegurança e incerteza sobre o futuro da esfera ferroviária, há o fenômeno contrário: ainda se deseja voltar, no entanto, destaca-se a descrição gloriosa do passado.

Considerando isso, a produção do conteúdo temático do editorial guia em mesmas proporções e, de forma recíproca, os demais elementos indissociáveis do enunciado. Tal fato não é diferente para o estilo verbal, segundo elemento do enunciado a ser analisado neste artigo.

Estilo verbal

Como visto, está presente no processo de elaboração do enunciado a “relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido de seu enunciado” (BAKHTIN, 2011, p. 289). Sendo assim, a relação do sujeito com o conteúdo direciona em diversos graus a escolha dos recursos linguísticos a serem utilizados para compor o enunciado.

Nos editoriais, muito se fala em “espírito ferroviário” e as escolhas lexicais para descrever tal espírito baseiam-se, primordialmente, na imagem quase mítica do ferroviário do passado. Nostálgicos, os editorialistas afirmam que os ferroviários que compartilham desse estado de espírito possuem um “espírito imbatível” (FERREIRA, 1977, p. 5), são uma “‘casta’ sui generis [sic] pela peculiaridade do serviço e pelo grande amor e dedicação que tem ao seu trabalho” (E.G.F.P., 1981, p. 5).

O estilo mantém-se no editorial abaixo. Esse editorial trata de um evento em que um prêmio de “ferroviário do ano” foi dado. É explícita em palavras a saudade que se sente do antigo ferroviário. Também se nota que o editorialista, como voz do coletivo, espera que esse “espírito ferroviário” antigo esteja novamente presente. Um espírito que é suposto que os novos ferroviários lembrem e imitem.

[...] em uma era saudosa, em que o Transporte Ferroviário era o dominante, encontramos homens forjados em aço, com uma dedicação que dificilmente se encontra em outro tipo de profissional. Costuma-se dizer que ferroviário é um estado de espírito, e não profissão, pois o verdadeiro ferroviário coloca na escala das prioridades a ferrovia em primeiro lugar, até mesmo antes da família [...]. Homens afeitos a quaisquer sacrifícios, tecnicamente perfeitos [...]. Novas

[gerações] se sucedem, mas o espírito dos antigos e saudosos ferroviários está-se [sic] amortecendo, com o passar dos anos. Por isso louvamos esta iniciativa de homenagear a classe ferroviária, que as próximas gerações tentarão imitar e saudosamente lembrar. (E.G.F.P., 1980, p. 5).

O trecho acima evidencia que, em editoriais nostálgicos, o passado normalmente é relatado fazendo escolhas lexicais e valorativas positivas (“era saudosa”, “homens forjados a aço”, “verdadeiro ferroviário”); o presente é posto em contraste e, portanto, com palavras de cunho negativo (“o espírito [...] está se amortecendo”), e tudo isto se soma com um léxico expectante sobre um futuro tão bom quanto o passado (“próximas gerações tentarão imitar”).

Nos editoriais nostálgicos, o passado é sempre de alguma forma rememorado e o comportamento discursivo apresentado acima se repete extensivamente nos demais editoriais. Aliadas a um bom aspecto do passado, são comuns expressões como “os bons tempos” (edição 2), “um dos bons sistemas de transporte do mundo” (edição 22), “pioneira” (edição 58), “anos de ouro” (edição 62).

O presente, por ter mudado, regularmente é exposto com desgosto. Discorrem sobre problemas atuais, suas causas e, certas vezes, sobre a injustiça de a ferrovia ter sido “esquecida”. Ao entrar na temática “presente”, o autor frequentemente promove uma mudança de estilo e tom dentro do discurso do editorial.

Aproximando-se do final de cada discurso, é comum observar alguma resolução feita sobre o futuro. Essas observações e previsões oscilam entre o discurso otimista e pessimista. Tanto de forma positiva quanto negativa, o futuro esperado é sempre ligado a algum aspecto passado. É expresso que um futuro como o passado está se aproximando ou que dificilmente será atingido. Para que o discurso imprima esse traço de volta ao passado, muitas palavras com o prefixo *re-* são empregadas. A partícula latina *re-* é constituinte de um grande número de palavras da língua portuguesa. São utilizadas, principalmente, denotando volta, retorno, repetir (CUNHA, 2013).

Palavras com o mencionado prefixo são encontradas em expressões dos editoriais nostálgicos como “restabelecimento daquele potencial” (edição 22), “revalorizar” (edição 41), “ressurgimento da ferrovia” (edição 78). Existem também expressões que não possuem o *re-*, mas que imprimem a ideia de retorno de forma igual: “volta do trem” (edição 22), “novo apogeu” (edição 56), “parta novamente para uma era de progresso” (edição 57), “despertar deste ‘gigante adormecido’” (edição 67), entre outras.

É válido deixar claro que nem sempre os movimentos linguísticos descritos até aqui são claramente explícitos. Há casos de desenvolvimento dessas conotações de forma velada, implícita no texto ou em diálogo com editoriais anteriores.

Construção composicional

No que se refere ao editorial da *Revista Ferrovia* como um todo, a forma de apresentação se altera de diversas maneiras ao passar dos anos de publicação. Ressaltando a característica *relativamente* estável do gênero, aqui também se tem como *relativamente* estáveis as manifestações do sentimento de nostalgia.

Nas manifestações há uma parte fixa e há uma parte móvel na disposição desse fenômeno. Como a nostalgia é também um fenômeno psicológico, ela pode estar presente sem grandes exigências de estrutura em diversos gêneros discursivos. A nostalgia penetra no conteúdo e toma a forma exigida pelo gênero em situação real de comunicação.

Como visto, para o discurso ser considerado nostálgico, este precisa conter dois elementos primordiais: 1) ação de “relembrar o passado” e 2) “almejar um retorno”. Ao permear um discurso, nem sempre ambos os elementos da nostalgia se encontrarão em um trecho isolado, mas sim, em certa quantidade das vezes encontram-se dispersos no texto.

No caso específico dos editoriais da *Revista Ferrovia*, quando os elementos estão dispersos no texto, o primeiro elemento de “relembrar o passado” geralmente se encontra no início do editorial. Com uma breve narração, o editorialista ativa a memória do leitor a fim de prepará-lo para contrastar aquele bom passado com as dificuldades do presente, apresentadas logo a seguir. É meio de aproximar o leitor de sua leitura através do sentimento saudoso partilhado e infundido no discurso.

Ainda sobre a disposição estrutural e composicional dos elementos nostálgicos nos editoriais, quando se observa um trecho em que os elementos da nostalgia estão proximamente coesos, esse trecho normalmente encontra-se no final do editorial. A posição é estratégica para que atue como um último recurso de comoção e persuasão sobre o leitor. A forma como se dá a relação interlocutiva entre locutor e interlocutor do enunciado é o assunto do próximo tópico.

Relação interlocutiva

Retomando o que foi visto na fundamentação teórica, o editorial tem a qualidade de representar toda a empresa da qual o periódico faz parte. Sendo assim, o editorialista é porta-voz das suas visões político-ideológicas e seu discurso visa convencer o leitor dessa visão. No caso da *Revista Ferrovia*, o editorialista representa a AEEFSJ e a grande maioria dos editoriais trata de assuntos de caráter geral sobre a ferrovia brasileira, sobre o coletivo de ferroviários, sobre seus medos e êxitos.

É certo que editoriais são escritos por pessoas importantes daquela comunidade na qual circula a revista ou jornal. Com relação aos editoriais da *Revista Ferrovia*, esse fato não difere. Os editorialistas são todos engenheiros influentes dentro da empresa.

Assim como qualquer outro enunciado escrito, escreve-se tendo em vista um leitor específico. O indivíduo esperado para fazer a leitura dos editoriais de cunho nostálgico da *Revista Ferrovia* é o ferroviário nostálgico, alguém que possua o mesmo *background* histórico e empresarial, que partilhe as mesmas memórias resignificadas. Isso não se restringe a este caso específico, mas é algo universal: um enunciado nostálgico não atinge seu completo potencial emocional e persuasivo se não for direcionado para alguém que partilhe minimamente do mesmo sentimento de nostalgia.

No caso dos editoriais em questão, o posicionamento do autor com relação ao interlocutor será de ferroviário para ferroviário, de engenheiro ferroviário para ferroviário e o de ferroviário para leigo.

Na relação interlocutiva ferroviário-ferroviário, tendo em vista a nostalgia compartilhada pelo coletivo, a posição linguístico-discursiva do enunciadador comumente é próxima ao leitor e se coloca na mesma posição deste. Troca por diversas vezes o discurso do “eu” pelo do “nós”, reafirmando que pertence ao mesmo coletivo do leitor. Junto disso, geralmente incita sentimento de união de classe para que todos juntos alcancem o futuro tão desejado para a ferrovia.

O editorialista, que em todos os casos se encontra na posição de engenheiro, por vezes se coloca em um patamar diferente do leitor. A relação interlocutiva engenheiro-ferroviário visa ao aconselhamento ideológico e profissional do indivíduo atuante na esfera. Utiliza-se do espaço e da profusão do periódico para disseminar ideias e modos de agir que são do interesse da empresa como um todo.

Nas duas formas de relação interlocutiva supracitadas, a nostalgia é inserida como ferramenta de persuasão. Os velhos tempos são retomados como modelos

perfeitos a serem seguidos, são tomados como ideal de sucesso. Essa técnica funciona, pois o endereçamento se dá, como já dito antes, a um indivíduo que partilha do mesmo sentimento nostálgico. Sendo assim, quando se trata de um discurso para as massas leigas ou para órgãos públicos ou privados, a relação interlocutiva estabelece uma nova abordagem com relação à nostalgia.

Na relação interlocutiva ferroviário-leigo, há a preocupação com que a nostalgia expressa por eles não seja compreendida por completo pelos leigos, fazendo com que estes olhem para a ferrovia como algo retrógrado. Quando o editorial é endereçado para esse tipo de leitor, os focos de nostalgia limitam-se a tratar da glória e rendimento da ferrovia do passado. Trazem muitos dados atuais e como eles poderiam melhorar com a colaboração de determinado órgão ou governo. E isto visto que a *Revista Ferrovia* existe para, além de tudo, buscar a atenção dessas instituições para solucionar obstáculos que a classe ferroviária não pode superar sozinha.

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi observar a forma relativamente estável de manifestação discursiva do sentimento da nostalgia nos editoriais da *Revista Ferrovia*. Para alcançar esse objetivo, fez-se necessário um conjunto de procedimentos descrito no capítulo Metodologia. O citado item detalhou as fases de contato com o *corpus*, levantamento de dados e os passos de análise destes.

Em seguida, no item Contexto histórico da ferrovia no Brasil, reuniram-se informações sobre o contexto situacional de criação dos enunciados, algo de crucial importância para que uma análise discursiva pudesse ser satisfatoriamente feita sobre os editoriais.

A análise, em uma perspectiva bakhtiniana, dividiu-se entre 1) Conteúdo temático; 2) Estilo verbal; 3) Construção composicional e 4) Relação interlocutiva. É válido lembrar que todos esses elementos coexistem inseparavelmente, formando o todo de um enunciado, neste caso, o todo da manifestação da nostalgia.

Em 1) Conteúdo temático, pôde ser observado que em um discurso nostálgico há a relação do indivíduo com o passado, o presente e o futuro. Passado e presente em contraste, almejando um futuro similar ou igual ao passado. Ressalta-se aqui que o tema, o sentido construído, é algo intimamente conectado com o contexto sócio-histórico de produção de cada editorial.

Com relação ao item 2) Estilo verbal, existem certos padrões de escolhas linguísticas do editorialista para se referir ao passado, presente e futuro. Passado, sempre de forma positiva; presente, de forma negativa, e futuro, sendo otimista ou não, procurando retomar o passado.

Tratando-se de 3) construção composicional, a forma da manifestação da nostalgia molda-se, por ser fenômeno psicológico, ao gênero discursivo no qual está inserido. No caso do editorial, as aparições estão em sua grande maioria no início ou no final do texto. Quando no início, é usado para ativar mnemonicamente o leitor para que, a seguir, compreenda o presente de forma contrastante. Quando no final, é usado como último artifício de sensibilização e persuasão do leitor.

A relação entre o editorialista nostálgico e o leitor é descrita no item 4) Relação interlocutiva. Nesse último item de análise, foi observado como se dão as relações de ferroviário para ferroviário, de engenheiro para ferroviário e de engenheiro para público leigo/órgão público ou privado. A primeira relação visa aproximar-se do leitor como um auxílio à resolução de problemas e incentivador de um espírito de união de classe. A segunda trata de nortear a atividade do ferroviário e, em especial, a dos mais jovens. A terceira, diferentemente das outras duas, tem cautela ao usar a nostalgia e requisita atenção e apoio financeiro do governo e instituições privadas às ferrovias.

Com este trabalho, a manifestação da nostalgia mostrou ser um traço complexo da comunidade ferroviária. Por ser um recurso utilizado em um presente de dificuldades e, até mesmo, doloroso em um sentido psicológico, a compreensão da função e efeito da nostalgia torna-se importante. Pôde-se concluir que a nostalgia não é apenas um mero fenômeno psicológico que se manifesta no discurso como recurso para compor os enunciados editoriais, mas é uma ferramenta. Aqui ela auxilia de forma profunda na composição do sentimento de pertencimento de classe, reforça a memória coletiva, bem como é utilizada na manutenção do grupo para que este se mantenha ativo na busca de um futuro melhor para a ferrovia.

A revista como um todo passou a ser regular a partir da crise da ferrovia. A revista e, em especial, o editorial como porta-voz do coletivo, foram um instrumento construído para buscar vencer aquilo que não podiam resolver por eles mesmos. Fazendo uso da nostalgia como instrumento ideológico, os ferroviários poderiam tentar unir uma classe em busca de um mesmo objetivo, poderiam clarificar a situação da ferrovia e, principalmente, talvez voltar a ter a visibilidade que almejam.

Referências

AEEFSJ – Órgão oficial da Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Expediente. [Editorial]. **Revista Ferrovia**, ed. especial, p. 3, 1979.

BÁCCARO, L.; NASCIMENTO, E. L. O gênero editorial na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo: o contexto de produção. V Encontro Científico do curso de Letras – o desafio das letras, 5, 2007, Rolândia – PR. **Anais do V Encontro Científico do curso de Letras**. Rolândia – PR: FACCAR, 2007 [não paginado].

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOYM, S. Nostalgia and its Discontents. **The Hedgehog Review**, Charlottesville – EUA, n. IX, p. 7-18, 2. tri. 2007. Disponível em: http://www.uib.no/sites/w3.uib.no/files/attachments/boym_nostalgia_and_its_discontents.pdf. Acesso em: 1 jun. 2016.

BRAIT, E. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. *In*: BRAIT, E. *et al.* **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 87-98.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.

E. G. F. P. Um dia muito especial. [Editorial]. **Revista Ferrovia**, n. 71, p. 5, mar. 1980.

E. G. F. P. FERROVIÁRIO: um estado de espírito. [Editorial]. **Revista Ferrovia**, n. 76, p. 5, jan. 1981.

FERREIRA, J. Fim de ano. [Editorial]. **Revista Ferrovia**, n. 57, p. 5, dez. 1977.

LIMA, A. P. de. Procedimentos teórico-metodológicos de estudo de gêneros do discurso: atividade e oralidade em foco. *In*: BRAIT, B.; MAGALHÃES, A. S. (org.). **Dialogismo: teoria e(m) prática**. São Paulo: Terracota Editora, 2014. p. 37-53.

- | Nostalgia em editoriais da *Revista Ferrovia*: um estudo discursivo

MATOS, O. N. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas: Pontes, 1990.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2015v12n1p121>. Acesso em: 1 jun. 2016.

NETTO, J. S. Uma das causas do déficit [sic] nas ferrovias. [Editorial]. **Revista Ferrovia**, n. 2, p. 5, ago. 1967.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016.

SOUZA, R. M. Recursos humanos – 4. Um caso grave de patologia organizacional. In: SOUZA, R. M. **Administração integrada**. São Paulo: Duas Cidades, 1983. p. 181-188.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: DESTRI, Alana; LIMA, Anselmo. Nostalgia em editoriais da *Revista Ferrovia*: um estudo discursivo. **Revista do GEL**, v. 16, n. 1, p. 111-131, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v16i1.2082>

Submetido em: 05/12/2017 | Aceito em: 27/08/2019.

Apêndice A – Lista do *corpus* de editoriais da *Revista Ferrovia*

Número	Mês	Ano	Título	Autor
1	12	1935	Sem título	Anônimo
2	08	1967	Uma das causas do deficit ⁴ nas ferrovias	NETTO, J. S. ⁵
3	07	1968	Legislação obsoleta prejudica o sistema ferroviário	NETTO, J. S.
4	11	1968	Ferrovia: problema nacional	NETTO, J. S.
5	01/02	1969	Bravos, E.F.S.J.!	NETTO, J. S.
6	05/06	1969	A “Sofrerail” na Rêde	NETTO, J. S.
7	07/08	1969	O “container”	NETTO, J. S.
8	09/10	1969	Asociación Latinoamericana de Ferrocarriles (ALAF)	NETTO, J. S.
9	11/12	1969	Enfim, as regionais	NETTO, J. S.
10	01/02	1970	A ferrovia deve ser divulgada	NETTO, J. S.
11	03/04	1970	A ferrovia no país do automóvel	NETTO, J. S.
12	05/06	1970	Companhia Paulista de Estradas de Ferro, pioneira a 150 km/h	NETTO, J. S.
13	07/08	1970	“A propaganda é a alma do negócio”	NETTO, J. S.
14	09/10	1970	Um problema de logística	NETTO, J. S.
15	11/12	1970	RFF/AS: rumo ajustado	NETTO, J. S.
16	01/02	1971	Publicidade negativa	NETTO, J. S.
17	03/04	1971	Para um bom barco, melhor comandante	NETTO, J. S.
18	05/06	1971	A grande obra	NETTO, J. S.
19	08/09	1971	Vamos diversificar?	NETTO, J. S.
20	09/10	1971	“Tráfico de cérebros”	NETTO, J. S.
21	11/12	1971	Mil novecentos e setenta e um	NETTO, J. S.
22	01/02	1972	O trem... outra vez	NETTO, J. S.
23	03/04	1972	Ferrovia & criatividade	NETTO, J. S.
24	05/06	1972	Auto-suficiência prejudicial	NETTO, J. S.
25	07/08	1972	Boas vindas, Sr. Presidente	NETTO, J. S.

(continua)

4 A grafia original de todos os títulos dos editoriais foi respeitada.

5 O sombreado cinza presente em certas linhas da lista indica que o editorial em questão foi classificado como nostálgico.

• | Nostalgia em editoriais da *Revista Ferrovia*: um estudo discursivo

26	09/10	1972	É imprescindível o lucro?	NETTO, J. S.
27	11/12	1972	Recuperação em perspectiva	NETTO, J. S.
28	01/02	1973	Santos-Jundiaí, Transporte & adestramento de pessoal	Anônimo
29	03/04	1973	Metropolitano Paulistano	NETTO, J. S.
30	05/06	1973	Cuidado com o estol	NETTO, J. S.
31	07/08	1973	“Integração para passageiros”	NETTO, J. S.
32	09/10	1973	A encruzilhada	NETTO, J. S.
33	11/12	1973	Efetiva implantação do sistema regional	NETTO, J. S.
34	01/02	1974	A barreira desafiante	NETTO, J. S.
35	03/04	1974	Metrô x rede	NETTO, J. S.
36	05/06	1974	Metrô x ferrovia: capítulo II	NETTO, J. S.
37	07/08	1974	O verdadeiro gargalo	NETTO, J. S.
38	09/10	1974	Integrar para resolver	NETTO, J. S.
39	11/12	1974	Programa de desenvolvimento ferroviário	NETTO, J. S.
40	01/02	1975	Nossa “ferrovia” também melhora	NETTO, J. S.
41	03/04	1975	Investimento também abrange o pessoal	NETTO, J. S.
42	05/06	1975	PESSOAL: mais qualidade e menor quantidade	NETTO, J. S.
43	07/08	1975	Colapso!	NETTO, J. S.
44	09/10	1975	A hora é de somar	NETTO, J. S.
45	11/12	1975	“Nossos agradecimentos”	PIRAJÁ, B.
46	01/02	1976	Um objetivo de grande alcance social	PIRAJÁ, B.
47	03/04	1976	Pé no freio...	PIRAJÁ, B.
48	05/06	1976	Que país é este...	PIRAJÁ, B.
49	07/08	1976	Quantidade e qualidade	PIRAJÁ, B.
50	09/10	1976	Decepção e desestímulo	PIRAJÁ, B.
51	11/12	1976	Fim de ano. Novas esperanças	PIRAJÁ, B.
52	01/02	1977	Acelerar	PIRAJÁ, B.
53	03/04	1977	Despedida	PIRAJÁ, B.
54	05/06	1977	Valorização do engenheiro	FERREIRA, J.
55	07/08	1977	Valorização do engenheiro – II	FERREIRA, J.
56	09/10	1977	Vinte anos de rede	FERREIRA, J.

(continua)

57	11/12	1977	Fim de ano	FERREIRA, J.
58	01/02	1978	Pioneirismo	FERREIRA, J.
59	03/04	1978	Criar: função do engenheiro	FERREIRA, J.
60	05/06	1978	Renovação	FERREIRA, J.
61	07/08	1978	“O jogo terminou”	FERREIRA, J.
62	09/10	1978	Hierarquia	FERREIRA, J.
63	11/12	1978	Final	FERREIRA, J.
64	01/02	1979	Parabéns e boas findas	MUNIZ, W.
65	03/04	1979	A grande chance	MUNIZ, W.
66	05/06	1979	Em busca de uma nova imagem	MUNIZ, W.
67	07/08	1979	Por que?	Anônimo
68	09/10	1979	E por falar em burocracia...	Anônimo
69	11/12	1979	A ferrovia dos meus sonhos	E.G.F.P.
70	01/02	1980	Anos 80 – a década ferroviária	E.G.F.P.
71	03/04	1980	Um dia muito especial	E.G.F.P.
72	05/06	1980	A integração de transportes e o “espírito latino”	E.G.F.P.
73	07/08	1980	Volta à ferrovia	E.G.F.P.
74	09/10	1980	Era uma vez...	E.G.F.P.
75	11/12	1980	Eureka: estão redescobrimo a ferrovia	E.G.F.P.
76	01/02	1981	FERROVIÁRIO: um estado de espírito	E.G.F.P.
77	03/04	1981	A volta aos trilhos	E.G.F.P.
78	05/06	1981	Ressurge a ferrovia	EGAB
79	07/08	1981	A.L.A.F.	EGAB
80	09/10	1981	O novo “condottiere” da SR.4	E.G.F.P.
81	11/12	1981	Ideal	EGAB
82	01/02	1982	Propriedades e especialização do transporte ferroviário	EGAB
83	03/04	1982	A crise econômica e os investimentos ferroviários	EGAB
84	05/06	1982	Um sonho se torna realidade: divisão especial de subúrbios de São Paulo	E.G.F.P.
85	07/08	1982	A ferrovia na era da cibernética	E.G.F.P.
86	09/10	1982	“Progresso”	EGAB
87	11/12	1982	Superar com otimismo	EGAB

SEMIÓTICA E IDEOLOGIA

Semiotics and ideology

Jean Cristtus PORTELA¹

Resumo: A relação da semiótica com a noção de “ideologia”, tal como é concebida nas teorias do discurso de origem marxista, inexistente e pareceria inapropriadamente redundante, a depender do ponto de vista adotado. A recusa à ideologia é patente nos objetos de análise e nos problemas de pesquisa da primeira semiótica de A. J. Greimas. Essa primeira semiótica se interessou por objetos de análise literários desconectados, com raras exceções, de sua época e de uma dimensão sócio-política explicitada. Quando, sobretudo a partir dos anos 1980, a semiótica passou a se interessar mais sistematicamente por objetos da comunicação social, o termo “ideologia” já caíra em desuso, vítima de sua polissemia, em certas práticas de análise discursiva, sem nunca ter sido realmente operatório nos estudos semióticos, salvo por sua aceitação como busca de um objeto-valor por parte dos sujeitos narrativos. Neste artigo, esboçamos uma breve história da relação da semiótica com a ideologia, refletindo sobre o modo como a semiótica brasileira precocemente (E. Lopes, J. L. Fiorin e D. P. de Barros) se ocupou dessa questão, antecipando preocupações que a semiótica europeia veio reencontrar em sua prática contemporânea mais recentemente.

Palavras-chave: Semiótica discursiva. Ideologia. História da semiótica. Discursos sociais.

Abstract: In semiotics, the notion of “ideology” as it is conceived in Marxist discourse theories does not exist and would seem inappropriately redundant depending on the adopted point of view. It is evident that the concept of ideology was refused in objects of analysis and research problems by the first wave of semiotic studies performed by A. J. Greimas. With rare exceptions, this first wave was concerned with literary objects of analysis that were disconnected of their time and their explicit socio-political dimensions. In the 1980s, when semiotics had become more systematically interested in objects of analysis related to the mass media, the term “ideology” fell into disuse, victim of its polysemy caused by certain discursive practices of analyses; therefore, it has never been an operative concept in semiotic studies, except for its understanding as a pursuit of an object of value by the narrative subjects. In the present paper, we will outline a brief history of the semiotics and the concept of “ideology”, reflecting about how early Brazilian semiotics (E. Lopes, J. L. Fiorin and D. P. de Barros) dealt with this issue, anticipating concerns which European semiotics rediscovered more recently in its contemporary practice.

Keywords: Semiotics of discourse. Ideology. History of semiotics. Social discourses.

¹ Portela. UNESP. E-mail: jean.portela@unesp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4070-1149>

Para que serve conservar com tanto cuidado o meio se nos desligamos do fim?

É. Durkheim (2016, p. X)

Neste artigo, discutirei algumas ideias que têm me interpelado, quando não perseguido, desde que analiso discursos literários e sociais na perspectiva da semiótica. Essas ideias dizem respeito ao modo como a semiótica discursiva aborda a ideologia e à própria ideologia que a semiótica veicula, explicitamente ou implicitamente, sobre o que é analisar discursos e, sobretudo, por que razão e para quê analisamos discursos, sejam eles literários, políticos ou religiosos.

Essa reflexão deixou de ser meu grilo falante e foi promovida a objeto mais formal de reflexão por um episódio que me aconteceu há alguns anos. Após uma reunião de trabalho com uma orientanda², em que discutimos longamente o modo como as “desnotícias” humorísticas que ela analisava pressupunham diferentes competências de leitura segundo os discursos que mobilizam, ela me dirigiu, enquanto nos despedíamos à porta, uma questão simples, mas intrigante, enquanto a porta se fechava, rangendo lentamente, como se antecipasse o que viria a seguir: “Professor, vou continuar a análise, mas... E a ideologia?”.

“E a ideologia?”. Via-se que era uma pergunta sincera, o que não me impediu de me sentir um pouco perplexo e me provocou um certo riso nervoso.

“E a ideologia?”. Parte de mim pretendeu deserdá-la, dando-lhe uma resposta *nonsense*, como num koan zen, ou, ainda, respondendo-lhe como o Cristo a Felipe, em João 14:9: “Há tanto tempo que estou convosco, e ainda não me conheceis?”. Outra parte recebeu a pergunta sobre a ideologia com reverência, gravidade e gratidão, que devem ficar evidentes nestas reflexões.

Já chamada de burguesa e alienada nos anos 1960, por causa do seu programa então estruturalista, seria o caso agora de chamá-la de “coxinha” ou “isentona”? Estaria a semiótica no “centrão” das teorias do discurso? Ou na bancada parlamentar do “boi” gordo do quadrado semiótico e da “bala” do programa narrativo? A Escola de Paris é uma escola sem partido? E por fim, mais objetivamente: o que uma “semiótica da ideologia” teria a dizer sobre a “ideologia da semiótica”?

² Refiro-me a Karina Rocha Campos, hoje doutoranda no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP de Araraquara, que à época desenvolvia sua dissertação de Mestrado (CAMPOS, 2019).

Semiótica da ideologia?

Na semiótica do discurso, pode-se dizer que a denominação “semiótica da ideologia” inexistente e soaria seja como inapropriadamente redundante seja como contraditória, a depender da sensibilidade do ouvinte. Inapropriada e redundante, pois o objeto da semiótica, o discurso, já pressupõe a ideologia. Contraditória, pois, historicamente, a semiótica dos anos 1960 e 1970 buscou se apartar do problema da ideologia, o que imprimiu uma marca duradoura na semiótica de nossos dias, especialmente como praticada na França, onde falar de ideologia para certos semioticistas ainda é sinal de infidelidade, quando não de senilidade.

Essa recusa à ideologia, para não dizer recalque, está muito presente nos objetos de análise e nos problemas de pesquisa da primeira semiótica de Greimas. Essa primeira semiótica se interessava por objetos de análise etnoliterários e literários e, frequentemente, desconectados de sua época. A preferência de Greimas por Guy de Maupassant, por exemplo, é conhecida (GREIMAS, 1976). Do mesmo modo como outros importantes pesquisadores do grupo greimasiano, como C. Zilberberg (1988a, 1988b), D. Bertrand (1985, 2000) ou J. Fontanille (1987), dedicaram bastante atenção, respectivamente, às obras de Rimbaud, Valéry, Zola e Proust, entre outros. Nos anos 1980, quando a semiótica, na França, passou a se interessar por objetos predominantemente sociais, a partir dos trabalhos de E. Landowski (1989) e J.-M. Floch (1990), seu “partido teórico” já estava tomado.

Esses objetos de análise literários e passadistas, ao lado da adoção de teses fortes do estruturalismo linguístico e antropológico, forjaram um programa de pesquisa que, nos primeiros anos da teoria, conseguiu, aparentemente, ignorar as reflexões sobre *sujeito, ideologia, discurso, história e memória*, que inflamaram a Paris de seus contemporâneos. Essas reflexões foram julgadas – e talvez para alguns ainda sejam – como externas ou transcendentais em relação à linguagem, que, para a semiótica, deve receber um tratamento imanente, voltado para a regularidade dos sistemas ou para a singularidade dos processos.

É desse sonho estruturalista que nasceu o imaginário teórico da primeira semiótica, cuja figuratividade teórica é geométrica e topológica e deu lugar a quadrados, losangos, esquemas, níveis, camadas, limites e limiares. O sentido era um objeto que era preciso cercar, isolar, decompor, hierarquizar, em suma, quantificar e topologizar. Não por acaso, a semiótica se desenvolveu a partir do nível semionarrativo, em que é mais evidente o trabalho de formalização e quantificação.

Curiosamente, a semiótica narrativa da época se dotou de muitos conceitos para pensar a questão da ideologia: *contrato, manipulação, competência, performance, sanção, fé, verificação, fazer persuasivo, fazer interpretativo*, entre outros. Todos esses conceitos eram aplicados no interior das narrativas, nos limites do enunciado, sem grande interface com a enunciação, até porque, à época, a enunciação estava reservada ao nível discursivo e não aparecia como um problema pertinente no nível narrativo.

A semiótica formulou ferramentas que nos possibilitaram penetrar com bastante acuidade na constituição do universo de valores dos actantes das narrativas e conhecer de perto as suas motivações e finalidades. Não por acaso, a semiótica dessa época empregou timidamente o termo “ideologia”, redefinindo-o no quadro do que chamamos “axiologia”.

Para Greimas e Courtés (2008), a *axiologia* é um quadro geral de valores morais, lógicos, estéticos, entre tantos outros; é um conjunto de taxionomias (de classificações) a que se atribui valor. Por exemplo, a *axiologia* das formas físicas do corpo pressupõe um sistema de classificações que valoriza alguns estados e desvaloriza outros: “ter boa forma”, “estar em forma”, “não entrar em forma” ou “estar fora de forma”, etc., são enunciados que exploram possibilidades de classificação dentro de um sistema de valores implícito que dispõe sobre o bom, sobre o justo, sobre o desejável, o viável, o inevitável. Portanto, esses enunciados pressupõem a existência de uma *axiologia*. A *axiologia* é, assim, definida como a teoria ou a descrição dos sistemas de valores, em seu modo de existência *paradigmático*, isto é, os valores são estabilizados ou arrolados em classes, em modelos, como possibilidades de uso.

É aí para a semiótica narrativa que entra a ideologia, que faz a *axiologia* tomar uma forma sintagmática e actancial. Sintagmática, pois implica escolhas e encadeamentos dos valores disponíveis em dada *axiologia*. Actancial, pois essas escolhas e encadeamentos só podem ser executados por um sujeito modalizado pelo querer ou pelo dever fazer.

Esse sujeito que faz ideologia, que age pela ideologia, não é uma mera posição, ele tem espessura de um sujeito (individual ou coletivo) que deseja ser e, conseqüentemente, deseja fazer de modo mais ou menos consciente. Para a semiótica, a ideologia é uma estrutura actancial que realiza a *axiologia*; é, em outros termos, a busca por um objeto de valor, a busca pela conjunção do sujeito com o seu objeto de predileção.

Se no exemplo precedente falamos que existe uma *axiologia* das formas físicas do corpo, agora podemos dizer que essa *axiologia* permite a existência de ideologias da “boa forma”, de “quem se cuida”, como se costuma dizer com certa perversidade na avaliação do que é o “cuidado”, e também ideologias da “má forma”, do “descuidado”, do “largado”, do “abandonado” ou do “relaxado” ou “de boa”.

A axiologia é paradigmática, pois fornece as classes valoradas gerais de avaliação e conduta; a ideologia é sintagmática, pois pressupõe um percurso actancial, de algum modo, eleito, desejado. Por essa razão, Greimas e Courtés (2008, p. 48) dirão que a “ideologia é uma busca permanente de valores”, pois o sujeito ideológico deseja e, em desejando, deseja mais e diferentemente, o que explica o caráter, por vezes, contraditório e movente da ideologia.

Essa definição de ideologia, a despeito do seu grau de inventividade e operacionalidade, é completamente inusitada, se pensarmos que foi elaborada no final dos anos 1970, quando as concepções de L. Althusser já tinham, uma década atrás, reformado a natureza negativa, deformadora, da concepção marxista de ideologia e procuravam estabelecer uma teoria que, para além das ideologias particulares de classe, pudesse alcançar a análise da “ideologia em geral”, realizada materialmente em aparelhos e práticas, como “relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 1976, p. 122).

A definição de ideologia em semiótica não dialoga diretamente com a episteme discursiva de seu tempo. Greimas e Courtés são autores de uma generosidade tortuosa. E isso não por má-fé, mas, talvez, por excesso de fé (por ideologia!), por excesso de convicção no próprio projeto e por quererem se destacar de todas as teorias do discurso de potencial viés “social” ou “psicológico”, para usar os seus próprios termos.

A semiótica, na época, como tantas outras teorias, adotou uma “retórica da teoria” (KOERNER, 1989, 2014; BATISTA, 2016) de *silenciamento* que é típica de programas científicos predatórios, que se pretendem revolucionários (MURRAY, 1994, 1988). Por exemplo: o *Dicionário* menciona duas vezes Foucault (verbetes “Episteme” e “Sociosemiótica”, mas literalmente a mesma referência), uma vez M. Bakhtin (verbe “Intertextualidade”) e nenhuma vez M. Pêcheux.

Sem falar em ideologia, uma semiótica da ideologia *manquée* foi se firmando entre os greimasianos que já falavam de “mundo natural”, de “universo socioletal”, de “código cultural”, e que passaram, a partir dos anos 1980, no contexto francês, a falar em “situação”, “interação” e “opinião”, graças à sociosemiótica de E. Landowski (1989).

Ideologia à brasileira

Nessa mesma época, três brasileiros pioneiros buscavam formas de pensar o ideológico e, portanto, o social no âmbito da teoria semiótica: Edward Lopes, em seu livro *Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante*, de 1978, José Luiz Fiorin, com

sua tese de doutorado, *A religião da imanência*, de 1983, e Diana Luz Pessoa de Barros, com sua tese de livre-docência, *A festa do discurso*, de 1985. Para eles, resguardadas as particularidades das suas propostas, é ponto pacífico que o discurso é sempre ideológico.

Em grande medida dialogando com a AD francesa e com Bakhtin, Lopes (1978), Fiorin (1983) e Barros (1985) procuraram tratar a enunciação como a instância ideológica por excelência, o que revela a singularidade da semiótica brasileira em relação à francesa: enquanto os brasileiros tinham uma visão plural do fenômeno discursivo, a produção francesa se restringia cada vez mais, multiplicando patamares e categorias de análise no interior do seu próprio modelo.

Um exemplo da abertura da pesquisa brasileira em relação ao problema da ideologia é a tese de Fiorin que acabamos de mencionar, que propõe, de modo pioneiro na época, como nos lembra Beth Brait (2015, p. 5), a conjugação do semiótico e do ideológico, conferindo ao percurso gerativo do sentido greimasiano uma dimensão ideológica.

Afirma Fiorin (1983, p. 4), então com 36 anos, na “Introdução” da sua tese: “A hipótese deste trabalho é que o investimento ideológico se faz por meio dos mecanismos de enunciação, ao tematizarem-se e figurativizarem-se as estruturas semionarrativas. O discurso seria o locus do investimento ideológico”.

Posição ousada em começo de tese, em uma época em que os greimasianos europeus já tinham alojado a ideologia no âmbito “narrativo” como busca de objeto valor e começavam, sem nenhum entusiasmo pelo social, salvo por Landowski e Floch, a investir na chamada “semiótica das paixões”, que culminaria na “virada fenomenológica da semiótica” e nos estudos sobre a tensividade.

A tese de Fiorin apresenta outra novidade para a época. De um modo, geral, desde Saussure e Hjelmslev, o dogma semiótico sempre foi a primazia da forma e a dificuldade de análise ou não pertinência da substância. Fiorin (1983, p. 171) em sua tese busca definir a ideologia como aquilo que nos escapa e que não se encerra puramente na forma linguística:

A dimensão ideológica é diferente das dimensões do sistema e do processo, porque busca, no uso do discurso, aquelas noções pelas quais se interessa uma teoria da substância. Se ela se confundisse com sintagmas e paradigmas, ter-se-ia reduzido a substância à forma. A dimensão ideológica é uma tentativa de colocar a substância no interior da teoria linguística.

A esta altura, alguns pontos merecem recapitulação: a semiótica começou por ignorar o conceito de ideologia, chegou a redefini-lo no interior da semiótica narrativa, neutralizando sua dimensão social mais “extrovertida”, seguiu na França, até hoje, sem querer saber dos aspectos ideológicos do discurso, mas possui uma derivação, esta no Brasil, que, desde cedo, procurou responder ao problema das relações entre discurso e sociedade, levando em consideração explícita ou implicitamente o problema da ideologia.

A semiótica da ideologia está esboçada, mesmo brevemente e com todas as suas contradições. Como ficaria, à guisa de conclusão, a ideologia da semiótica?

A ideologia da semiótica

A ideia de que a semiótica, com todo o poder heurístico da sua metalinguagem, não aborde o problema da ideologia está longe de ser exata. A semiótica não só dá conta do problema da ideologia, postulando-o à sua maneira, mas como o tornou obsoleto, na esteira do que aconteceu em algumas teorias do discurso, que, embora mencionem o conceito vez ou outra, acabaram por promovê-lo à peça de museu epistemológico, por ser muito geral, muito indistinto, muito polissêmico, muito enrijecido e totalizante ou pouco produtivo do ponto de vista metodológico.

Embora negligencie o uso do termo “ideologia” em sua fundação e em sua prática de análise, a semiótica se centra na problemática do valor na sua relação com o sujeito, seja como actante da narrativa seja como ator na enunciação. Nesse sentido, a semiótica se interessaria pela ideologia sem chamá-la pelo nome, uma pouco à moda da referência a Lord Valdemort, no *Harry Potter*, de J. K. Rowling: A ideologia é Aquela-Que-Não-Deve-Ser-Nomeada. Mas por que não deveria ou não poderia ser nomeada, a “ideologia”?

Porque essa nomeação implicaria assumir uma história conceitual bem mais do que centenária, que viu “ideologia” ser tudo, de “ideia científica” a “pré ou anti-científica”, de “verdade de poucos” a “mentira”, de “deformação” a “representação”. E, talvez acima de tudo, porque a noção de ideologia pressupunha, no contexto científico-cultural em que a semiótica foi forjada, indivíduos de carne e osso que a ela respondem, que são interpelados por ela enquanto sujeitos, como dizemos desde Althusser (1976). A semiótica, aparentemente, tem uma conta a acertar com os “indivíduos”, que ela vem compensando pelo estudo do corpo, das práticas e das formas de vida.

Em relação a seus propósitos, como teoria do discurso, a semiótica não poderia prescindir de uma reflexão sobre a ideologia que ela mesma engendra e representa, que, no

início, se aproximou muito, figurativamente, de uma ideologia de cientista, uma ideologia de jaleco, de microscópio, de grau zero, de pureza e objetividade, em busca da construção de análises que não deveriam, dizem, sequer ser chamadas de “interpretações”, mas de “proto-leituras”. Nada mal para quem busca desvendar a “semiose”, essa denominação, para alguns, a meio caminho da ciência de laboratório.

Para que serviria uma semiótica concebida sob o signo da objetividade e da isenção? Para fazer “enciclopédias”, cogitou Umberto Eco (ECO; MAGLI, 1985). Seríamos os Novos Enciclopedistas? Nosso trabalho estaria terminado quando tivéssemos tudo catalogado, descrito e analisado? Felizmente não, pois no semioticista, no analista de discursos, se assoma a sua dimensão humana.

Para além da ideologia científicista, Greimas (1979) nos sugeriu que o saber e, portanto, a semiótica só teria sentido enquanto “busca e generosidade”. Esse mesmo Greimas, bastante coerente, aliás, no final da vida, maravilhado com milagres éticos e estéticos, pedia “mais luz” na consideração do mundo que nos cerca (GREIMAS, 2002).

Da ideologia do cientista, passamos àquela do humanista e talvez à do sensualista libertário (sensualista no sentido filosófico, que fique bem entendido) encantado com a tela do parecer.

Podemos dizer que a semiótica, como todo discurso ou teoria do discurso, tem uma dimensão ideológica, dimensão e fagulha que, na minha hipótese, restaria a reacender e a explicitar.

Não sem hesitação, a semiótica deverá assumir a sua vocação mundana e cidadã. A vocação ideológica da semiótica, como disciplina de crítica, emancipação e intervenção, é inequívoca. Essa vocação é, no fundo, de uma ideologia mudada em utopia. Uma teoria que trocou a noção de verossimilhança pela de eficácia não haverá de se iludir facilmente.

Que o semioticista também não se exceda em sua verve de moralista, a ideologia da semiótica só pode ser concebida como radicalmente emancipatória, pois nos revela as cadeias profundas da destinação e nos esclarece sobre o valor do valor.

Emancipação, nesse sentido, não é só autonomização, mas desconstrução. Desconstrução como contraprograma a todos os mecanismos de exclusão e de estabilização e naturalização dos valores e das identidades.

A análise, como divisão em partes, segundo a concepção hjelmsleviana, é o terreno dessa desconstrução.

Análise, como diz Fiorin, “não é investigação policial” (FIORIN, 2007, p. 49), “nem a indignação nem a revolta contra (as) discriminações substitui a análise”, como defende Landowski (2002).

O semioticista, sob a destinação da semiótica e a coerção da semiótica-objeto, deverá encontrar a boa distância de observação, sabendo que sempre se serve a um senhor, quando não a dois. Na cruzada ideológica do semioticista, a análise será, tenhamos consciência ou não, ribalta, trincheira ou cadafalso.

Referências

ALTHUSSER, L. **Positions**. Paris: Éditions Sociales, 1976.

BARROS, D. L. P. de B. **Festa do discurso: teoria do discurso e análise de redação de vestibulandos**. 1985. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

BATISTA, R. de O. A Historiografia da Linguística e a retórica dos linguistas: a força das palavras e seu valor histórico. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 301-317, ago./dez. 2016.

BERTRAND, D. **Précis de sémiotiques littéraire**. Paris: Éditions Nathan HER, 2000.

BERTRAND, D. **L'espace et le sens Germinal d'Émile Zola**. Paris: Hadès-Benjamins, 1985.

BRAIT, B. Entre o semiótico e o ideológico. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 5-26, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bak/v10n3/2176-4573-bak-10-03-0005.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CAMPOS, K. R. **Prática desnoticiosa e veridicção: um estudo sobre o site *Sensacionalista* e o blog *The Piauí Herald***. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180996>. Acesso em: 18 set. 2019.

DURKHEIM, É. **O individualismo e os intelectuais**. São Paulo: EDUSP, 2016.

ECO, U.; MAGLI, P. Sémantique greimassienne et encyclopédie. *In*: PARRET, H.; RUPRECHT, H.-G. (org.). **Exigences et perspectives de la sémiotique**: recueil d'hommages pour Algirdas Julien Greimas. 2 vols. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 161-177.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, J. L. **A religião da imanência**: uma leitura de discursos presidenciais (1964-1978). v. 1 e v. 2. São Paulo, 1983. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

GREIMAS, A. J. **Da imperfeição**. Tradução Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

GREIMAS, A. J. Préface. *In*: HÉNAULT, A. **Les enjeux de la sémiotique. Introduction à la sémiotique générale**. Paris: PUF, 1979.

GREIMAS, A. J. **Maupassant**. La sémiotique du texte: exercices pratiques. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução Alceu Dias Lima *et al.* São Paulo: Contexto, 2008.

FLOCH, J.-M. **Sémiotique, marketing et communication**: sous les signes les stratégies. Paris: PUF, 1990.

FONTANILLE, J. **Le savoir partagé**. Paris: Hatier-Benjamins, 1987.

KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. Vila Real: Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro; 2014.

KOERNER, E. F. K. **Practicing Linguistic Historiography**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1989.

LANDOWSKI, E. **Présences de l'autre**: essais de socio-sémiotique II. Paris: PUF, 1997.

LANDOWSKI, E. **La société réfléchie**: essais de socio-sémiotique. Paris: Seuil, 1989.

LOPES, E. **Discurso, texto e significação**: uma teoria de interpretante. São Paulo: Cultrix, 1978.

MURRAY, S. O. **American sociolinguistics**: theorist and theory groups. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1998.

MURRAY, S. O. **Theory Groups and the Study of Language in North America**. A social history. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1994.

ZILBERBERG, C. **Raison et poétique du sens**. Paris : PUF, 1988a.

ZILBERBERG, C. Architecture, musique et langage dans « Eupalinos » de P. Valéry.: **Documents de travail**, n. 176-7, p. 11, 1988b.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido com apoio do CNPq, processo n. 312227/2017-5, e da FAPESP, processo. n. 2016/22466-0.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: PORTELLA, Jean Cristtus. Semiótica e ideologia. **Revista do GEL**, v. 16, n. 1, p. 132-142, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v16i1.2778>

Submetido em: 30/08/2019 | Aceito em: 20/11/2019.

DJANGO LIVRE: DO CINEMA PARA OS QUADRINHOS, UMA TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA

Django Unchained: from cinema to comics, an intersemiotic translation

Mariana de Souza COUTINHO¹

Renata Ciampone MANCINI²

Resumo: A forte presença de adaptações no tecido cultural contemporâneo convida o olhar analítico a contemplar com mais atenção as estratégias subjacentes aos processos de adaptação, aqui entendidos como traduções intersemióticas. Este artigo se ocupa da adaptação de *Django Livre* (2012), do diretor Quentin Tarantino, para uma série de sete revistas em quadrinhos. Chama a atenção a direção pouco usual desse processo, que parte do cinema para as histórias em quadrinhos. Nossa análise aplica conceitos da semiótica francesa, especialmente em sua abordagem tensiva, para explorar questões rítmicas ligadas às estratégias de adaptação. Faremos uma análise comparativa das obras a partir de um parâmetro rítmico, que relaciona as transições de quadros (MCCLLOUD, 1995) com a montagem da linguagem cinematográfica.

Palavras-chave: Adaptação. Semiótica. Django livre. Tradução intersemiótica. Quadrinhos. Cinema.

Abstract: The strong presence of adaptations in the contemporary cultural sphere invites an analytical view to contemplate with more attention the strategies underlying the processes of adaptation, here conceived as intersemiotic translation. This article presents an analysis of *Django Unchained* (2012), by director Quentin Tarantino, adapted for a series of seven comic books. It is worth noting the unusual direction of this process, which starts from the cinema to the comics. Our analysis applies concepts of French semiotics, especially in its tensive approach, to explore rhythmic issues linked to adaptation strategies. We propose a comparative analysis of the works relying on a rhythmic parameter that relates the transitions of comic frames to the editing strategies (MCCLLOUD, 1995) in the cinematographic language.

Keywords: Adaptation. Semiotics. Django unchained. Intersemiotic translation. Comics. Cinema.

1 Coutinho. UFF. E-mail: marianacoutinho16@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3486-4571>

2 Mancini. UFF. E-mail: renata_mancini@id.uff.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9813-6157>

Super-heróis dos quadrinhos adquirem três dimensões no cinema. Clássicos personagens literários ganham cores nos traços de uma história em quadrinhos (HQ). Carismáticas figuras da sétima arte transformam-se em avatares nos jogos eletrônicos. As adaptações entre linguagens ocupam lugar de destaque nas práticas contemporâneas, não apenas nos processos de produção artística e de entretenimento, mas também na criação de objetos com fins didáticos. Nesse contexto, um olhar voltado para o que aqui trataremos como traduções intersemióticas ganha relevância e atualidade.

Propomos, neste artigo, a análise de um objeto cujo caminho de tradução intersemiótica é pouco usual: a adaptação do filme *Django Livre* (2012), do diretor Quentin Tarantino, para os quadrinhos produzidos pela *DC Comics*, assinados por Reginald Hudlin, com arte de R. M. Guéra, Denys Cowan, John Floyd e Danijel Zezelj. Nosso principal interesse recai sobre as estratégias de construção de sentido na obra adaptada, tomando por base as estratégias do filme, procurando relacioná-las à lógica mercadológica de lançamento do filme e das HQs.

A primeira história da série foi apresentada alguns dias antes do lançamento do filme. A trajetória do escravo Django é contada em sete volumes de histórias em quadrinhos, lançados entre dezembro de 2012 e meados de 2013. Toda a série é baseada no filme e no roteiro original escrito por Tarantino. Como o próprio roteirista e diretor anuncia na contracapa da revista, na HQ há algumas cenas que foram cortadas do filme, mas que aparecem no roteiro original.

Em uma rápida observação das revistas, algumas questões já chamam nossa atenção. Os quadrinhos são vendidos como uma extensão do filme. Frases de destaque nas capas anunciam: “Baseado no roteiro de Quentin Tarantino” e “Indicado ao Oscar de Melhor Filme e de Melhor Roteiro Original”. O indicado ao prêmio da Academia, claro, foi o filme e não a HQ, mas parece-nos que o enunciador dos quadrinhos quis tratar os dois como um único produto.

O enunciador dos quadrinhos *Django Unchained* parece investir em estratégias enunciativas para aproximá-lo não só do conteúdo do filme, mas da própria linguagem cinematográfica. Tal procedimento é evidenciado pelo fato de as HQs terem sido lançadas simultaneamente ao filme e por se pretenderem como uma extensão deste para um público que não necessariamente é fã de quadrinhos, mas que é fã de cinema e, mais precisamente, fã de Tarantino.

Nesse contexto, será necessário pensar em alguns elementos da linguagem cinematográfica a fim de estabelecer um ponto de partida da adaptação para HQs, comparando questões rítmicas, em especial no que se refere ao desenvolvimento das

ações – o que, no cinema, se traduz principalmente na montagem; e, nos quadrinhos, nas transições entre quadros.

Nesse âmbito, nossa atenção recai sobre a gestão rítmica de ambos os textos. Como entender o ritmo na passagem de uma linguagem para outra, quando as características de partida dessas linguagens já apresentam uma rede de possibilidades rítmicas diferentes? Qual é a estratégia empregada pelo enunciador da obra de chegada?

Vemos, portanto, que a análise dessa adaptação nos coloca questões relacionadas não apenas à tradução do conteúdo de *Django Livre*, mas também, em outra dimensão, à tradução entre as linguagens do cinema e dos quadrinhos, levando em conta seus planos de expressão e as características próprias de cada uma. Nesses termos, como a linguagem da obra de partida interfere na forma final da obra adaptada?

Por terem planos de expressão diferentes, as diversas linguagens possuem características próprias que as constituem enquanto sistemas estáveis, porém, ao mesmo tempo, vivos, que se modificam com o tempo e incorporam novos usos e novas possibilidades. Assim acontece com o cinema e também com as histórias em quadrinhos. Neste artigo, no entanto, optamos por uma abordagem sincrônica, que busca analisar algumas características desses dois sistemas para estabelecer uma base de comparação entre os textos original e adaptado.

Vale destacar que, quando falamos da linguagem cinematográfica e da linguagem em quadrinhos, compreendemos principalmente os usos mais difundidos e sedimentados, como é o caso do cinema hollywoodiano canônico e de certa estrutura reiterada de quadrinhos ocidentais mais populares, como os de super-heróis, por exemplo. Essa abordagem nos parece razoável, dado que nosso recorte centrou-se em dois objetos que se enquadram nessas formas de vida (FONTANILLE, 2015) mais estáveis e centrais.

Quando pensamos em um sistema, concebemos uma rede de possibilidades estabelecidas. O esperado de um texto enquanto processo é a atualização de certos elementos desse paradigma estabelecido. Contudo, podemos pensar que alguns elementos são mais mobilizados do que outros e criam uma maior expectativa de uso. Por exemplo, em uma história em quadrinhos, é esperado que sejam usados balões de fala, mas nada impede que o enunciador opte por trazer os textos fora desse formato. Os balões já compõem um uso esperado, que seguiria, por isso, uma lógica implicativa (se... então), ao contrário da concessiva (embora...) (ZILBERBERG, 2011).

A relação entre implicação e concessão diz respeito diretamente ao andamento de um texto. Entendemos as estratégias compreendidas por uma lógica concessiva como

saliências perceptivas, aumentos de intensidade e, portanto, elementos de aceleração (ZILBERBERG, 2011). Em vista de uma concessão, o enunciatário de um texto se vê impactado, ao contrário do que acontece quando é persuadido por uma lógica implicativa, em que não há estranhamento. Ele se depara apenas com o que já é reconhecível ou esperado. Neste caso, dizemos que o andamento é desacelerado.

A partir dessa base teórica, seguiremos um protocolo de análise, em um primeiro momento, explorando as estratégias de adaptação do filme para as histórias em quadrinhos, para, em seguida, tratar das diferentes características das linguagens envolvidas.

***Django*, do filme à tradução**

No sul dos Estados Unidos, no século XIX, o escravo Django é comprado pelo ex-dentista e caçador de recompensas alemão King Schultz, que lhe oferece a liberdade em troca de alguns meses como ajudante na caça a bandidos procurados. Depois de aprender a manejar armas e preparar estratégias para capturar foragidos com o alemão, Django parte para uma nova missão: encontrar sua esposa, Broomhilda, que ainda é escrava. Após descobrir que ela foi comprada por Monsieur Candie e agora vive na fazenda Candyland, Django planeja uma estratégia para libertá-la, partindo para a fazenda na companhia de Schultz. Lá, ele precisará se desvencilhar das desconfianças do escravo Stephen para levar seu plano adiante.

Os quadrinhos adaptam a mesma história descrita no roteiro de Tarantino. Observamos que as figuras do filme se repetem e estão recobrando os mesmos temas. A opressão, um dos temas centrais da história, é relacionada com a isotopia da violência, figurativizada por várias cenas de açoite e tortura³, concretizando a opressão do sistema escravocrata – passagens que estão presentes também nos quadrinhos.

Essas figuras são apresentadas principalmente nos *flashbacks*⁴, ou seja, em um momento de referência passado. Do ponto de vista tensivo (ZILBERBERG, 2011), o tema da violência, concretizado em momentos de crueldade (as lutas de mandingo⁵, o escravo D'Artagnan sendo devorado por cachorros, Broomhilda presa em uma caixa de madeira enterrada no jardim, Django e outros escravos sendo açoitados, etc.), provoca

3 Para a semiótica francesa, é por meio dos temas e das figuras que acessamos o nível discursivo, mais superficial, de um texto. As figuras são elementos que concretizam temas. A isotopia diz respeito a uma reiteração de traços semânticos que constrói certos caminhos de leitura (BARROS, 2010).

4 Na linguagem cinematográfica, o *flashback* é uma “ cena que revela algo do passado, para lembrar, situar ou revelar enigmas” (MACHADO, 2013, verbete “flashback”).

5 Espécie de luta livre até a morte entre os escravos.

impacto, uma exacerbação da tonicidade na medida em que apresenta o conteúdo polêmico da crueldade institucionalizada pelo sistema escravocrata tratado em um nível de figurativização acentuado. Essa estratégia acaba por arrebatrar o enunciatário e evocar também o tema do sofrimento, relacionado à opressão e à injustiça.

Na cena em que Django precisa escapar de Candyland após a morte de Schultz, vemos que o enunciador do filme lança mão de uma estratégia para exacerbar a tonicidade no plano da expressão. Trata-se de uma combinação de vários cortes rápidos e tomadas em câmera lenta, nas quais o protagonista atira em dezenas de capatazes da fazenda. A trilha sonora em ritmo acelerado contribui também para esse movimento. Observamos que essa estratégia se repete em várias cenas de ação do filme. Os quadrinhos, no entanto, oferecem outros recursos para retratar essas mesmas sequências. Vejamos na figura 1, por exemplo, como a passagem em que Django mata um dos irmãos Brittle é reproduzida na revista:



Figura 1. Cena em que Django ataca os irmãos Brittle nos quadrinhos

Fonte: Django Unchained #2 -p. 6

A revista divide a página em oito quadros retangulares e trabalha transições que mostram cada uma das ações dos personagens. A cena se desenrola em diferentes perspectivas, trazendo planos mais fechados e frontais. As curvas horizontais do chicote

- | Django livre: do cinema para os quadrinhos, uma tradução intersemiótica

de Django e as diagonais dos galhos da árvore (quadrinho 3) aparecem em contraste à organização vertical da página e transmitem, assim, uma ideia de movimento, reforçada pelas onomatopeias manifestadas no plano verbal. Nessas imagens, o enunciador explora um recurso que está presente tanto nas HQs ocidentais quanto nos mangás, como explica Cools (2011, p. 71) sobre as cenas de ação:

[...] linhas de movimento são exageradas nas cenas de combate para enfatizar a violência e/ou o movimento, onde linhas imaginárias convergem para destacar um ponto de foco em uma página. O resultado é que a informação principal da página é destacada pela sobredeterminação, e, portanto, é mais facilmente captada pelo olho.

Essas escolhas na revista em quadrinhos nos conduzem por uma estratégia de exacerbação, “simulando” os cortes rápidos e o dinamismo de uma cena de ação cinematográfica. Os *closes* que destacam os detalhes da cena criam os efeitos de sentido que, no filme, são construídos com a câmera lenta. Esse recurso simula a expansão do tempo cronológico, mas não por isso desacelera o andamento do texto, nesse caso. Causa, na verdade, certo desconforto ao enunciatário, que pode visualizar lenta e detalhadamente um golpe violento, o efeito de um tiro, um dilaceramento, uma explosão; eventos que são rápidos e tônicos por natureza.

Nas cenas de ação, vemos que o enunciador dos quadrinhos tentou manter o ritmo acelerado criado por Tarantino com seus cortes rápidos, câmeras lentas tonificantes e trilha sonora eletrizante por meio de recursos como o plano fechado, a desreferencialização espacial (fundo desfocado) e a construção de um efeito visual de movimento com elementos gráficos. Assim, a HQ opta por manter um andamento acelerado do conteúdo nessas cenas e constrói sua estratégia com base nos recursos que a linguagem em quadrinhos oferece.

Pensando a adaptação de forma mais global, percebemos que o paralelismo figurativo entre filme e quadrinhos é tão marcado que se estende à fisionomia dos personagens (desenhos semelhantes aos atores), aos figurinos, aos cenários e às falas, que são as mesmas do roteiro original. Essa estratégia cria uma identidade entre as obras, pautada pela lógica implicativa e, nessa perspectiva, manipula o enunciatário pelo conforto.

Um jogo de vozes

É usual na linguagem dos quadrinhos que o balão comporte a fala dos personagens e as legendas comportem a fala do narrador (MCCLLOUD, 1995). Como explica Ramos (2016), o balão de fala pode assumir diversas formas e usos, mas sua função de comportar a fala de um interlocutor é bem demarcada. Já as legendas apresentam, em geral, a fala de um narrador, mesmo quando ele é também personagem da história:

Defendemos que não é apenas o narrador onisciente que tem direito ao uso da legenda. O narrador-personagem também pode se apropriar do recurso. É comum em algumas histórias o aparecimento do rosto do personagem, de modo a identificá-lo como o narrador daquele trecho, geralmente fazendo menção a um fato do passado (ou flashback). (RAMOS, 2016, p. 50).

Esse esquema é seguido em boa parte das revistas *Django Unchained* e, inclusive, remete ao narrador expresso no plano verbal do filme. No entanto, há momentos em que as vozes dos personagens durante os diálogos aparecem nas legendas – e não nos balões – demarcadas por aspas, mesmo quando eles não assumem o papel de narradores (Figura 2). Essa mudança no quadrinho analisado provoca um sincretismo de vozes do narrador e do personagem (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 467)⁶.

Nesse caso, as vozes de narrador e personagem se unem e se confundem. Vemos que esse sincretismo causa certo estranhamento ao enunciatário e o manipula pela concessão, já que é esperado que as legendas expressem a fala de um narrador. Ao mesmo tempo, causa certa confusão e demanda do leitor que ativamente decida, pautando-se nos elementos contextuais, se a legenda está expressando a fala de um narrador ou a de um personagem e, nesse caso, a qual personagem pertence.

⁶ O sincretismo, segundo Greimas e Courtés (2012, p. 467), é o procedimento por meio do qual se estabelece uma relação entre dois termos ou categorias heterogêneos, que são recobertos por uma grandeza semiótica que os reúne.

- | Django livre: do cinema para os quadrinhos, uma tradução intersemiótica



Figura 2. Jogo de vozes
Fonte: Django Unchained #2, p. 6

Analisando os quadrinhos que utilizam essa estratégia (repetida em todas as revistas), percebemos que ela é empregada sempre que o personagem não está figurativizado explicitamente no quadrinho em questão. Logo, entendemos que o enunciador emprega esse recurso para remeter à locução em *off* da linguagem cinematográfica. Essa ferramenta específica do audiovisual se caracteriza por “vozes ou sons presentes sem se mostrar a fonte emissora” (MACHADO, 2013)⁷. Assim, a fonte daquela fala que não está manifestada no quadrinho não é mostrada.

No cinema, o recurso é muito usado justamente para comportar o discurso de um narrador que não aparece na tela. Esse uso já está sedimentado na linguagem cinematográfica e faz parte de suas potencialidades. Nos quadrinhos ele remete, portanto, à simulação de um recurso que pertence a outra linguagem. Além disso, quando se usa uma locução em *off*, deixa-se uma lacuna a ser preenchida, que diz respeito a quem fala e quando. A esse preenchimento chamamos “catálise”, que é definida por Greimas e Courtés (2012, p. 54) como a “explicitação dos elementos elípticos ausentes na estrutura de superfície. É um procedimento que se realiza com o auxílio dos elementos contextuais manifestados e mediante as relações de pressuposição que entretêm com os elementos implícitos”.

⁷ Disponível em: <http://www.roteirodecinema.com.br/manuais/vocabulario.htm>. Acesso em: 26 set. 2013.

Desenvolvendo a ação

Neste momento de nossa análise, cabe uma breve reflexão sobre algumas características das linguagens envolvidas na relação de adaptação. Muitas são as abordagens possíveis em uma comparação entre a linguagem cinematográfica e a linguagem dos quadrinhos. Neste artigo, optamos por um recorte que compreende dois componentes comparáveis das duas linguagens envolvidas, que têm o mesmo objetivo de expressar as ações: a montagem no cinema e a transição entre quadros nos quadrinhos. Ambos podem nos apresentar diferentes pontos de partida para desenvolver o progresso narrativo. Não iremos, portanto, tratar de todo o sistema das duas linguagens, e, sim, tomar o aspecto de desenvolvimento da ação no cinema e nos quadrinhos como critério de comparação.

Da mesma forma que Zilberberg (2011) argumenta que, para a corrente tensiva, o andamento prevalece como senhor dos afetos, na linguagem cinematográfica, a montagem tem também uma posição de protagonismo. Embora tão intrínseca à linguagem a ponto de não a percebermos na maioria das vezes, é ela a principal ferramenta na criação do ritmo de um filme:

Poudovkine [...] declarou que a noção de montagem, além de todos os sentidos particulares que lhe damos (colagem de pedaços, montagem acelerada, princípio puramente rítmico, etc.), é na realidade o todo da criação fílmica: o “plano” não é um pequeno pedaço do cinema; é a matéria primária, fotografia do mundo real. Não avançamos da fotografia ao cinema, do decalque à arte, senão pela montagem. Amplamente definida, ela se confunde simplesmente com a própria composição da obra. (METZ, 1964, p. 53, tradução nossa).

Os cortes estabelecem um *modus operandi* próprio, que, no cinema hollywoodiano canônico, parece transparente a um espectador assíduo, mas que provocariam um estranhamento a alguém que nunca tivesse tido contato com essa linguagem. Em uma cena em que dois personagens conversam, a câmera ora se fecha em um, ora em outro (deixando a voz do primeiro em *off*), ora trabalha com um plano aberto, em que vemos os dois. A câmera é um narrador, que nos apresenta um ponto de vista e direciona nosso olhar. Os cortes pressupõem que o enunciatório preencha pequenas lacunas – que mais acima chamamos de catálises – e entenda que, ao focalizar uma personagem, ainda estamos no mesmo ambiente da conversa, onde a outra personagem a escuta, por exemplo.

- | Django livre: do cinema para os quadrinhos, uma tradução intersemiótica

Na linguagem cinematográfica, as catálises são constitutivas da montagem. Dizemos constitutivas porque a montagem já se estabeleceu como parte do sistema dessa linguagem. Em uma montagem mais convencional de obras hollywoodianas, as lacunas deixadas pelos cortes já são esperadas pelo enunciário, e frequentemente parecerão transparentes ao espectador.

Quando falamos da catálise constitutiva demandada pela linguagem, tratamos de um pressuposto, de uma base, um paradigma da linguagem cinematográfica que foi se constituindo ao longo da história e que, como em todo sistema, vai se modificando conforme os usos, as novas possibilidades que são incorporadas a ele. Assim, se compararmos filmes do início da história do cinema com filmes atuais, veremos que essa morfologia foi se transformando. A catálise constitutiva foi se estabelecendo no sistema dessa linguagem por meio do uso recorrente e hoje se apresenta como uma práxis cristalizada do cinema.

Não queremos dizer, com isso, que não haja formas de inovar na montagem. Pelo contrário, muitos diretores adotam como estratégia subverter esses usos esperados da montagem, como, por exemplo, Christopher Nolan, em *Amnésia* (Memento, 2000), que investe em uma montagem que alterna duas sequências temporais da história, uma prospectiva e outra retrospectiva, marcadas por diferentes filtros, de modo a criar um embaralhamento temporal. Essa estratégia de montagem faz com que o início da narrativa seja apenas revelado no final e o espectador vá descobrindo aos poucos a trama que culminou na cena inicial.

Esses usos menos comuns causam um estranhamento no espectador, uma quebra de expectativas, e uma demanda maior de sua atenção. Diremos, com isso, que um filme cuja montagem subverte o canônico vai trabalhar com um andamento mais acelerado, ao contrário do andamento lento de uma montagem mais tradicional, cujas estratégias já estão cristalizadas numa práxis reconhecida.

No que diz respeito às questões rítmicas nos quadrinhos, há muito a dizer sobre o requadro e os arranjos rítmicos que dele decorrem. É bem conhecida a discussão de Groensteen (2015) sobre as funções do requadro, incluindo sua função rítmica, que aborda o papel dos intervalos, que permitem criar uma distribuição rítmica da narrativa.

Ignorar a velocidade (as imagens são imóveis e sem impressões de voz que permita a fluência dos diálogos) não sugere nada menos que uma leitura cadenciada, uma operação ritmada pelo cruzamento dos quadros. Seu discurso tem a particularidade de ser descontínuo, elíptico, agitado. Cada novo quadro precipita a narrativa e, simultaneamente, a contém. O requadro é o agente dessa dupla manobra de progressão/retenção. (GROENSTEEN, 2015, p. 55).

Sem negar a importância do requadro na construção rítmica dos quadrinhos, gostaríamos, neste trabalho, de chamar a atenção também para o papel das transições e sua função de encadear as cenas. Assim como é possível montar cenas de diversas formas, é possível desenvolver as ações nos quadrinhos de diferentes maneiras, demandando mais ou menos catálises. Scott McCloud (1995, p. 67) não cita o termo *catálise* explicitamente, embora defina uma noção similar cunhada de “conclusão”: “Os quadros das histórias fragmentam o tempo e o espaço, oferecendo um ritmo recortado de momentos dissociados. Mas a conclusão nos permite conectar esses momentos e concluir mentalmente uma realidade contínua unificada”.

A partir dessa definição, McCloud estabelece seis tipos de transição entre quadrinhos de acordo com a maior ou menor presença de lacunas, ou seja, o grau de engajamento exigido do enunciatário. Tomaremos essa classificação por base, fazendo apenas algumas modificações⁸ para adequá-la a uma formulação semiótica e à concepção de *catálise*. Optamos por trabalhar com as transições de McCloud por seu encaminhamento processual, que se abre mais a uma aproximação com nosso arcabouço teórico-metodológico e permite uma reformulação tensiva. Propomos, assim, a partir do trabalho de McCloud, uma gradação tensiva de transições, da que demanda menos *catálises* àquela que demanda mais envolvimento do enunciatário no preenchimento de lacunas:

1) *movimento-a-movimento*: as transições são sequenciais e exigem poucas *catálises*. Essa transição aproxima os quadrinhos da linguagem cinematográfica no sentido de simular o movimento contínuo. No que diz respeito ao andamento, ela desacelera a narrativa. Na figura 3, a seguir, vemos exemplos do próprio McCloud (1995). A transição da primeira imagem mostra apenas o movimento da personagem fechando os olhos. Essa transição vai quadro a quadro apresentando os pequenos movimentos que compõem a progressão narrativa. Não é preciso que o enunciatário complete quase nada.

8 McCloud utiliza a seguinte ordem de transições: movimento-a-movimento; ação-a-ação; tema-a-tema; cena-a-cena; aspecto-a-aspecto; *non-sequitur*. Colocamos a transição aspecto-a-aspecto antes de tema-a-tema, pois entendemos que ela demanda menos preenchimento de lacunas por parte do enunciatário que as transições tema-a-tema, cena-a-cena e *non-sequitur*. Além disso, criamos a transição lance-a-lance, que não existe na tipologia de McCloud, para compreender uma transição mais acelerada do que a ação-a-ação, mas que ainda se ampara na mesma figurativização (diferente da transição tema-a-tema).

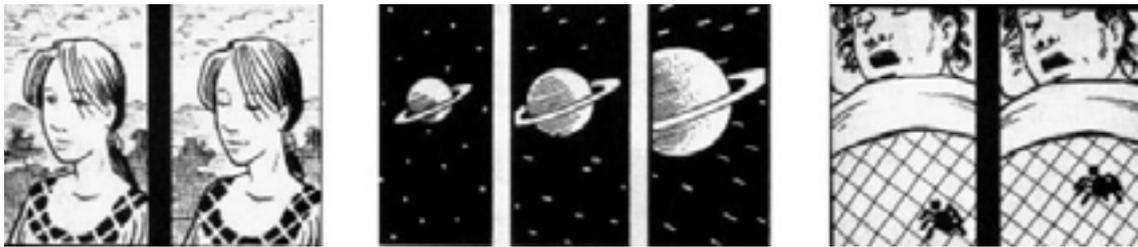


Figura 3. Exemplos de McCloud para transição movimento-a-movimento

Fonte: McCloud (1995)

2) *ação-a-ação*: as transições apresentam uma mesma cena, que se desdobra pelos quadrinhos ação-a-ação. Exigem mais envolvimento do enunciatário do que a classificação anterior, mas ainda não deixam muitas lacunas a serem preenchidas entre os quadrinhos. Na figura 4, temos os exemplos de McCloud para essa transição. Observemos que, na primeira imagem, o jogador de *baseball* aparece esperando para bater na bola no primeiro quadro e já batendo no segundo quadro. Não se trata de uma transição movimento-a-movimento porque não vemos a sequência do seu braço se aproximando da bola, apenas a ação de bater. Essa seria a pequena lacuna a ser preenchida.



Figura 4. Exemplos de McCloud para a transição ação-a-ação

Fonte: McCloud (1995)

3) *lance-a-lance*: Essa transição não existe na sequência estipulada por McCloud, mas sentimos necessidade de acrescentá-la para termos um intermediário entre a transição ação-a-ação e as demais. Assim, dentro do mesmo universo figurativo, a transição lance-a-lance mostra o desenvolvimento de uma cena, mas deixa mais lacunas entre as ações. Na figura 5, temos um exemplo do que seria essa transição nos quadrinhos de *The Walking Dead* (KIRKMAN; MOORE, 2003). Vemos que, no segundo quadrinho, o policial está abrindo ou fechando a grade e, no terceiro, já aparece de volta ao carro, indo embora e sendo observado por um zumbi. Na transição lance-a-lance, estamos no mesmo plano no que diz respeito à figurativização, mas não vemos todas as ações, passo-a-passo; apenas o lance. Não vemos como é a passagem do segundo ao terceiro quadrinho. O policial tenta

abrir a grade, o zumbi aparece, o assusta e ele corre, pega o carro e vai embora? Ou o policial fecha a grade e sai com o carro sem ver o zumbi que se aproxima? É o enunciatário que terá de deduzir isso tudo, porque os elementos apresentados não mostram essas ações claramente. Se o enunciador tivesse usado uma transição ação-a-ação, veríamos o zumbi surgindo e assustando o policial e este pegando o carro para ir embora ou o policial indo embora e só então ocorreria a aparição do zumbi. É por isso que essa transição é mais acelerada: ela deixa mais espaço de inferência.



Figura 5. The Walking Dead

Fonte: Vol 1 #2, p.24

4) *aspecto-a-aspecto*: essa transição funciona como uma espécie de “olho migratório”, que percorre certo ambiente, mostrando detalhes e diferentes aspectos de uma cena, ideia ou atmosfera. Esse tipo de transição serve ao propósito de ambientar o leitor na narrativa. Por focar variados aspectos de uma cena, remete ao movimento de câmera no cinema em uma montagem tradicional. Trata-se de uma transição mais acelerada do que as anteriores não só pelas mudanças de perspectiva, que podem confundir um pouco o enunciatário, como pelas mudanças figurativas dentro de um mesmo tema. Vejamos os exemplos de McCloud (1995) na figura 6. No segundo exemplo, temos, primeiro, o sol com algumas árvores; depois, um homem de óculos escuros e, em seguida, o céu com nuvens e pássaros. Apesar de concretizar um mesmo tema, o enunciatário terá que fazer a ligação entre essas figuras para entender que se trata de um mesmo ambiente. Na transição anterior, lance-a-lance, as figuras da sequência de quadros apresentam traços semânticos comuns e, nesse sentido, o enunciatário é menos demandado em sua leitura:

- | Django livre: do cinema para os quadrinhos, uma tradução intersemiótica



Figura 6. Exemplos de McCloud para a transição aspecto-a-aspecto

Fonte: McCloud (1995, p. 72)

5) *tema-a-tema*: dentro de um mesmo tema ou ideia, essa transição quebra a sequência, amplia a lacuna e exige que o enunciatário apresente maior engajamento para completar o ciclo dos quadrinhos. Essa transição amplia as possibilidades de leitura, pois apresenta outras figuras relacionadas ao mesmo tema, mas sem a sequencialidade de movimentos e ações se desenvolvendo. Diferentemente da transição anterior, as figuras agora não compõem necessariamente um mesmo ambiente, mas apenas uma mesma ideia, um mesmo tema geral. Trata-se de uma transição mais abstrata que a aspecto-a-aspecto e que deixa mais lacunas a serem preenchidas pelo enunciatário. Vejamos os exemplos de McCloud na figura 7. No primeiro exemplo, temos o vilão pronto para desferir uma machadada no seu oponente. No quadrinho seguinte, não vemos o que aconteceu. A figurativização é de uma cidade e, apenas pela onomatopeia de um grito de dor, o enunciatário pode deduzir que o golpe foi dado. A ação não foi mostrada, por isso deixaram-se mais lacunas.



Figura 7. Exemplos de McCloud para a transição tema-a-tema

Fonte: McCloud (1995)

6) *cena-a-cena*: essa transição também exige um raciocínio dedutivo, apresentando distâncias maiores de tempo e espaço através dos quadrinhos. São sequências em que acontece uma grande passagem de tempo (“Dez anos depois”), acontecimentos simultâneos (“Enquanto isso”) ou cenas em vários lugares e tempos diferentes dentro de um mesmo tema. Esse é o caso da tirinha da *Turma da Mônica* na figura 8. Vemos que os três personagens nos três primeiros quadrinhos estão em lugares e tempos diferentes. O

enunciatório precisa se engajar para perceber isso, pois essa informação não está dada e apenas pode ser apreendida pelos elementos contextuais.



Figura 8. *Turma da Mônica* (1999)

Fonte: Turma da Mônica Online (Acesso em 5 fev. 2015)

7) *non-sequitur*: essa é a transição mais acelerada. Trata-se de quadrinhos que aparentemente não estão organizados em uma sequência lógica. Esse tipo é realmente difícil de encontrar e aparece apenas em algumas HQs de arte ou experimentais. Na figura 9, apresentamos alguns exemplos de McCloud (1995) do que seria essa transição.

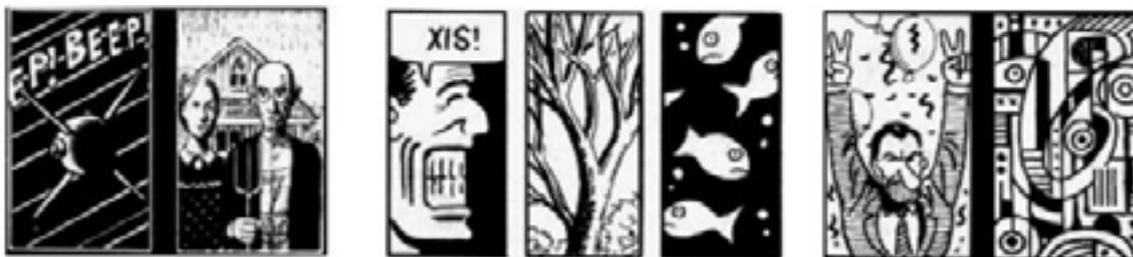


Figura 9. Exemplos de McCloud para a transição *non-sequitur*

Fonte: McCloud (1995, p. 72)

Todas as transições mostradas poderiam ter suas correspondências com o cinema em montagens narrativas: a *movimento-a-movimento* pode ser relacionada a cenas com planos longos; a *ação-a-ação* com um ritmo mais “natural” de desenvolvimento da ação; a *lance-a-lance* talvez com uma montagem mais dinâmica, que comprimisse os acontecimentos de um longo período em algumas cenas. A *aspecto-a-aspecto*, como já dissemos, representa os movimentos de câmera. Porém, transições como *tema-a-tema* e *cena-a-cena*, embora sejam possíveis no cinema, são muito mais raras e fazem parte de filmes que desafiam o senso comum. Nos quadrinhos, embora sejam transições mais aceleradas, elas são muito usadas, especialmente em tirinhas.

Vemos que os dois extremos de nossa gradação, *movimento-a-movimento* e *non-sequitur*, são transições pouco usadas nos quadrinhos e também estão fora da montagem

canônica do cinema. Filmes com planos longos, o que poderia ser a correspondência com a transição *movimento-a-movimento*, são tidos como lentos por grande parte dos espectadores; ao passo que filmes com montagens mais *nonsense*, que associam rapidamente figuras que não parecem ter relação, serão tidos como muito acelerados. Esses paroxismos vão ser empregados, em geral, tanto nos quadrinhos quanto no cinema em obras de cunho experimental.

Nesse sentido, podemos estabelecer que as transições *ação-a-ação*, *lance-a-lance* e *aspecto-a-aspecto* provocam um efeito maior de aproximação dos quadrinhos à linguagem cinematográfica tradicional, pois essas transições se relacionam diretamente com modos comuns de montagem dentro dessa práxis.

Pensando, ainda, nessa gradação de transições, podemos relacioná-la com os conceitos propostos pela abordagem tensiva, que nos permitirão instrumentalizá-la. Quando dizemos que uma transição exige mais ou menos catálise e com isso ela é mais ou menos acelerada, estamos pensando nos efeitos de sentido que essa construção evoca e nos modos de interação com o texto que ela propõe.

Essas formas de interação aconteceriam, segundo Zilberberg (2006), no espaço imaginário da tensividade, onde duas grandezas encontram-se em um estado de junção: a intensidade – esfera do sensível, dos estados de alma – e a extensidade – espaço do inteligível, dos estados de coisas⁹. Essa relação permite aferir as modulações nesse campo perceptivo e, assim, “mensurar” o elemento sensível. Permite, portanto, entender de que maneira se estabelecem e se desenvolvem os afetos, que passam a ser incorporados na teoria como elementos essenciais ao engajamento do enunciatário.

A partir dessa relação, a corrente tensiva propõe uma representação gráfica das dimensões – intensidade e extensidade – em dois eixos coordenados. A relação inversa entre os eixos se estabelece na grande maioria dos textos. Quanto maior for a intensidade, menor será a extensidade (ascendência) e, assim, o sujeito estará mais impactado e alcançará uma zona de arrebatamento (MANCINI; ALT, 2013). Na mesma linha, quanto menor for a intensidade, maior será a extensidade (descendência), o que criará cada vez mais um efeito de conforto para o sujeito.

Assim, um texto que preza pela concessão e que demanda mais de seu enunciatário trabalha com a predominância da intensidade. Podemos pensar a tipologia das transições

9 A intensidade divide-se nas subdimensões do *andamento* e da *tonicidade*, enquanto a extensidade é um sincretismo entre a *temporalidade* e a *espacialidade*. A extensidade circunscreve e demarca espacialmente e temporalmente o alcance do campo perceptivo controlado pela intensidade. Nessa linha, vemos que a intensidade rege a extensidade. O sensível conduz o inteligível. (ZILBERBERG, 2011).

nesse esquema, de forma que quanto mais catalise uma transição demanda, mais elevada é sua intensidade e mais acelerado é seu andamento – sendo o andamento uma das subdimensões da intensidade. Nessa linha, estabelecemos as posições esperadas das transições no gráfico de acordo com sua proposta enunciativa. Notamos que as primeiras transições da gradação manipulam o enunciário por uma lógica implicativa e as últimas apelam para o impacto de uma lógica concessiva. Isso está representado no Gráfico 1:

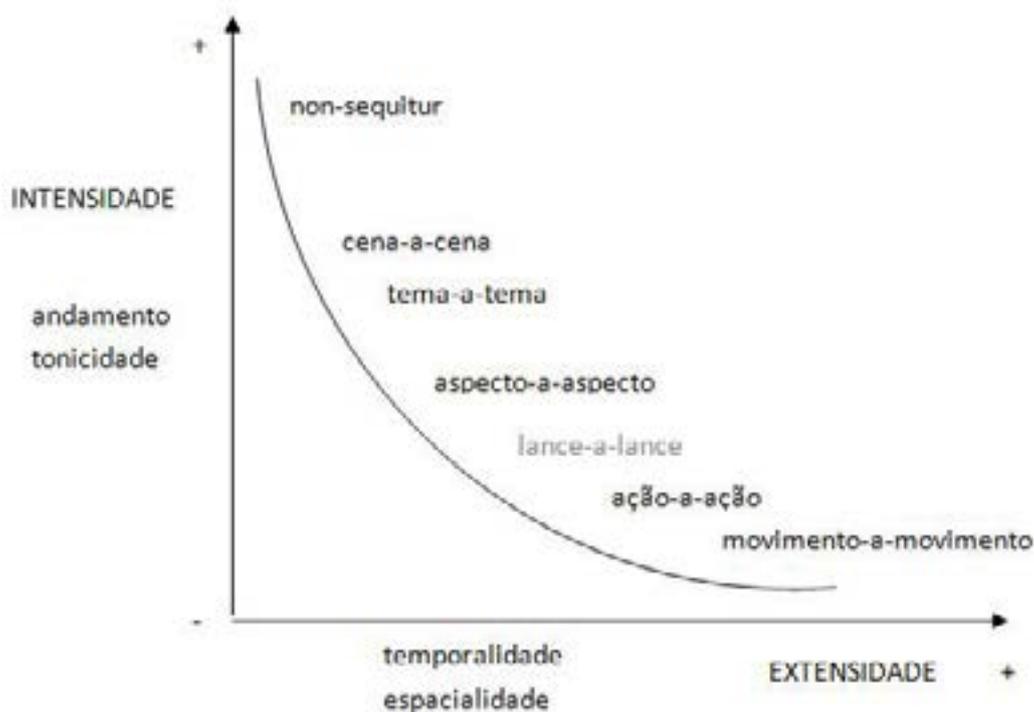


Gráfico 1. Transições dispostas no gráfico tensivo

Fonte: Elaboração própria

Com base nessa classificação, depreendemos, a princípio, uma análise um pouco mais atenta das duas primeiras revistas da série *Django Unchained*, com a intenção de mapear o uso dos diferentes tipos de transição. Observamos que, em algumas páginas, é utilizada mais de uma transição, enquanto outras transições estendem-se por longos trechos. Assim, nossa conta baseia-se em quantas vezes cada transição é utilizada de forma contínua, independentemente de compreender três ou dez quadrinhos. Observamos que as transições são combinadas nas duas revistas 63 vezes.

Nessa linha, quantificamos os tipos da seguinte forma: a transição ação-a-ação é a mais utilizada nas revistas #1 e #2, correspondendo a 46,3% do total de transições; aspecto-a-aspecto vem em segundo lugar e corresponde a 39,6%; a transição lance-a-

- | Django livre: do cinema para os quadrinhos, uma tradução intersemiótica

lance aparece principalmente nos *flashbacks* e equivale a 12,6% das transições totais; cena-a-cena aparece apenas uma vez e, assim, conta com apenas 1,5% do total. Não encontramos as transições movimento-a-movimento, *non-sequitur* – os dois extremos de nossa gradação – nem a transição tema-a-tema.

Vemos, portanto, que os usos escolhidos pelo enunciador dos quadrinhos apontam para uma estratégia de aproximação com o filme, uma vez que são empregadas transições mais próximas às da montagem clássica hollywoodiana e deixadas de lado transições como cena-a-cena e tema-a-tema, que, por serem mais aceleradas, integram usos centrais e frequentes nos quadrinhos.

Daniele Barbieri (2017, p. 242), ao tratar das relações entre quadrinhos e cinema, afirma que a grande questão dos autores que procuram reconstruir o cinema nos quadrinhos é entender quais efeitos se consegue reproduzir e quais são pertinentes de serem reproduzidos, uma vez que, nesse tipo de reprodução, o papel central deve estar no segundo produto, nos próprios quadrinhos.

[...] nos quadrinhos que procuram reproduzir efeitos cinematográficos, esses efeitos de montagem são particularmente frequentes. Desse ponto de vista, o quadrinho de planejamento cinematográfico acaba por ser mais cinematográfico que o próprio cinema: como de costume, para que algo possa ser claramente reconhecível, suas características mais peculiares devem ser postas fortemente em evidência. (BARBIERI, 2017, p. 247).

Considerações finais

No início deste artigo, perguntamo-nos sobre as possíveis estratégias para uma tradução intersemiótica, levando em conta as particularidades de cada uma das linguagens envolvidas e, ao longo do texto, procuramos analisar especificamente como isso foi feito na adaptação de *Django Livre* para os quadrinhos. Vimos que o enunciador do novo produto buscou dar ênfase a um paralelismo de conteúdo, em que procurou manter o máximo possível de elementos narrativos, temáticos e figurativos do texto de partida. E, para além disso, ele se valeu de elementos da linguagem de partida (cinema) na elaboração do projeto discursivo da obra adaptada (quadrinhos).

O enunciador das HQs *Django Unchained* optou por transições menos aceleradas, simetria entre os quadros, entre outros recursos, o que indica que não apenas o conteúdo do filme foi recriado nos quadrinhos, mas também algumas características de expressão

da linguagem cinematográfica. Pudemos observar isso em suas escolhas de contar as mesmas narrativas, recobertas pelos mesmos temas e figuras; no desenho simulando as feições dos personagens; no foco nas cenas de ação em que há a simulação do modo de enunciar de Tarantino nas telas; nas transições entre quadros mais próximas à montagem cinematográfica canônica; e, também, no jogo de vozes que simulava o *off* do cinema. Todos esses usos contribuíram para criar um simulacro da primeira linguagem na segunda: o cinema nos quadrinhos.

Nesse sentido, as conclusões de nossa análise vão ao encontro da hipótese mercadológica que propusemos no início do trabalho. Acreditamos que o enunciador dos quadrinhos se baseou no lançamento quase simultâneo dos dois produtos (o filme e a primeira revista) e procurou abarcar em suas estratégias o enunciatário do filme. Assim, a revista não esperava apenas atingir o público leitor de quadrinhos, mas o espectador de cinema que comprou a versão em quadrinhos para ver as cenas extras que não pôde assistir na sala de exibição.

Portanto, os quadrinhos contemplam, além do enunciatário de HQs, o perfil de enunciatário do filme, e, por isso, buscaram essa estratégia de simular a linguagem de partida na obra de chegada. A ideia seria deixar esse enunciatário confortável com a linguagem que já conhece e com a qual já está habituado. Deixá-lo confortável também com a história, que apenas se expande por meio do detalhamento de fatos já previstos pelo roteiro.

Em outras palavras, as escolhas das estratégias a serem postas em prática na tradução das primeiras revistas levavam em conta uma prática comercial englobante que procurou simular o filme nos quadrinhos, sobretudo para oferecê-lo como complemento do produto cinematográfico. Assim, de forma geral, acreditamos que, dentro da morfologia de base dos quadrinhos, a série de revistas de *Django Unchained* prioriza estratégias do fazer persuasivo que manipulam o enunciatário pelo conforto. Ressaltamos como o projeto enunciativo, que, neste caso, pretendia englobar o enunciatário da linguagem de partida, sempre influirá nas estratégias postas em prática no texto adaptado e em seu manejo rítmico e sensorial.

Referências

BARBIERI, D. **As linguagens dos quadrinhos**. São Paulo: Pereirópolis, 2017.

BARROS, D. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2011.

- | Django livre: do cinema para os quadrinhos, uma tradução intersemiótica

COOLS, V. The Phenomenology of Contemporary Mainstream Manga. **Image & Narrative**, v. 12, n. 1, p. 63-82, 2011.

FONTANILLE, J. **Discours, médias, pratiques et régimes de croyance**. Texte de la conférence donnée à l'Université Fédérale Fluminense: Niterói, 2015.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2012.

GROENSTEEN, T. **O sistema dos quadrinhos**. Tradução Érico Assis e Francisca Ysabelle Manríquez Reyes. Nova Iguaçu: Marsupial Editora, 2015.

GUERA, R. M. **Django Unchained** 1-7. Vertigo #1; DC Comics: New York, 2013.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Perspectiva, 1975.

KIRKMAN, R.; MOORE, T. Days Gone Bye. **The Walking Dead**, Diamond Comics, v. 1, #1 e #3, 2003.

MACHADO, J. Manuais On-line – Vocabulário do Roteirista. **Roteiros de Cinema**. Disponível em: <http://www.roteirodecinema.com.br/manuais/vocabulario.htm>. Acesso em: 26 set. 2013.

MANCINI, R.; ALT, J. Quadrinhos: do papel à internet. In: TEIXEIRA, L.; CARMO JR, J. R. do (org..). **Linguagens na Cibercultura**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2013.

McCLOUD, S. **Desvendando os quadrinhos**. Makron Books. São Paulo, 1995.

METZ, C. Le cinéma : langue ou langage ? **Communications**, Recherches sémiologiques, v. 4, p. 52-90, 1964. DOI: [10.3406/comm.1964.1028](https://doi.org/10.3406/comm.1964.1028). Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1964_num_4_1_1028. Acesso em: 26 set. 2013.

RAMOS, P. **A leitura dos quadrinhos**. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

SOUZA, M. **Turma da Mônica**, 1999. [on-line] Disponível em: <http://www.monica.com.br/comics/tirinhas/tira42.htm> e <http://www.monica.com.br/comics/tirinhas/tira57.htm>. Acesso em: 22 abr. 2013.

TARANTINO, Q.; HUDLIN, R.; SHER, S.; SAVONE, P. **Django Unchained** [Filme-vídeo]. Los Angeles: Columbia Pictures, 2012. DVD/ NTSC, 165 min.

ZILBERBERG, C. **Elementos de Semiótica Tensiva**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: COUTINHO, Mariana de Souza e MANCINI, Renata Ciampone. Django livre: do cinema para os quadrinhos, uma tradução intersemiótica. **Revista do GEL**, v. 16, n. 1, p.143-163, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v16i1.2609>

Submetido em: 12/09/2019 | Aceito em: 17/11/2019.

SOBRE SONETOS, DISCURSOS E JORNAIS: SÁTIRA E GALHOFA NO CONTO “AURORA SEM DIA”, DE MACHADO DE ASSIS

About sonnets, speech and newspapers: satar and galhofa in the tale “Aurora sem dia”, by Machado de Assis

Márcio Miranda ALVES¹

Resumo: Publicado em 1870 no *Jornal das Famílias* e em 1873 na coletânea *Histórias da meia-noite* (1873), o conto “Aurora sem dia”, de Machado de Assis, apresenta uma sátira sobre poetas e políticos de pouco talento. Luís Tinoco, o protagonista, torna-se escritor da noite para o dia e publica os seus sonetos no jornal *Correio Mercantil*, um espaço privilegiado de difusão de suas fantasias. Quando se torna deputado, ele espera que seus discursos sejam debatidos na imprensa. Este artigo analisa a relação entre a sátira do conto e a linguagem satírica do *Correio Mercantil*, que atacava os adversários por meio do humor. Conclui-se que o conto de Machado de Assis não é apenas de uma representação do universo da imprensa, mas também reflete a linguagem jornalística da época.

Palavras-chave: Imprensa. Machado de Assis. *Correio Mercantil*.

Abstract: Published in 1870 in the *Jornal das Famílias*, and in 1873, in the collection *Histórias da meia-noite* (1873), Machado de Assis’ tale “Aurora sem dia” features a satire about poets and politicians of little talent. Luís Tinoco, the protagonist, becomes an overnight writer and publishes his sonnets in the newspaper *Correio Mercantil*, a privileged field for the diffusion of his fantasies. When he becomes a deputy, he expects his speeches to be debated in the press. This article analyzes the relationship between the satire of the tale and the satirical language of *Correio Mercantil*, which attacked opponents through humor. We conclude that Machado de Assis’ tale is not only a representation of the press universe, but also reflects the journalistic language of that time.

Keywords: Press. Machado de Assis. *Correio Mercantil*.

¹ Alves. UCS. E-mail: mirandaalvesm@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6455-7332>

- | Sobre sonetos, discursos e jornais: sátira e galhofa no conto “Aurora sem dia”, de Machado de Assis

As últimas décadas têm revelado um redirecionamento dos estudos literários quando o assunto trata da pesquisa em jornais. Vista com desconfiança pelos pesquisadores por conta dos interesses pessoais e da subjetividade da linguagem que se escondem por trás dos gêneros – sejam eles jornalísticos ou literários –, a imprensa escrita sofreu um preconceito que parece superado. No Brasil, um dos pioneiros na exploração de matéria-prima oferecida pelos jornais foi Gilberto Freyre (1979), que estudou a partir dos registros da imprensa o comportamento dos escravos africanos e suas relações com a sociedade patriarcal no período imperial, bem como a influência da presença dos ingleses no Brasil. Em seguida, outros pesquisadores também passaram a recorrer aos jornais para pesquisar aspectos sociais e culturais do Brasil, a exemplo de Emília Viotti da Costa (2012, 1998), Edgard Carone (1974) e Fernando Henrique Cardoso (1962). No final da década de 1960, muitos estudos acadêmicos passaram a ser realizados com consultas a periódicos para análises de aspectos sociais e políticos ou obtenção de dados de natureza econômica ou demográfica.

Desde então, os jornais e as revistas deixaram de ser encarados com desconfiança enquanto fonte documental, pois muitos aspectos antes negligenciados pelos pesquisadores, como a tiragem, a área de circulação, as relações com partidos políticos e grupos econômicos e o comportamento dos leitores, agora fazem parte do escopo de pesquisas que procuram evidenciar os meios de produção e recepção do discurso histórico-jornalístico, “sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade” (LUCA, 2008, p. 117).

No campo dos estudos literários, não se pode pensar a história da literatura sem a participação direta ou indireta dos jornais e das revistas. Afinal, durante muito tempo esse foi o único meio de publicação da produção literária nacional. Os escritores trabalhavam nas redações como revisores, tradutores ou redatores e dependiam da circulação dos periódicos para chegar ao público leitor. Nos espaços destinados à literatura, como os folhetins, eram publicados romances, contos, poemas e crônicas que mais tarde, por vezes, também apareciam no formato de livro. Por causa disso, tornou-se comum investigar exemplares antigos em busca de textos desconhecidos de autores reconhecidos; de textos de autores desconhecidos (a produção de autoria feminina é o maior exemplo)²; das primeiras versões de narrativas publicadas posteriormente em livro com fins de comparação (como os estudos acerca das obras de Machado de Assis); e de eventos históricos registrados na imprensa e que receberam um tratamento ficcional (o caso de Erico Verissimo é um exemplo)³.

2 Ver Zinani (2019).

3 Ver Alves (2018).

Mais recentemente, pesquisas procuram mostrar que o papel da imprensa vai muito além de ser uma fonte primária para constatar a existência do registro literário. Olhando para a forma do jornal e da revista, que são meios de comunicação interessados em entregar um produto que prenda o leitor, os pesquisadores revelam que a linguagem jornalística tem uma relação estreita com a linguagem literária e isso ajudaria a explicar o estilo dos autores que produziram literatura de acordo com as exigências do jornal. Ou seja, a dinâmica adotada pelos jornais na publicação de romance-folhetim, por exemplo, com espaços delimitados e um sistema de cortes que favoreciam a continuação da história na edição seguinte, teria “contaminado” as narrativas ficcionais, que apresentam determinado resultado estético justamente porque foram levadas a isso devido ao estilo imposto pelos periódicos. Isso porque, no caso de o romance ter sido escrito de “capítulo a capítulo”, o processo de criação literária provoca impasses narrativos por conta da necessidade de se manter viva a atenção dos leitores, influenciando a estrutura da obra. Existem casos, como o de Machado de Assis, em que as edições em livro trazem muitas diferenças em relação à versão do folhetim. Essas alterações nas técnicas de composição do romance “alteram o perfil do leitor ideal da revista para o livro” e também revelam “a interferência da atmosfera do veículo, a revista, no processo de criação da obra” (RIBEIRO, 2006, p. 102).

Há, ainda, interpretações que apontam para a linguagem adotada por determinado jornal ou revista, a qual pode ter “influenciado” a escrita de obras fundamentais da literatura brasileira. Em artigo recente, Lúcia Granja analisa como em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, a novidade literária é resultado, em parte, da transposição de aspectos retóricos e poéticos da escrita dos periódicos. Para Granja (2017, p. 30-31), a literatura de Machado foi “forjada nas fôrmas desse novo sistema de escrita, sendo que um dos componentes da singularidade da obra desse escritor reside no fato de haver uma profunda simbiose entre o homem, o texto e o tempo”. Assim, pela sua trajetória de colaboração para os periódicos e pela refinada percepção do tempo histórico, que coloca a imprensa escrita no centro das relações entre autor, obra e público, Machado de Assis trilhou um caminho para a “novidade literária, pela profunda compreensão dos suportes/veículos em que o escritor-jornalista atuou, aproveitando crítica e parodicamente os seus recursos poéticos, em um movimento contínuo.” (GRANJA, 2017, p. 32).

Mamede Mustafa Jarouche, na introdução a *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, procura demonstrar que a sátira e a ironia presentes na seção “Pacotilha”, do jornal *Correio Mercantil*, onde o romance foi publicado entre 1851 e 1852, são os mesmos encontrados nesta que é uma das principais obras do romantismo brasileiro. Ao contrário de boa parte das obras “sérias” do período, marcadas em geral

- | Sobre sonetos, discursos e jornais: sátira e galhofa no conto “Aurora sem dia”, de Machado de Assis

pelos “traços idealizantes” (JAROUCHE, 2006, p. 49), *Memórias de um sargento de milícias* caracteriza-se por ser um romance que procura apresentar o contexto social carioca de forma cômica. Apesar de trazer poucos referenciais históricos, tampouco características descritivas, a narrativa revela tipos pitorescos representados a partir dos estereótipos identificados com os “hábitos populares” (JAROUCHE, 2006, p. 54). Dessa forma, mesmo ao ter muitas diferenças em relação aos demais textos românticos da época, o romance de Almeida é obra de seu tempo. E essa perceptível relação entre tempo e narrativa, na percepção de Jarouche (2006, p. 59), reside justamente na tradição humorística da imprensa local, na medida em que “a leitura dos jornais cômicos, muito comuns então, mostra grande semelhança com os padrões humorísticos das *Memórias* [...]”.

O *Correio Mercantil* foi um importante jornal do Rio de Janeiro, que circulou entre 1848 e 1868. Nesse jornal, Machado de Assis publicou suas primeiras crônicas, no início de carreira, além de trabalhar como revisor. Além de Machado e Manuel Antônio de Almeida, outros escritores brasileiros e estrangeiros também publicavam no *Correio*, como José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo. José de Alencar, a partir de 1854, assina nesse jornal uma coluna intitulada “Ao correr da pena”. O jornal tinha apenas quatro páginas, e duas delas – primeira e segunda – eram dedicadas aos gêneros literários, incluindo uma seção exclusiva para folhetins, que geralmente ocupava o rodapé das duas páginas.

Identificado com os liberais, o *Correio Mercantil* era um dos jornais melhor estruturados da capital do Império, rivalizando com o *Jornal do Comércio* e o *Diário do Rio de Janeiro*. Entre 1851 e 1854, aos domingos, o jornal destinava a maior parte de seus espaços à seção “Pacotilha”. Assim, o jornal tinha uma característica bem peculiar: de terça a sábado era sério e sisudo, atacando o Partido Conservador e censurando os atos políticos do governo; aos domingos assumia um tom galhofeiro, utilizando-se de gêneros literários como a crônica e a poesia para atacar os que de alguma forma exerciam o poder (JAROUCHE, 2006). Os romances-folhetim, não raro, também seguiam a linguagem do jornal. Ou seja, apostavam na narrativa satírica para manter a identificação entre o público leitor e o estilo ferino da publicação.

Por isso, não pode ser visto como um mero acaso o fato de o *Correio Mercantil* ser o jornal em que o protagonista do conto “Aurora sem dia”, de Machado de Assis, publica suas primeiras poesias. Publicado em 1870 no *Jornal das Famílias* e em 1873 na coletânea *Histórias da meia-noite* (1873), “Aurora sem dia” aborda dois temas caros ao momento em que foi escrito: política e literatura. Nesse conto, Machado de Assis ironiza a vaidade de poetas de pouco talento e a falta de seriedade na política brasileira na figura de Luís Tinoco, um jovem que de um dia para outro descobre-se escritor e ascende a deputado com discursos vazios ensaiados nas páginas de jornais. Nesse sentido, a história aborda,

na figura de Luís Tinoco, a formação de personalidades com vocação duvidosa e que encontram nas páginas dos jornais um espaço privilegiado de difusão de suas fantasias.

Empregado do foro, 21 anos de idade, Luís Tinoco certo dia pela manhã “acordou escritor e poeta”. Segundo o narrador, seu primeiro soneto tinha como principal defeito “ter cinco versos com sílabas de mais e outros cinco com sílabas de menos”. Orgulhoso de sua obra, Luís Tinoco leva a produção ao jornal *Correio Mercantil*, que a publica entre os “a pedidos”. A segunda medida do poeta foi levar o poema ao padrinho Anastácio, a quem estimava e cuja opinião seria importante para a manutenção de seus anseios:

Leu hoje o *Correio Mercantil*, meu padrinho? perguntou ele.

– Homem, tu sabes que eu só lia os jornais no tempo em que era empregado efetivo.

Desde que me aposentei não li mais os periódicos...

– Pois é pena! disse Tinoco com ar frio; queria que me dissesse o que pensa de uns versos que lá vêm.

– E de mais a mais versos! Os jornais já não falam de política? No meu tempo não falavam de outra coisa.

– Falam de política e publicam versos, porque ambas as coisas tem entrada na imprensa.

Quer ler os versos?

– Dá cá.

– Aqui estão.

(ASSIS, 1997, p. 221)

O excerto anterior indica ao menos dois comentários que revelam a comicidade da situação. Ao afirmar que “[...] eu só lia nos jornais no tempo em que era empregado efetivo”, Anastácio revela que passava as horas de trabalho lendo os jornais, o que não deixa de ser uma crítica ao comportamento dos funcionários públicos. Já quando questiona se “Os jornais já não falam de política?”, o padrinho demonstra surpresa com a abertura do jornal para a publicação de poesia, já que estava acostumado a folhear os jornais em busca de assuntos da política. Como se sabe, o período de circulação do *Correio Mercantil* coincide com a explosão dos romances-folhetim na imprensa brasileira, cujo modelo importado da França amplia e garante a fidelidade dos leitores fígados pelo modelo do “continua amanhã”.

O padrinho, inicialmente sem saber a quem pertencia a obra poética, acha tudo sem graça e fica surpreso ao saber que o rapaz de repente se tornara um poeta. Luís

- | Sobre sonetos, discursos e jornais: sátira e galhofa no conto “Aurora sem dia”, de Machado de Assis

Tinoco, no entanto, necessita da opinião de uma “autoridade”, no caso o Dr. Lemos. Para este, o poeta apresenta um soneto e uma ode, os quais apresentavam “Imagens safadas, expressões comuns, frouxo alento e nenhuma arte”, mas, apesar disso “havia de quando em quando algum lampejo que indicava da parte do neófito propensão para o mister; podia ser ao cabo de algum tempo um excelente trovador de salas.” (ASSIS, 1997, p. 222). O poeta, então, mostra a sua produção ao Dr. Lemos com certa ansiedade:

O Dr. Lemos disse-lhe com franqueza, que a poesia era uma arte difícil e que pedia longo estudo; mas que, a querer cultivá-la a todo o transe, devia ouvir alguns conselhos necessários.

[...]

– Não me parecem bons estes versos, disse o Dr. Lemos; poderia rasgá-los e estudar antes algum tempo.

Não é possível descrever o gesto de soberbo desdém com que Luís Tinoco arrancou os versos ao doutor e lhe disse:

– Os seus conselhos valem tanto como a opinião de meu padrinho. Poesia não se aprende; traz-se do berço. Eu não dou atenção a invejosos. Se os versos não fossem bons, o *Mercantil* não os publicava. (ASSIS, 1997, p. 222).

Mediadora dos desvarios do poeta romântico neste conto, a seção “Publicações a pedidos”, que era paga, publicava textos dos leitores com os mais diversos conteúdos: recados para vizinhos ou autoridades, agradecimentos, reclamações, convites para acerto de contas, convocações e opiniões de toda ordem. Geralmente essa seção ocupava a parte menos nobre do jornal, na terceira ou na quarta página. Portanto, a afirmação de Luís Tinoco, de que “Se os versos não fossem bons, o *Mercantil* não os publicava”, denota a ironia em torno da ingenuidade do personagem, na medida em que na seção de “a pedidos” o jornal publicava qualquer coisa que fosse paga – e Machado sabia disso.

José Alcides Ribeiro observa nas páginas do *Correio Mercantil* que a seção intitulada “Pacotilha” distinguia-se das outras seções do jornal porque misturava com muita qualidade o estilo jornalístico com o literário, usando como ferramenta o tom extremamente satírico (RIBEIRO, 2005, p. 7). Ribeiro identifica no tipo de linguagem da seção algo extremamente próximo do estilo de Manuel Antônio de Almeida, que publicava com frequência no jornal. “É importante perceber que na atmosfera midiática do *Correio Mercantil* o tom de crítica aos costumes e o emprego da ironia aparecem não só nas crônicas e nos outros gêneros noticiosos, mas também estão presentes nos textos ficcionais de escritores do *Correio Mercantil*, dentre eles, Manuel Antônio de Almeida e Joaquim Manuel de Macedo, isto aponta para a presença de um fenômeno de contaminação de um gênero textual no outro e vice-versa.” (RIBEIRO, 2005, p. 9).

Nesse sentido, pode-se especular se o emprego da ironia ao se abordar os costumes da época, que teria contaminado a escrita de Manuel Antônio de Almeida e Joaquim Manuel de Macedo por causa de sua proximidade com o jornal, não explicaria também o recurso da linguagem satírica de Machado de Assis no conto “Aurora sem dia” e em outros textos dessa época. Afinal, além de ter trabalhado e publicado crônicas no *Correio Mercantil*, o que permite inferir sobre a proximidade dos estilos do jornal e do escritor, Machado cita diretamente o jornal na história de Luís Tinoco. Ou seja, a escolha dessa publicação não parece ser ao acaso, na medida em que a reconhecida galhofa do narrador machadiano também era uma característica da linha editorial do jornal carioca.

Entretanto, é curioso observar que a linguagem satírica do conto não tem a ver com a linha editorial do *Jornal das Famílias*, onde a narrativa foi publicada, a qual vai justamente na direção contrária do *Correio Mercantil*. Comandado pelo editor Baptiste Louis Garnier, o *Jornal das Famílias* circulou no Rio de Janeiro entre 1863 e 1878. Empreendimento voltado para o público feminino, o jornal procurava ao mesmo tempo entreter, instruir e educar as leitoras, de forma que havia uma preocupação de não entrar em conflito com os modelos de comportamento a serem seguidos pela sociedade oitocentista. Em seções como “Moda” e “Romances e Novellas”, salvo exceções, as mulheres são sempre as destinatárias da produção literária ou jornalística, tanto que elas são as protagonistas e muitas vezes também dão título às narrativas (PINHEIRO, 2007, p. 142). Juntamente com a tendência amorosa das histórias, a discussão de temas importantes como a nacionalidade e o abolicionismo, entre outros, também fazia parte do escopo do *Jornal das Famílias*. Isso leva Pinheiro (2007, p. 244) a concluir que “Ele [*Jornal das Famílias*] não é apenas um jornal de moralização, é também local de debate das grandes questões literárias do século XIX. Seus colaboradores, ao que parece, consideravam as mulheres como interlocutoras à altura desse debate.”. A seriedade do jornal, portanto, contrasta com o *Correio Mercantil*, que também abordava essas questões, mas, para isso, usava o recurso do sarcasmo.

No conto de Machado, após o repentino aparecimento dos poemas de Luís Tinoco nos “a pedidos” do *Correio Mercantil*, não demora para que outros jornais fiquem “cheios de produções suas, umas tristes, outras alegres, não daquela tristeza nem daquela alegria que vem diretamente do coração, mas de uma tristeza que fazia sorrir, e de uma alegria que fazia bocejar.” (ASSIS, 1997, p. 223). Motivado pela recepção da imprensa, Luís Tinoco logo cria a sua própria publicação, o “Caramanchão Literário”, e cinco meses mais tarde já tem poemas suficientes para reuni-los em um livro, publicado com o título de “Goivos e Camélias”. A reação geral é de zombaria, mas para ele os ataques eram “de invejosos”. Segundo o narrador de “Aurora sem dia”, apenas um folhetinista entre tantos jornais que circulavam à época escreveu sobre ele “algumas linhas que fizeram rir a toda a gente,

- | Sobre sonetos, discursos e jornais: sátira e galhofa no conto “Aurora sem dia”, de Machado de Assis

menos o autor, que foi agradecer ao folhetinista”. (ASSIS, 1997, p. 225). Para o narrador, “Os versos falavam de tudo, da morte e da vida, das flores e dos vermes, dos amores e dos ódios; havia mais de oito *ciprestes*, cerca de vinte *lágrimas*, e mais *túmulos* do que um verdadeiro cemitério.” (ASSIS, 1997, p. 224).

Nesse trecho fica evidente que a crítica se volta para os poetas românticos de qualidade duvidosa. Luís Tinoco de fato “confessava singelamente ao mundo que fora invadido do ceticismo byroniano” (ASSIS, 1997, p. 223). Os temas relacionados à vida e à morte, amores e ódios, alegria e sofrimento, entre outros, são os mais comuns na poesia romântica e nos romances de folhetim que circulavam à época. O próprio Machado, nos seus primeiros poemas, não deixa de explorar esses temas. No entanto, o escárnio com que Luís Tinoco é apresentado, vítima do riso alheio e mesmo assim confiante na sua capacidade criativa, mostra certa inclemência do escritor com os poetas de “a pedidos”.

Prova da crítica à efemeridade de certos poetas está na própria sequência do conto. Passado esse momento de exibição literária nos jornais e na obra “Goivos e Camélias”, o ímpeto poético de Luís Tinoco arrefece e ele decide abandonar os versos e entrar para a política com a ajuda do Dr. Lemos. Sua ambição era ser deputado e, para ser bem-sucedido, precisa escrever discursos. Da mesma maneira que acreditava ser um grande poeta incompreendido, Luís Tinoco acredita agora ter nascido com a vocação de endireitar a política. Sua estreia na arte da oratória política termina da seguinte maneira:

Releve o poder, - hipócrita e sanhudo, - que eu lhe diga muito humildemente que não temo o desprezo nem o martírio. Moisés conduzindo os hebreus à terra da promessa, não teve a fortuna de entrar nela: é o símbolo do escritor que leva os homens à regeneração moral e política, sem lhe transpor as portas de ouro. Que poderia eu temer? Prometeu atado ao Cáucaso, Sócrates bebendo a cicuta, Cristo expirando na cruz, Savonarola indo ao suplício, John Brown esperneando na forca, são os grandes apóstolos da luz, o exemplo e conforto dos que amam a verdade, o remorso dos tiranos, e o terremoto do despotismo. (ASSIS, 1997, p. 230).

A tentativa de fazer um discurso persuasivo que convença os colegas do plenário sobre o seu destemor diante dos desafios da política revela apenas um recado vazio de sentido, em que a citação de grandes nomes da história na humanidade não permite apreender o verdadeiro sentido das palavras. Mais adiante, na sua primeira candidatura em uma eleição primária, como oposição ao governo, Luís Tinoco não consegue se eleger. Então ele aposta em outro gênero, o artigo, utilizando-se mais uma vez do jornal para atacar os adversários. A resposta vem em seguida: “Até onde querará ir, com

semelhante descomedimento de linguagem, o pimpolho do ex-deputado Z.?” O ataque dos governistas é recebido com júbilo pelo jovem orador, que vê na polêmica uma oportunidade de se fazer ouvir. Tinoco acreditava que a imprensa nunca o havia tratado com a consideração merecida e, para ele, “faltava o ataque pessoal, que lhe parecia ser o batismo de fogo naquela espécie de campanha” (ASSIS, 1997, p. 230). Nessa ocasião, Luís Tinoco responde com um longo artigo sobre o que era e o que não era ser um pimpolho.

Dois anos mais tarde, encontra-se Luís Tinoco eleito deputado estadual. Sua habilidade oratória, por sua vez, mostra-se cada vez mais acurada. Observa o narrador que em uma de suas primeiras sessões ele faz um discurso de duas horas para demonstrar, por A + B, que a água era necessária ao homem, a propósito de um projeto sobre a colocação de um chafariz. Ao tratar de questões orçamentárias, “a receita foi comparada ao orvalho que as flores recolhem durante a noite; a despesa à brisa da manhã que sacode e lhes entorna um pouco do sereno vivificante.” (ASSIS, 1997, p. 230).

Embora a poesia tenha ficado no passado, restando apenas o estilo prolixo e a incapacidade de criar metáforas convincentes, aquilo que foi registrado, tanto em jornais quanto em livros, não pode mais ser apagado. E eis que um deputado da oposição, após um desses discursos de Luís Tinoco, sobe à tribuna com um maço de jornais e um folheto. O deputado pede permissão para ler um dos poemas publicados na obra “Goivos e Camélias”. A intenção do parlamentar é atacar a imagem de Luís Tinoco, não ao tornar público algum crime ou deslize moral, mas, sim, revelando aos colegas a sua produção literária de outrora:

A ela.
 Quem és tu que me atormentas
 Com teus prazenteiros sorrisos?
 Quem és tu que me apontas
 As portas dos paraísos?

 Imagem do céu és tu?
 És filha da divindade?
 Ou vens prender em teus cabelos
 A minha liberdade?
 (ASSIS, 1997, p. 233)

Após ler o poema, o deputado afirma: “Vê V. Exa., Sr. presidente, que nesse tempo, o nobre deputado era inimigo de todas as leis opressoras. A assembléia tem visto

- | Sobre sonetos, discursos e jornais: sátira e galhofa no conto “Aurora sem dia”, de Machado de Assis

como ele trata as leis do metro.”⁴. Pior do que os risos que tomaram conta da sessão, foi a repercussão nos jornais no dia seguinte. A ironia na voz do narrador mostra-se mais uma vez no registro de um desses jornais, que agradece ao adversário de Luís Tinoco por ter revelado à província “uma antiga e brilhante face do talento do ilustre deputado.” (ASSIS, 1997, p. 233). Nesse momento, Luís Tinoco tem a atenção que sempre desejou da imprensa carioca, mas não pelos motivos que gostaria. Se antes os seus escritos estavam restritos aos espaços de “a pedidos”, agora ele ocupa um lugar mais nobre dos jornais. No entanto, os periódicos reaparecem para zombar de sua eloquência de parlamentar e de sua produção literária.

Percebe-se, então, que o conto “Aurora sem dia” satiriza a figura tanto do poeta quanto do político. Em relação ao primeiro, está implícita uma crítica aos poetas românticos que de um dia para outro descobrem-se escritores – como o próprio Machado, aos 16 anos de idade –, produzem de forma rápida e reagem às críticas negativas com o argumento da incompreensão. E o sofrimento advindo do escárnio reforça a postura melancólica do poeta. Quanto ao segundo, a crítica volta-se aos discursos vazios dos parlamentares e sua capacidade de falar muito para dizer pouco. Em sua juventude, mais precisamente a partir de 1861, Machado de Assis passou a integrar a equipe de redação do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, atuando primeiramente como redator do noticiário e repórter do Senado. Esse universo, portanto, era bem conhecido do escritor.

A sátira presente no conto de Machado de Assis, para revelar os defeitos de Luís Tinoco como poeta e parlamentar, tem como referencial histórico a presença dos jornais, especificamente o *Correio Mercantil*. Embora não se perceba uma crítica ao jornal diretamente, a construção do arquétipo do escritor de raro talento e do político enfadonho passa necessariamente pela imprensa. É ali que ambos procuram tanto o reconhecimento e o aplauso quanto a controvérsia que leva à oportunidade de se manter sempre lembrado.

Em “Aurora sem dia”, bem como em outros escritos de Machado de Assis, percebe-se que a linguagem da imprensa da época reverbera de alguma forma na linguagem da narrativa literária. Afinal, havia um cuidado por parte de editor e escritor de manter certa coerência editorial para garantir a fidelidade do leitor, mesmo em relação ao texto literário. Esse conto, embora tenha sido publicado no *Jornal das famílias*, faz referência direta ao *Correio Mercantil*, periódico caracterizado por utilizar a galhofa para provocar os

4 Em 1855, aos 16 anos de idade, Machado de Assis publicou o poema “Ela” no jornal *Marmota Fluminense*, o qual é considerado a sua primeira publicação. A semelhança entre os títulos e o tema dos poemas pode ser vista também como uma espécie de autoironia do escritor. Afinal, ele também foi apressado ao publicar os primeiros versos e deve ter sentido a mesma alegria do personagem Luís Tinoco ao ver o poema no jornal.

adversários. Não parece ser apenas uma coincidência a escolha desse jornal em particular para apresentar as aventuras de Luís Tinoco pela literatura e pela política. Nesse sentido, trata-se menos de um resultado estético em que a linguagem ficcional espelha a linguagem jornalística de forma direta, ou seja, o texto que segue o modelo do meio em que vincula, e mais de uma representação do universo da imprensa. O que não deixa de fortalecer a ideia de que as relações entre o jornal e a literatura vão muito além das contribuições no campo da difusão e da recepção. Essas contribuições, apesar de menos evidentes, muitas vezes estão no plano dos artifícios da linguagem dos gêneros literário e jornalístico.

Referências

ALVES, M. M. **Erico Verissimo e o jornalismo: fontes para a criação literária**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

ASSIS, M. de. **Obra completa**. Organizada por Afrânio Coutinho. v. II. Conto e teatro. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande de Sul**. São Paulo: DIFEL, 1962.

CARONE, E. **República Velha: evolução política**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

COSTA, E. V. da. **Da Senzala à colônia**. 5. ed. São Paulo: UNESP, 2012.

COSTA, E. V. da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FREYRE, G. **O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. aumentada. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GRANJA, L. Capítulos de uma revolução: Memórias póstumas de Brás Cubas. **Luso-Brazilian Review**, v. 54, n. 2, p. 29-44, 2017.

- | Sobre sonetos, discursos e jornais: sátira e galhofa no conto “Aurora sem dia”, de Machado de Assis

JAROUCHE, M. M. Introdução: Galhofa sem melancolia: as Memórias num mundo de Luzias e Saquaremas. *In*: ALMEIDA, M. A. de. **Memórias de um sargento de milícias**. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

PINHEIRO, A. S. **Para além da amenidade – O Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção**. 2007. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RIBEIRO, J. A. *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro: modos jornalísticos e literários de composição. **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ** – 5 a 9 de setembro de 2005.

RIBEIRO, J. A. Ficção e imprensa no Brasil: os processos de criação de Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar. **Manuscrita**, São Paulo, v. 14, p. 101-115, 2006.

ZINANI, C. J. A. (org.). **Imprensa feminista e literatura**: contribuições da revista “A Mensageira”. Caxias do Sul: EDUCS, 2019.

COMO CITAR ESTE ARTIGO: ALVES, Márcio Miranda. Sobre sonetos, discursos e jornais: sátira e galhofa no conto “Aurora sem dia”, de Machado de Assis. **Revista do GEL**, v. 16, n. 1, p. 164-175, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v16i1.2748>

Submetido em: 12/10/2019 | Aceito em: 13/11/2019.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Adaptação	143
<i>Cantigas de Santa Maria</i>	37
Cinema	143
Classes verbais	9
Conjunção	53
Consoantes róticas finais	37
<i>Correio Mercantil</i>	164
Discursos sociais	132
Django livre	143
Editorial	111
Equivalência Tradutória	83
<i>Ferrovia</i>	111
Gênero do discurso	111
Gramaticalização	53
História da semiótica	132
Ideologia	132
Imprensa	164
Internacionalização	83
Língua Brasileira de Sinais – libras	53
Machado de Assis	164
Nostalgia	111
Orações causais	53

Português arcaico	37
Português brasileiro	37
Processos de apagamento	37
Quadrinhos	143
Reciprocidade	9
Semântica Lexical	9
Semiótica	143
Semiótica discursiva	132
TCT	83
Terminologia	83
Tradução intersemiótica	143
Verbos Recíprocos	9

SUBJECT INDEX

Adaptation	143
Archaic Portuguese	37
Brazilian Portuguese	37
Brazilian Sign Language – Libras	53
Causal clauses	53
Cinema	143
Comics	143
Conjunction	53
CTT	83
Deleting process	37
Django unchained	143
Editorial	111
Final rhotic consonants	37
Grammaticalization	53
History of semiotics	132
Ideology	132
Internationalization of Higher Education	83
Intersemiotic translation	143
Lexical Equivalence	83
Lexical Semantics	9
Nostalgia	111
Press	164

Railway	111
Reciprocal Verbs	9
Reciprocity	9
Semiotics	143
Semiotics of discourse	132
Social discourses	132
Speech genres	111
Terminology	83
Verbal classes	9

ÍNDICE DE AUTORES

Alana DESTRI	111
Angélica RODRIGUES	53
Anselmo LIMA	111
Débora Aparecida dos Reis Justo BARRETO	37
Dener Martins de OLIVEIRA	83
Gladis MASSINI-CAGLIARI	37
Jean Cristtus PORTELA	132
Joyce Cristina SOUZA	53
Márcio Miranda ALVES	164
Mariana de Souza COUTINHO	143
Regiani Aparecida Santos ZACARIAS	83
Renata Ciampone MANCINI	143
Thaís BECHIR	9